



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM JORNALISMO**

ADRIANA VILAR DE MENEZES

**NORDESTINO NA REDE: DISCURSO DE ÓDIO E DISPUTA DE
SENTIDOS NO TWITTER NAS ELEIÇÕES 2014**

**CAMPINAS,
2019**

ADRIANA VILAR DE MENEZES

NORDESTINO NA REDE: DISCURSO DE ÓDIO E DISPUTA DE SENTIDOS NO TWITTER NAS ELEIÇÕES 2014

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Divulgação Científica e Cultural, na área de Divulgação Científica e Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Pereira Dias.

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação defendida pela aluna Adriana Vilar de Menezes e orientada pela Profa. Dra. Cristiane Pereira Dias.

CAMPINAS,

2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

M524 Menezes, Adriana Vilar de, 1967-
Nordestino na rede : discurso de ódio e disputa de sentidos no Twitter nas eleições 2014 / Adriana Vilar de Menezes. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Cristiane Pereira Dias.
MenDissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

Discurso de ódio na Internet - Brasil, Nordeste. 2. Análise do discurso. I. Dias, Cristiane Pereira. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Nordestino on the web : hate speech and sense's dispute on Twitter during the elections 2014 **Palavras-chave em inglês:**

Online hate speech - Brazil, Northeast

Discourse analysis

Área de concentração: Divulgação Científica e Cultural

Titulação: Mestra em Divulgação Científica e Cultural

Banca examinadora: Cristiane Pereira Dias [Orientador]

Greciely Cristina da Costa

Verli Fátima Petri da Silveira

Data de defesa: 30-08-2019

Programa de Pós-Graduação: Divulgação Científica e Cultural

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-6998-906X>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/4290495283477189>



BANCA EXAMINADORA

Cristiane Pereira Dias

Greciely Cristina da Costa

Verli Fátima Petri da Silveira

IEL/UNICAMP

2019

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

Dedicatória

À minha mãe e ao meu pai, Deceles e Lindolpho, alagoanos corajosos que em suas andanças me fizeram caminhar por chão seco, areia molhada e diferentes asfaltos de terras brasileiras, terrenos ora amistosos ora litigiosos, vivências sem as quais eu nunca chegaria a este lugar de pesquisa; ao lado de quem aprendi a desejar dignidade e respeito para quem não tem (no âmbito das palavras, dos relacionamentos, dos direitos e dos afetos), e reivindicar igualdade e justiça onde não há.

À minha irmã e ao meu irmão, Ângela e Fábio, que estiveram comigo por todo o percurso das andanças pelo país que aprendemos a amar (enquanto povo, gente que forma um país); a quem sempre olhei, ouvi e segui, com amor e admiração, e que contribuíram para fortalecer minha identidade gerada em areias pernambucanas e terras alagoanas.

À minha filha e ao meu filho, Júlia e João, que me inspiram a continuar andando e a compartilhar experiências, pesquisas, análises e vivências que possam contribuir para um Brasil melhor para os brasileiros, no asfalto ou nas campinas do interior paulista; filhos que admiro, que me ensinam, e que me dão esperança; amores reais da minha vida que materializam o antídoto ao discurso de ódio.

Às brasileiras e brasileiros que resistem ao extermínio (físico, verbal, digital, histórico e cultural) e que existem à sua maneira, em respeito às heranças e ancestralidades de luta e resistência; à população dos estados do Nordeste; ao Brasil de brasileiros e, finalmente, à preservação das nossas terras.

Agradecimentos

À minha orientadora Cristiane Dias, (hoje) minha amiga Cris, cuja paciência, cuidado e sensibilidade, com enorme respeito aos meus processos, ritmos e ritos, me permitiram viver uma experiência transformadora de pesquisa e de superação, resultando em descobertas profundas e em motivação para muito mais.

À minha banca, Greciely Costa e Verli Petri, que foram profundas e contundentes sem perder a doçura. O resultado não teria sido o mesmo sem elas.

Agradeço aos pesquisadores e professores do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), especialmente às professoras doutoras Simone Pallone e Graça Caldas. Agradeço aos idealizadores do Labjor e a todos pelo suporte e pelo afeto. Sou grata à Unicamp, universidade pública que representa em sua essência toda sorte de benefícios à sociedade, em todos os sentidos e em todas as esferas.

Muito obrigada por tudo.

“Obrigado por tudo quanto
Você me fez por nada
Por nada se mata
E morre de amor
Não quero parecer com nada
No mundo porque
Apesar da entranha ferida
Donde eu saí pro nada
Do nada também se nasce
Uma flor com todo seu poder
De colocação e magia
Tudo isso é uma questão de saber
Saber viver
Tudo isso é uma questão de amar
Pra entender
Tudo isso é uma questão de querer
Reconhecer
Que quem sabe tudo
Nada há de ser, nesse compasso
Há espaço pra quem quiser viver
Muito obrigado
Muito obrigado
Muito obrigado
Por tudo que eu tenho passado
Muito obrigado
Muito obrigado
Muito obrigado
Por tudo que eu tenho passado”
Djavan – Muito Obrigado

RESUMO

O *discurso de ódio ao nordestino na rede* digital, que circulou em enunciados publicados no Twitter no período das eleições presidenciais de 2014 no Brasil, está marcado por regularidades e especificidades a partir de dois grandes referentes discursivos: *Nordeste* e *nordestino*, em torno dos quais acontecem a produção e a construção dos múltiplos efeitos de sentidos, atravessados pelas diversas formações discursivas constituídas pela história e a ideologia. A partir de um arquivo de mais de 120 mil posts com a palavra *nordestino*, o *corpus* de análise está circunscrito pela regularidade do desejo e sugestão de morte ao *nordestino*. Pelo fundamento teórico da Análise de Discurso de matriz francesa – pela qual se faz a ligação constitutiva da língua com a exterioridade (o político, a ideologia, o sujeito) – e por meio de paráfrases como dispositivo de análise, o *discurso de ódio ao nordestino na rede* está marcado pelas especificidades da *universalização*, da *nordestização*, da *ordem da repetibilidade pelo digital* e da *naturalização do extermínio*. A marca da *universalização* se dá no que se refere ao direcionamento àqueles que têm as mesmas filiações (e posições sujeito) no interior de uma (ou mais) formação discursiva, constituindo a relação do sujeito universal com o sujeito enunciador. A *nordestização* situa-se no processo discursivo sócio-histórico, construído ao longo da história, que funda uma discursividade sobre a região. A especificidade da *ordem da repetibilidade pelo digital* tem seu lugar na singularidade da materialidade digital, onde o próprio modo de formular (intradiscurso) se dá pela ordem da repetibilidade, que precisa do repetível para significar. Também pelo atravessamento do imaginário o *discurso de ódio* se inscreve na ordem da repetibilidade ao se estabilizar pelo já-dito que se repete, tendo o ódio como deriva do preconceito (na relação com o outro), e o preconceito como deriva da generalização e estereotipação que simplificam o real na ordem do imaginário. Marcando a *naturalização do ódio e do extermínio*, há uma sucessão de derivas de efeitos da língua no seguinte funcionamento circular: a manifestação do desejo de extermínio como efeito do discurso de ódio; discurso de ódio como efeito do preconceito; preconceito como efeito da estereotipação das diferenças; estereotipação das diferenças como efeito das relações de forças antagônicas (políticas, sociais e ideológicas). Dentro deste círculo, o *discurso de ódio ao nordestino* produz o efeito de reforçar diferenças no país, historicamente dividido, e de estabelecer uma relação litigiosa.

Palavras-chave: Discurso de ódio na Internet - Brasil, Nordeste; Análise do discurso.

ABSTRACT

The *hate speech* to the *nordestino* (Brazilian from Brazil's *Northeast*) on the web, which circulated in statements published on Twitter during the period of the 2014 presidential elections in Brazil, is marked by regularities and specificities from two major discursive referents: *nordestino* and *Northeast*, around which the multiple sense effects take place, crossed by many discursive formations constituted by history and ideology. From a file of more than 120 thousand posts with the word *nordestino*, the *corpus* of analysis is circumscribed by the regularity in the statements that suggest the death to the *nordestino*. Based theoretically on Discourse Analysis of French matrix – which makes the constitutive connection of language with exteriority (the political, the ideology, the subject) – and using paraphrases as an analysis device, the *hate speech* to the *nordestino* on the web is marked by the specificities of *universalization*, “*nordestização*”, the *order of digital repeatability* and the *naturalized extermination*. The mark of *universalization* is that it refers to those who have the same affiliations (and subject positions) within one (or more) discursive formation, constituting the relation of the universal subject with the enunciating subject. “*Nordestização*” is situated in the socio-historical discursive process, built throughout history, which founds a discursiveness about the region. The specificities of the *order of digital repeatability* it is in the uniqueness of digital materiality, where the own way of formulating (intradiscourse) occurs in the *order of the repeatability* of the discourse, which needs the repeatable to mean. *Hate speech* is also inscribed in the *order of the repeatability* through of the imaginary, since hate derives from prejudice (in relationship with the order), which derives from generalization and stereotyping, which simplifies the real (in the order of the imaginary) and is stabilized by repetition. In the *naturalized extermination* and *hate speech*, there is a succession of language effects's derives in the following circular functioning: the desire for extermination as an effect of hatred; hate as an effect of prejudice; prejudice as an effect of differences's stereotyping; differences's stereotyping as an effect of the relations of antagonistic forces (political, social and ideological). Within this circle, the *hate speech* to the *nordestino* has the effect of finally emphasizing differences, within a historically divided country, and establishing a litigious relationship between the regions.

Keywords: Online hate speech - Brazil, Northeast; Discourse analysis.

Sumário

APRESENTAÇÃO - Efeitos dos dizeres no caminho às memórias.....	10
Adversativas que silenciam	16
CAPÍTULO 1 - Marcas da materialidade: O arquivo e suas condições de produção ..	25
1.1 O arquivo	26
1.2 Condições de produção	29
1.3 O <i>corpus</i>	35
1.4 Os enunciados	36
CAPÍTULO 2 – Sujeitos na rede: Sentidos que circulam e se (re)produzem	42
2.1 Descentramento	47
2.3 Circulação	49
CAPÍTULO 3 – Sempre foi bovino: Historicidade, imaginário e movimentos de memória.....	54
3.1 O imaginário	54
3.2 Personagens	60
3.3 Literatura e outras artes	67
3.4 A imprensa	70
CAPÍTULO 4 – Tem uma bala no meu corpo: O discurso de ódio: banal e transparente	74
4.1 Banalidade do mal, o ódio e o outro	79
CAPÍTULO 5 – Na metáfora, o sentido: As paráfrases como dispositivo de análise	83
5.1 Da ordem da interpretação	84
CAPÍTULO 6 – Conclusão: Especificidades, constituição e movimento circular do discurso de ódio	98
REFERÊNCIAS	105

APRESENTAÇÃO

EFEITOS DOS DIZERES NO CAMINHO ÀS MEMÓRIAS

“*não há começo absoluto nem ponto final para o discurso*”

ORLANDI, E.P.¹

No confronto entre diferentes e contraditórios movimentos de sentidos², este trabalho propõe a análise de enunciados que em 2014 circularam no sistema de microblogs Twitter³ no dia da apuração das eleições presidenciais no Brasil. No embalo da campanha (e disputa) eleitoral, discorria-se sobre o *nordestino* (e o Nordeste, concomitantemente) dentro do cenário político. Os sentidos para *nordestino* - quem é, como é, o que representa, o que faz, como age e como pensa - chegavam torrencialmente, fissurados pela memória nos dizeres. O desafio da pesquisa é ir além do entendimento dos diversos sentidos (e imensuráveis possibilidades deles) para avançar na compreensão dos enunciados de ódio na ordem da linguagem. Pela perspectiva discursiva, o que se espera é mostrar o funcionamento dos processos de significação destes enunciados, quais seus efeitos de sentido e como a discursividade se textualiza e se estabiliza neles.

A partir de um arquivo de mais de 120 mil posts no Twitter com a palavra *nordestino*, o *corpus* foi definido pela regularidade da *naturalização do extermínio* nos enunciados. A base teórica está fundamentada nas noções da Análise de Discurso de matriz francesa, tais como condições de produção, intradiscorso, circulação, assujeitamento, memória, historicidade, interdiscorso, formação discursiva, metáfora, paráfrase e polissemia, visto que “as noções não existem isoladas umas das outras, mas elas formam uma rede de relações teórico-analíticas” (INDURSKY, 2003, p. 102).

O dizer de ódio aos *nordestinos* circulando pelas redes digitais em 2014 não foi um episódio inédito. Antes dele, em 2010, também durante o processo eleitoral para presidente, o caso da estudante de Direito Mayara Petruso, de São Paulo, teve repercussão

¹ ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007, ed. 6, p. 39.

² ORLANDI, Eni P. Palestra: **Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio**. Em Fundação Fio Cruz, Rio de Janeiro, 19/08/2014: “Às vezes nos sentimos prensados em diferentes e contraditórios movimentos de sentidos”. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=k4GHvF-ryj0&feature=youtu.be> >. Acessado em: 12/12/2018.

³ Twitter: Sistema de microblogs criado em 2006 em San Francisco (CA), nos Estados Unidos, por quatro empresários que definem o negócio como uma empresa de redes sociais e serviço de notícias online onde os usuários interagem com mensagens. Disponível em < <https://en.wikipedia.org/wiki/Twitter> >. Acessado em: 12/12/2018.

nacional e internacional⁴. Mayara se manifestou quando Dilma Rousseff (PT-Partido dos Trabalhadores) venceu em 2010 o candidato José Serra (PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira), resultado que garantiu a continuidade do governo iniciado em 2003 pelo fundador do PT, Luís Inácio Lula da Silva, personagem emblemático da esquerda brasileira, *nordestino* (nascido em Pernambuco), de origem pobre, migrante e ex-metalúrgico na grande São Paulo.

A estudante atribuiu o resultado do pleito aos eleitores dos estados do Nordeste (onde Dilma, sucessora de Lula, obteve maioria dos votos), e publicou no dia da apuração (31/10/2010) em sua conta no Twitter: “Nordestista [sic] não é gente, faça um favor a SP, mate um *nordestino* afogado”. Em outra mensagem, escreveu: “AFUNDA BRASIL. Deem direito de voto pros *nordestinos* e afundem o país de quem trabalha pra sustentar os vagabundos que fazem filho pra ganhar o bolsa 171.”



Imagem 1: Reprodução da Internet de publicação do jornal *Correio*⁵

⁴ O caso foi noticiado pela imprensa internacional em diversos veículos, como Fox News, agência de notícias AP e jornal britânico *The Daily Telegraph*. Link deste último disponível em < <https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/southamerica/brazil/8111046/Brazilian-law-student-faces-jail-for-racist-Twitter-election-outburst.html> >. Acessado em: 4/02/2019.

⁵ Imagem captada na Internet de publicação do jornal baiano *Correio*. Link disponível em < <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/justica-condena-estudante-mayara-petruso-por-preconceito-contra-nordestinos/> >. Acessado em: 4/02/2019.

A primeira mensagem, onde ela sugere o extermínio, viralizou, ou seja, foi intensamente reproduzida, repetida e comentada, resultando em grande alcance pela circulação. Em suas diversas formas de leitura, tanto teve apoio quanto repúdio; enfim, polemizou. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Pernambuco e a Procuradoria Geral da República (PGR) pediram abertura de investigação e de ação penal contra a estudante. Em sua defesa, ela disse durante o processo que se referia “apenas à política”, sem “intenção de ofender” ou ser “preconceituosa”. Em maio de 2012, a juíza Mônica Aparecida Bonavina Camargo, da 9ª Vara Federal Criminal em São Paulo, a condenou, mas aceitou parcialmente os argumentos de defesa da acusada, como é possível perceber na sentença que proferiu: “[A jovem] pode não ser preconceituosa; aliás, acredita-se que não o seja. O problema é que fez um comentário preconceituoso. Naquele momento a acusada imputou o insucesso eleitoral (sob a ótica do seu voto) a pessoas de uma determinada origem. A palavra tem grande poder, externando um pensamento ou um sentimento e produz muito efeito⁶, como se vê no caso em tela, em que milhares de mensagens ecoaram a frase da acusada”⁷.

Mayara foi condenada com base no artigo 20, § 2º, da Lei n.º 7.716/89 (por discriminação ou preconceito de procedência nacional) a um ano e cinco meses de reclusão, convertidos em multa de R\$ 500 e serviço comunitário (“por já ter sofrido forte punição moral” – parecer que justifica a pena amenizada e desloca a acusada para o lugar de vítima - e por não ter antecedentes criminais). A sugestão de extermínio não foi neste momento mencionada ou enquadrada no artigo 286 do Código Penal, de incitação a crime, mas posteriormente foi incluída em recurso do Ministério Público Federal. A defesa da estudante também entrou com recurso. O processo n. 157.320 chegou ao Superior Tribunal de Justiça

⁶ A ideia não é me deter na análise da sentença, mas vale chamar a atenção para a afirmação da juíza sobre o que ela considera “o problema”: em sua análise, ela dissocia o posicionamento da autora à sua fala, ou seja, o “comentário preconceituoso” não faz da acusada uma pessoa preconceituosa (“acredita-se que não o seja”); logo após relevar as palavras (que eram a causa do julgamento), a juíza se contradiz e afirma que “a palavra tem grande poder”; ainda neste trecho, ela mesma se furta de usar a palavra nordestino e diz “uma determinada origem”. Sua opção de não proferir a palavra também significa.

⁷ Matéria publicada no *GI/Globo*: **Jovem é condenada por mensagem contra nordestinos no Twitter**, em 16/05/2012, sobre a condenação da estudante Mayara Petruso por sua mensagem em 2010. Disponível em < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/05/condenada-estudante-que-publicou-mensagem-contr-nordestinos-em-sp.html> >. Acessado em: 3/02/2019.

(STJ) que, em 29 de novembro de 2018 (mais de seis anos após a sentença), negou pedido de retorno do caso à Justiça paulista, com parecer assinado pelo ministro Gilmar Mendes⁸.

A publicação de Mayara no Twitter provocou diferentes reações nas redes, entre elas a criação da hashtag #Orgulhodesernordestino, assim como a criação da hashtag #norestisto - escrito da mesma forma que ela escreveu – que se tornou a terceira mais comentada de acordo com o Trending Topics nacional. Houve também grande repercussão na mídia nacional. Um dia depois do tuíte, o jornal baiano *Correio* publicou a sua foto com o título “A Paulista”, em represália ao post paulista.

Reportagem do IG entrevistou o pai de Mayara, empresário em Bragança Paulista (SP), que também criticou a mensagem da filha⁹. Para fugir das reações e da polêmica, ela interrompeu o curso de Direito na FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas) e saiu de São Paulo, onde morava. Enquanto isso, a imprensa tentava traçar o seu perfil, ouvindo também seus colegas de faculdade: “Era uma jovem sorridente e concentrada nos estudos. Conversava com todo mundo que vinha puxar papo com ela, mesmo aqueles de origem nordestina”, disse um colega, fazendo a distinção entre os estudantes *nordestinos* e não-*nordestinos*. Uns contestavam, outros amenizavam e alguns apoiavam os posts de Mayara. Um deles declarou: “Eu penso que nem ela [sic]. Muita gente pensa¹⁰”.

Mayara de fato não era a única a manifestar preconceito e ódio aos *nordestinos* nas redes sociais ou fora delas. Talvez tenha sido uma das primeiras a irromper uma barreira invisível que mantinha silenciadas as manifestações xenofóbicas, de ódio ou de desejo de morte na esfera do espaço virtual, que já existiam no real; talvez também tenha inaugurado novos dizeres para um discurso de ódio já existente, disfarçado pelos eufemismos. Mas a origem não é aqui a questão de pesquisa (nas manifestações de 2010

⁸ Link de atualização sobre o andamento do caso de Mayara Petruso. Disponível em < https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/654259925/andamento-do-processo-n-157320-recurso-ordinario-habeas-corporis-03-12-2018-do-stf?ref=topic_feed >. Acessado em: 6/02/2019.

⁹ Matéria publicada no *IG Último Segundo: Pai da estudante processada por discriminação se diz envergonhado*, dia 5/11/2010. Disponível em < <https://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/pai-da-estudante-processada-por-discriminacao-se-diz-envergonhado/n1237820606679.html> >. Acessado em: 3/02/2019.

¹⁰ Artigo publicado em blog da *Folha de S.Paulo*, Para Entender Direito: **Nordestino é raça, cor, etnia ou religião?**, em 5/11/2010. Disponível em < <http://direito.folha.uol.com.br/blog/nordestino-raa-cor-etnia-ou-religio> >. Acessado em: 3/02/2019.

nem nas de 2014), inclusive porque “não há começo absoluto nem ponto final para o discurso” (ORLANDI, 2007, ed. 6, p. 39).

A questão é compreender o funcionamento do discurso que reverberou. Ao sugerir o extermínio de *nordestinos*, Mayara teve adesão e houve identificação de internautas com suas mensagens, resultando em grande alcance mediado pela tecnologia. Talvez Mayara tenha sido a única processada juridicamente (e julgada publicamente) pelo preconceito nesta circunstância, mas somente neste aspecto jurídico ela era um caso isolado.

Neste funcionamento da memória metálica¹¹ - cuja natureza da materialidade é diferente em relação à memória histórica, fator que vai determinar diferenças nos processos de significação (ORLANDI, 2012c, ed. 6, p. 17) -, é importante destacar que nas tecnologias de linguagem a significação se dá no nível da circulação e da repetição, e que há uma relação estreita entre circulação e memória (DIAS, 2018, p. 185), considerando que, de acordo com as condições de circulação, certos sentidos são produzidos e não outros; assim como deve-se considerar determinante também o meio em que circulam certos dizeres (ibid.). Formulação e circulação, portanto, são dois momentos do processo de produção dos discursos que, juntos com o momento da constituição, formam a tríplice constitutiva do discurso (constituição, formulação e circulação), conforme postulado por Orlandi (2001).

Mayara, definitivamente, não estava sozinha nas redes em 2010. Seus dizeres xenofóbicos tiveram fôlego suficiente para circular em grande escala justamente porque ela não era a única a dizê-los. O caráter de interatividade do microblog Twitter, e seu poder de difusão, aliados à identificação, levaram a uma repercussão imensurável, dentro e fora do espaço virtual.

¹¹ O conceito de memória metálica diz respeito à circulação no espaço virtual a partir das tecnologias de linguagem, conforme explica Cristiane Dias no artigo **Memória Metálica** (Enciclopédia Discursiva da Cidade/Laburbe). Disponível em < <https://www.labeurb.unicamp.br/encicli/index.php?r=verbete/view&id=119> >. Acessado em: 2/03/2019. O conceito foi definido por Eni Orlandi, em 1996, no livro **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. De acordo com Orlandi, a memória metálica, que se dá pela informatização do arquivo, “se apresenta como ilimitada em sua extensão, só produz o mesmo em suas combinações e variações” (p.16); ainda na definição da memória metálica, a autora afirma que ela “lineariza” o interdiscurso, “reduzindo o saber discursivo a um pacote de informações, ideologicamente equivalentes, sem distinguir posições. O que produz o efeito de onipotência do autor e o deslimite dos seus meios”, (...) e que “tanto a informatização quanto a mídia multiplicam, diversificam e homogeneizam os efeitos (...) daí a enorme variação do mesmo”.

Em 2013, três anos após o caso Mayara e um ano antes das eleições de 2014, um cidadão nascido no Nordeste¹² foi agredido por um grupo de homens (seis adultos e um adolescente), em Niterói (RJ). O motivo da agressão, de acordo com matéria publicada, teria sido a origem da vítima. A natureza do crime dialoga com a discursividade em circulação nas redes que até aqui descrevi. Ou seja, a violência que tinha a mesma motivação de Mayara e seus apoiadores na web (a origem da vítima, a xenofobia e o preconceito) também estava nas ruas. Vale trazer aqui a definição de violência da filósofa Marilena Chauí, em seu e-Book **Sobre a violência**¹³:

“Violência é toda forma de ação, pensamento e sentimento que reduz uma outra pessoa à condição de uma coisa. Quando o outro não é visto como uma pessoa, mas como uma coisa que eu manipulo. A violência é a maneira pela qual formas de opressão, dominação e exclusão se realizam. Ela não está circunscrita à criminalidade e à delinquência. Ela é uma forma da relação social.”

Dito isto, afirmo que para compreender o que aconteceu em 2014 é importante para a nossa análise o conhecimento do caso Mayara ocorrido em 2010, como descrito aqui. A forma como o discurso tem adesão e reverberação neste caso traz elementos importantes para a interpretação que farei aqui, do lugar da Análise de Discurso, visto que também em cenário de campanha presidencial, com a mesma candidata Dilma Rousseff (PT) vencendo nas urnas pela segunda vez consecutiva, em 2014, houve uma enxurrada de mensagens de ódio aos *nordestinos* que novamente tomou as redes. Desta vez o discurso de extermínio não surgiu somente de uma Mayara; foram muitas Mayaras. Os **enunciados de extermínio circulavam já naturalizados**, mesmo causando ainda perplexidade e reação. Não houve repercussão de nenhuma ação criminal ou imputação de crime pelas publicações das mensagens como em 2010, mas o assunto foi novamente polêmico e não passou despercebido na cena política.

Foi este cenário das redes em 2014, durante a campanha eleitoral, que me provocou a curiosidade científica de compreender os discursos e entender os dizeres, desejo este que reverberou internamente e se juntou às indagações pessoais remexidas na

¹² Matéria publicada no UOL: **Grupo Neonazista é preso em Niterói acusado de agredir nordestino**, dia 27/04/2013. Disponível em < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/04/27/grupo-neonazista-e-preso-em-niteroi-rj-acusado-de-agredir-nordestino.htm> >. Acessado em: 26/02/2019.

¹³ CHAUI, Marilena. **Sobre a violência** / Marilena Chauí; organizadoras Ericka Marie Itokazu, Luciana Chauí-Berlinck. – 1. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. (Escritos de Marilena Chauí; vol. 5). Vídeo de apresentação disponível em < <https://grupoautentica.com.br/autentica/livros/sobre-a-violencia/1538> >.

minha memória, resultando num confronto que me impulsionou a transformar o discurso de ódio aos *nordestinos* em objeto de análise sob a perspectiva da linguagem. Na tensão entre a teoria e a análise, e prensada pelos diversos sentidos, me proponho a caminhar pelo entremeio, percorrendo, portanto, as disciplinas que dão base teórica à Análise de Discurso - linguística, psicanálise e história.

Adversativas¹⁴ que silenciam

A circulação das mensagens de ódio aos *nordestinos* em 2014 me lançou do estado de vigilância para o estado de alerta. Primeiro me paralisou, é verdade. Depois me gerou uma pulsão pela compreensão do ódio, porque pela memória identifiquei um discurso que eu já conhecia, e já havia aprendido a relevar e conviver com ele desde que migrei do Nordeste para o Sudeste, no final da década de 1970. Aos 10 anos, devido à transferência do meu pai pelo Banco do Brasil, eu chegava do Recife (PE) em São Bernardo do Campo (SP) com a família (pai, mãe, irmã e irmão), quando fomos acolhidos (quase) como qualquer novo vizinho de classe média em uma nova cidade brasileira – e, no caso de São Bernardo do Campo, uma cidade de base proletária. O “quase acolhidos” fica por conta dos eufemismos e das orações adversativas que mascaravam o preconceito, noção esta que para a análise de discurso é de natureza histórico-social e “que se constitui pela relação ao outro (sociedade) e ao Outro (historicidade, ideologia)” (ORLANDI, 2017, p. 94):

“Preconceito é uma discursividade, que circula sem sustentação em condições reais, mantida por um imaginário atravessado por um poder dizer que silencia sentidos na base do próprio processo de significação. Em princípio os sentidos podem sempre se deslocar.”

Era muito comum ouvir frases como: “Mas você não tem cara de *nordestina!*”¹⁵, ou “Mas vocês são educados, não gostam de baderna”, “Eu gosto de *nordestino*, é um povo forte. Tem uns que vêm pra trabalhar mesmo”, “As melhores empregadas são as *nordestinas*”, e também “Mas vocês não vieram para encher as favelas”, ou “Vocês são diferentes”. É importante lembrar que naquele momento, em São Bernardo do Campo, organizava-se, sob o comando do líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, o movimento dos metalúrgicos do ABC, que para muitos (inclusive a imprensa) significava “baderna”,

¹⁴ Orações adversativas são aquelas que dão a ideia de oposição ou contraste em relação à oração anterior ou ao assunto em pauta. Nas orações aqui citadas como exemplo, a oposição se faz a um já-dito, mas silenciado nestas situações. A oração adversativa se inicia por uma conjunção adversativa, como: mas, porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto, senão, não obstante.

¹⁵ ZOPPI-FONTANA, M.; JAFET CESTARI, M. **Cara de empregada doméstica – Discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil**. Revista *Rua* (Unicamp), v. 20, 2014, p. 167-185.

indisposição para o trabalho, crime e afins. Em 1979, houve a histórica greve dos metalúrgicos, e um ano depois foi fundado o Partido dos Trabalhadores (PT)¹⁶ – o mesmo partido de Dilma Rousseff, que venceu as eleições aqui destacadas de 2010 e 2014 (e também anteriormente as eleições de 2002 e 2006, elegendo Luís Inácio Lula da Silva).

Não era coincidência a semelhança da descrição dos metalúrgicos grevistas pela imprensa com a que faziam do *nordestino*, porque um grande número de migrantes do Nordeste foi absorvido pelo mercado de trabalho da indústria e das montadoras automobilísticas do ABC paulista, e também porque o líder sindical daquele movimento era um *nordestino*. Fato é que passei a viver à sombra destas adversativas, tanto quanto dos eufemismos, que eram especialmente utilizados para não contradizer o imaginário social (ou imaginário coletivo, do ponto de vista histórico¹⁷) daquelas pessoas, cristalizado como verdade: de que *nordestino* tinha “uma cara”, vivia nas ruas ou em favelas, não tinha educação, gostava de “baderna”, não gostava de trabalhar (por isso fazia greves), era forte (por sobreviver à fome, seca e miséria, ou quando se dispunha ao trabalho braçal), e era ignorante.

Estava aqui o dizível sendo organizado (com falas que eu ouvia como “As melhores empregadas são as nordestinas”) pelas redes de filiação histórica no funcionamento da memória discursiva (ZOPPI-FONTANA; JAFET CESTARI, 2014, v.20, p.168), tomando a memória como “espaço de estruturação”, como define Pêcheux (1984 apud *ibid.*), ou seja, a memória discursiva como “espaço dos efeitos de sentido que constituem para o sujeito a sua realidade, enquanto representação imaginária (e necessária) da sua relação com o real histórico, no qual ele está inserido” (*ibid.*).

Esta mesma memória discursiva restabelece também um não-dito que permite ao sujeito a interpretação, como nas frases “Vocês são diferentes” (diferentes de quê? Não

¹⁶ Em reportagens da *Rede Globo* realizadas durante a greve dos metalúrgicos do ABC, que hoje estão no arquivo Memória Globo, o trabalhador “parado” (em greve) era significado como indisposto ao trabalho ou desordeiro; a situação era de intervenção jurídica e ação repressiva da polícia; o representante dos trabalhadores, que falava à imprensa, era o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luís Inácio Lula da Silva, como é possível ver em entrevista onde afirmava que o movimento era ordeiro, contrapondo o discurso contrário da imprensa. Disponível em: < <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/greves-do-abc.htm> >. Acessado em 1/03/2019.

¹⁷ Imaginário social e/ou coletivo, do ponto de vista histórico, consiste em um conjunto de símbolos, alegorias, conceitos, costumes, mitos ou lembranças que têm significados comuns a um determinado grupo social, que variam de acordo com a história e a cultura do grupo. Essa é a definição “popularizada” ou mais conhecida, mas há diversas definições para o conceito de imaginário. Para Karl Marx, por exemplo, o imaginário seria “a solução fantasiosa das contradições reais” (LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana S. *O que é imaginário*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2013. Coleção Primeiros Passos, nº 309).

se diz “de quê” porque está dito) ou “Mas você não tem cara de nordestina!” (que cara é essa? Também não se diz “que cara” porque “todos sabem” pelo efeito de evidência). Vemos o mesmo funcionamento discursivo analisado por Zoppi-Fontana e Jafet Cestari (2014) sobre o sintagma “cara de empregada doméstica”, onde questiona-se sobre como o sintagma se inscreve nos sentidos “trabalhados pelos discursos da ‘democracia racial’ sustentados nas memórias dos discursos escravagista e da colonização”, e também quais sentidos disputam a significação deste sintagma, visto que vivemos numa sociedade onde “sujeitos sociais são distribuídos no seu valor e nos seus espaços pelos sinais de seus corpos, gestos e fala” (p.171), e que a partir destes sinais surgem os tratados que ensinam a “civildade” e como “decifrar rostos e corpos na sua linguagem”. O efeito de evidência dos sentidos, enfim, para “cara de” alguma coisa (nordestina ou empregada doméstica) resulta do funcionamento ideológico, pela memória discursiva (que também podemos chamar de formação ideológica dominante), ou seja, resulta da “construção histórica de um corpo estereotipado negativamente” (p.172).

Aquelas falas (que a partir dos 10 anos passei a ouvir) nunca me pareceram ditas “por acaso”, porque se repetiam e porque eram ditas, portanto, pela memória, pelo imaginário (aqui, neste caso, o imaginário na perspectiva da análise de discurso¹⁸) e pela formação discursiva que interpelava os sujeitos (o que não quer dizer que funcionavam na ordem da consciência). Todo o pré-construído (como efeito do já-dito) deste imaginário se incorporava ao interdiscurso que constituía aquelas afirmações, na ordem do repetível. Não havia espaço para contestação ao que se dizia, funcionando como língua de madeira (era o discurso oficial, ainda do governo militar, reproduzido pela imprensa e na fala dos sujeitos), “aquela que ‘enquadra’ todos os sujeitos pelo seu funcionamento autoritário (...), o universal inquestionável de um sentido” (DIAS, 2018, p.174), ou seja, tipo de discurso de autoridade que “procura subtrair-se ao debate eliminando a possibilidade de sua própria contradição, tornando impronunciável a opinião contrária”¹⁹. Isso quer dizer que não conseguíamos argumentar.

¹⁸ Imaginário em Análise de Discurso é o que se situa entre a linguagem e o mundo na relação entre ambos; aquilo que produz o efeito de transparência da linguagem com seus sentidos já-lá (ORLANDI, Eni. **Discurso, Imaginário e conhecimento**. Revista eletrônica *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994, p.57).

¹⁹ GIMENEZ, Gilberto. **Autoritarismo político y lengua de madera**. In. *Revista de la Universidad de Mexico*, n. 558, jul. 1997. P. 8-15. Citado por Cristiane Dias em **Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018, p.174.

Quando se dirigiam a nós, pelas adversativas, de certa forma diziam pelo não-dito²⁰ a narrativa da marginalização, da culpabilização (pelas condições de vida desfavoráveis do migrante *nordestino* vítima da seca) e da classificação do *nordestino* como resultado de uma “natureza” regional. Discurso este que silencia a história da região e qualquer outra condição social, intelectual, física ou comportamental, além de determinar uma posição social (além do geográfico) para o *nordestino*. Eu, de minha parte, percebia inconscientemente que aquilo que não diziam constituía os sentidos do que estavam dizendo. Nestas circunstâncias, descobri que eu era nordestina (até aquele momento, eu me identificava apenas como pernambucana), mas também descobri que o sentido de ser *nordestino* para mim era diferente do sentido de ser *nordestino* para quem nos conhecia naquele momento. E o sentido que eles davam era carregado de preconceito.

Ser *nordestino* significava algo para o outro que eu não era. Mas, ao mesmo tempo, não deixávamos de ser também aquilo que formava o imaginário social das pessoas porque era constituinte de nossa história. Não descolávamos da identidade regional, mas não nos restringíamos àquilo e reivindicávamos as diferenças, tanto entre os estados quanto entre as pessoas – a mesma reivindicação que podemos ver nas reações dos *nordestinos* em 2014 em respostas aos enunciados de ódio e extermínio que circularam nas redes sociais.

Contraditoriamente, eu não rejeitava a identificação com o Nordeste, mas não me enxergava dentro desse imaginário social (assim como também não nos enxergavam, por isso utilizavam as conjunções adversativas). Numa clara relação de poder, o olhar do outro estabelecia que aquele imaginário sobre o *nordestino* era definitivo, portanto nós éramos exceção, éramos “diferentes”, e por isso não éramos vistos como *nordestinos*; só seríamos vistos como tal se em algum momento nos encaixássemos naquele imaginário social. Éramos, dessa forma, silenciados, porque o que de fato éramos não existia para aquelas pessoas – pensando a relação sujeito-linguagem-história. Na ordem da linguagem, o interdiscurso (tendo já incorporado o pré-construído, o imaginário) apagava o silêncio fundador, fazendo com que o não-dito se sobrepusesse ao já-dito, produzindo ao final “a impressão de que o sentido não pode ser, na origem, senão ‘um’” (ORLANDI,

²⁰ “Face a um fato, podemos dizer que a memória discursiva restabelece um não-dito que permite ao sujeito a interpretação” - (ZOPPI-FONTANA, M.; JASFET CESTARI, M. *Cara de empregada doméstica*. Revista *Rua* (Unicamp), v. 20, 2014, p. 168).

2007, ed.6, p.92). Levando-se ainda em conta o que diz Orlandi (2008, p. 60) sobre o apagamento:

“O mecanismo do silenciamento é um processo de contenção dos sentidos e de asfixia do sujeito porque é um modo de não permitir que o sujeito circule pelas diferentes formações discursivas, pelo seu jogo. Com o apagamento de sentidos, há zonas de sentido, e, logo, de posições do sujeito que ele não pode ocupar, que lhe são interdidas.”

A esta teia complexa acrescenta-se o fato de que éramos também constituídos pela interpelação ideológica, porque nenhum sujeito escapa de ideologias (HENRY, 2013). E apesar de nossa identificação com os anseios da classe média (que era o que nos aproximava destes que nos discriminavam), nos reafirmávamos como *nordestinos*, ainda que num esforço de sempre tentar revelar o que havia para além da visão estereotipada (efeito do imaginário). Mas muito além desta relação de poder político-histórico-econômico entre regiões, era como se houvesse um confronto de classes, onde Nordeste seria a classe operária-periférica; e o Sudeste, a classe dominante no poder. No terreno da linguagem, era de fato uma luta ideológica que se dava pela disputa de sentidos.

Além da discriminação e da inferiorização a partir da fixação da imagem negativa e marginalizada do *Nordeste* pelo pré-construído, havia a generalização e uniformização que ali em São Bernardo do Campo, naquele momento, faziam da população *nordestina* (ignorando as diferenças entre estados e entre estilos de vida, atividades, classes etc). A minha surpresa diante dos discursos sobre *nordestinos* não era advinda da ingenuidade de uma garota filha de mãe ex-professora e dona de casa, e pai bancário e administrador de empresas pela UFPE (Universidade Federal de Pernambuco). Eu, pré-adolescente, minha irmã e meu irmão (adolescentes) já sabíamos antes que existia o preconceito e, apesar da posição-sujeito classe média assalariada, também sabíamos o que era seca e imigração, tanto pelos livros escolares quanto pelas paisagens do interior de Alagoas (onde visitávamos anualmente tios, avós e primos), ou pelas histórias contadas sobre os períodos de estiagem e pela própria memória da família.

Não vivi a seca, mas, pelo que vi e ouvi, a senti por quem a viveu. Não era retirante ou operária, mas sabia do fluxo migratório para São Paulo pela busca de empregos e pela fuga da seca. Além de tudo, eu nascera e crescera no Recife, uma metrópole com riqueza e pobreza, cenário de graves conflitos e diferenças, como em toda grande cidade brasileira. Ou seja, o estereótipo *nordestino* também fazia parte da minha identidade, e por isso me identificava com os discriminados e inferiorizados. E não havia surpresa sobre o preconceito. O estranhamento se dava em relação à imagem pré-construída que

existia sobre nós e de como as pessoas se sentiam autorizadas a nos descrever e nos definir sem nos conhecer, estabelecendo (ou nos impondo) uma nova identidade, delineando assim as condições para a nossa inclusão (e existência) e para que não fôssemos tratados como cidadãos de segunda classe – que era como classificavam os *nordestinos*. Uma nova significação nos era imposta.

Depois de São Bernardo do Campo, moramos em Salvador (BA). Anos depois meu pai foi mais uma vez transferido e voltamos ao estado de São Paulo para morar em Campinas. Na minha vida adulta, as tais adversativas aos poucos diminuíram, não sei se pelo apagamento das minhas “marcas de origem” (como sotaque, cor de pele clareando talvez por tomar menos sol, e até hábitos) ou se por eu mesma naturalizar o discurso. Mas comecei a perceber para além do meu convívio como esta mesma relação se repetia em outros lugares. Na condição de jornalista, passei a observar na própria imprensa paulista o mesmo discurso silenciado das adversativas e/ou restritivas, ou tratamentos diferentes no noticiário.

Na forma de apresentar o *Nordeste* e o *nordestino* como diferentes do resto do país, a imprensa reatualizava o mito da região pobre, seca, primitiva, violenta, de coronéis, de cangaceiros, de pistoleiros e de usurpadores dos recursos federais (MAMEDE, 1996, p. 79). O tratamento dado na segunda pessoa (quase sempre no plural) - eles (*nordestinos*) gostam disso, nós (brasileiros ou paulistas ou “sulistas”) gostamos daquilo – também era predominante. *Nordeste*, portanto, sempre foi “lá” e “diferentes de nós”. Seria natural por se tratar da imprensa do eixo Rio-São Paulo, mas a ênfase e a repetição dava força e destaque ao discurso da diferença. O efeito é o da naturalização da desigualdade. Tenho também na memória as notícias de polícia, onde via de regra, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, se o criminoso era do *Nordeste* o texto destacava sua origem; quando era de outras regiões, essa informação era omitida – criminalizando, portanto, pela origem, ou identificando como o “estranho”, o “de fora”.

No geral, ainda na imprensa, as pautas relacionadas ao Nordeste giravam em torno das mesmas coisas: seca, fome e pobreza, com poucas variações no caderno de Turismo, onde apareciam as praias e o Carnaval; ou no caderno de Cultura, com artistas expoentes quase sempre tratados como exóticos; ou em Política, com os coronéis ou o uso de expressões pejorativas e generalistas, como República das Alagoas. Muito raramente via-se a produção científica, universitária, industrial ou agrícola em destaque – fazendo entender que isso não existe, silenciando pelo recorte. A narrativa hegemônica, ancorada

na “realidade” (ou “verdade” jornalística), reproduzia o discurso do *nordestino* marginalizado, periférico e de segunda classe (o mesmo discurso que eu conheci na década de 1970 em São Bernardo do Campo). Tudo isso consolida o fato de que, apesar de o jornalismo trabalhar o real e a verdade, de forma a fazer parecer que uma informação não tem ideologia, um dos primados em Análise de Discurso é o de que a linguagem é irreduzível à ideologia.

Fatos do meu cotidiano, tratados como corriqueiros, mas onde eu identificava a mesma discursividade, também se sucederam ao longo dos anos, como o caso da aluna nova na sala de aula de meu filho que a professora não deixava ler em voz alta como os colegas, por causa do sotaque *nordestino*; ou do meu cliente de assessoria de imprensa que não quis permitir que o funcionário (que eu sugeri) desse entrevista porque “ele tem um sotaque muito forte, não sabe falar direito” (por ser *nordestino*); ou ainda quando o meu entrevistado me perguntou se era verdade que as “nordestinas são mais quentes”, numa atitude além de tudo machista, de objetificação e desumanização, definindo um estereótipo de mulher; ou o caso de uma família pernambucana que desistiu de morar em Campinas porque as filhas, ainda crianças, não suportaram o preconceito do qual eram vítimas na escola. Vale observar como a maior parte dos casos citados está relacionada a questões da fala, do dizer, numa forma de hierarquização do modo como se fala que acaba por resultar na prática de preconceito (DIAS, 2018, p. 178), risco este que existe quando normas e práticas são tomadas como plenas, sem furos. No entanto, “é justamente a fala esburacada e plena de furos a preencher que combate a ‘intolerância linguística’” (idem p. 179).

O discurso de ódio nas redes, em 2014, portanto, dialogou com minha memória e me remeteu às frases que eu conhecia, bem como a certas coberturas da imprensa, a narrativas hegemônicas e a situações de meu convívio. O silêncio produzido pelas adversativas era constitutivo deste discurso que eu via no Twitter. Por mais que eu tenha tratado os episódios como casos isolados, os efeitos foram ressignificados na memória. No momento em que confrontei os enunciados com o meu “arquivo pessoal”, enxerguei o que me foi dito pelo não-dito, porque, como bem afirma Eni Orlandi, o sentido silenciado pode ainda sempre irromper (ORLANDI, 2008, *ComCiência* n. 101) e também “para a autora, o recorte do silêncio pelo dizer é sua dimensão política” (1995 apud DIAS,

2018, p.191). O sentido silenciado irrompeu no ódio, que parecia não existir antes mas também já estava lá, como uma bala escondida no corpo que não mata mas fere²¹.

Resolvi fazer minha própria Odisséia como fez Ulisses voltando a Ítaca. Ouso ainda parafrasear o poeta Manoel de Barros e dizer que caminhei no sentido de minhas memórias, e não para o fim. E encontrei na Análise de Discurso a forma científica de fazer este percurso. Como analista de discurso, não me proponho meramente a interpretar os enunciados, mas a compreender como a linguagem funciona e produz sentidos (ORLANDI, 2012, ed. 4, p.19). Os desafios deste estudo se resumem a desconstruir (para compreender) lugares estabilizados de sentidos que já estão dados, tirando o sentido do lugar de evidência; aprofundar sobre como historicamente o *Nordeste* e o *nordestino* são significados, percorrendo redes de memória e desautomatizando essa discursividade; e, finalmente, problematizar o ódio, dando a este discurso a opacidade necessária para sua compreensão.

Recorri ao conceito de banalidade do mal, da filósofa Hannah Arendt, para a análise do ódio como corriqueiro e banal, que resulta da superficialidade do sujeito interpelado pela ideologia, cujo efeito é o de uma aparente suspensão da sua própria capacidade de análise. Arendt fala do mal que surge da necessidade (o quão útil dentro do ideal de sociedade). A partir destes conceitos, evidencia-se pela opacidade a formação discursiva do obstáculo ao desenvolvimento, a mesma que existe no racismo aos negros, índios e judeus.

Com base nos episódios da Segunda Guerra Mundial, quando “o racismo se tornou um sintoma social”, Sigmund Freud desenvolveu a noção de racismo como o ódio ao outro que é visto como estrangeiro. Orlandi situa, por sua vez, a relação que existe entre preconceito, ódio ao outro e intolerância dentro da discursividade filiando-a (a relação) ao discurso psicanalítico de Freud sobre racismo.

Sem deixar de considerar a língua, os sujeitos e os sentidos em suas formas incompletas, ou seja, tomando o “gesto de interpretação como lugar da relação do sujeito com a língua e como depositário das ‘marcas de subjetivação’” (ORLANDI, 2012c, p.

²¹ Parafraseando o cantor e compositor paraibano Chico César, em “Beradêro” (1995): “(...) Catolé do Rocha/Praça de guerra/Catolé do Rocha/Onde o homem bode berra/Bari bari bari/**Tem uma bala no meu corpo**/Bari bari bari/E não é bala de coco (...)”.

116, ed.6), levo em conta ainda que o meio digital pelo qual circulam os enunciados é parte das condições de produção deste discurso, e que, no contexto das formas históricas de assujeitamento na sociedade, “o digital vem produzindo transformações na discursividade do mundo” (DIAS, 2018, p. 20).

O que está em questão, também, é a historicidade, constituída por processos de relações de forças antagônicas e do saber que resultam na construção (e invenção) de sentidos sobre o *Nordeste* e o *nordestino* (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 32 e 76). Sendo assim, o intuito é percorrer o processo histórico de significação e a relação da linguagem com a sociedade. Há um imaginário construído para o *nordestino*, que é fruto de relações políticas e econômicas – portanto, de relações de poder antagônicas - que determinaram como deve ser contada a história do País. O imaginário social se reproduziu na literatura, nos livros de história, no cinema, na TV, nas relações pessoais, na arte, em todos os lugares (ALBUQUERQUE, 2011), o que podemos entender como um percurso natural das expressões artísticas e suas diversas linguagens. Sob a perspectiva da análise de discurso, entendemos portanto que são estes mecanismos imaginários na relação da linguagem com a história que determinam a interpretação de sentidos em certa direção – a esta interpretação chamamos de ideologia (ORLANDI, 1994, n. 61, p.57).

Porque tudo pode ter outro sentido (ainda que nem todos os sentidos sejam possíveis), utilizo como dispositivo de análise as paráfrases. O discurso funciona, afinal, produzindo (efeitos de) sentidos (ORLANDI, 2007, p.63). Por meio delas (as paráfrases) mostram-se os equívocos, que são pontos em que a língua atinge a história pela falha (PÊCHEUX, 2004, p.64) porque, por fim, ainda sob a perspectiva discursiva, a história é feita pelo homem, e o homem constitui-se em sujeito pela e na linguagem, e não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia (ORLANDI, 2007).

Com a responsabilidade teórica sobre o *corpus* de fazer uma leitura não-subjetiva, me lanço na compreensão deste discurso de ódio. Faço pela linguagem, porque por ela e nela eu me constituí a partir do que vi, vivi, ouvi, li e senti. Por ela e por todos os sentidos, afinal, eu me compreendi nesta relação que me constitui como sujeito. Pela linguagem eu existo e faço dela resistência para eu existir, porque torno-me sujeito pelo discurso.

CAPÍTULO 1

MARCAS DA MATERIALIDADE

O arquivo e suas condições de produção

“É esta relação entre língua (...) e a discursividade (...) que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo.”

PÊCHEUX, M.²²

Circunscrever, definir e descrever. Com três palavras Michel Pêcheux sugere o que podemos tomar como um roteiro para se trabalhar o arquivo na Análise de Discurso. A ideia ele extrai da frase do linguista Nicolas Ruwet sobre como dar início a um estudo objetivo do homem²³. Seguindo, portanto, o roteiro sugerido, empenhamo-nos aqui em não colocar a carroça na frente dos bois, o que significa que antes de nos determos à estrutura da sociedade - para dar início à análise - vamos apresentar o arquivo e suas condições de produção.

No momento em que teve início este trabalho, com o objetivo de analisar as mensagens de ódio aos *nordestinos* nas redes sociais durante a campanha eleitoral de 2014 para presidente, ainda não existia um arquivo que reunisse estas mensagens. Não havia dúvidas de que as mensagens existiam, nem havia dificuldade de encontrá-las (nas diversas redes), no entanto, ao mesmo tempo que elas estavam disponíveis no espaço digital, também se misturavam a um conjunto imensurável de manifestações outras, majoritariamente de cunho político. O primeiro desafio foi circunscrever este arquivo, tomando-o não como “um simples documento no qual se encontram referências, mas

²² PÊCHEUX, Michel. **Ler arquivo hoje**. In: *Gestos de leitura: da história no discurso* / Eni P. Orlandi (org.) [et al.]. 4ª edição. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2014, p. 58. Pêcheux comenta um raciocínio de G. Canguilhem sobre como o homem é capaz de “jogar” com os sentidos na sua relação com a língua: *“É esta relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo.”*

²³ A frase de Nicola Ruwet (In: *Linguística e Ciências do Homem. Esprit*, n.11, 1963, p. 566): “Os linguistas foram os primeiros a compreender por onde se deveria começar caso se quisesse empreender um estudo objetivo do homem. Os primeiros que pararam de colocar a carroça na frente dos bois, e reconheceram que, antes de fazer história de um objeto determinado, antes de se colocar questões de origem, evolução, de difusão, antes também de explicar o caráter do objeto pelas influências externas (o caráter de uma língua pela estrutura da sociedade, ou o de uma ideologia pelas relações de produção etc), conviria primeiramente circunscrever, definir e descrever esse objeto”. Ela foi citada em “*A Semântica e o corte saussureano; Língua, linguagem, discurso* (HAROCHE, C., PÊCHEUX, M., HENRY P.), In: *Análise de Discurso: Apontamentos para uma história da noção-conceito de Formação Discursiva*, p.13, nota [1].

como objeto de leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes” (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 2014, p. 170).

O arquivo

Na busca das mensagens de ódio aos *nordestinos* no universo digital que circularam durante a campanha eleitoral de 2014, a primeira circunscrição foi na captura das mensagens com a palavra *nordestino*, que já vamos considerar aqui nosso primeiro grande referente. Chegamos a um arquivo com mais de 123.866 posts no Twitter que continham esta referência, no período de janeiro a outubro de 2014, capturados por meio de aplicativo de busca (pelo pesquisador Alexandre Fioravante de Siqueira²⁴). O conjunto de posts incluía tanto mensagens de ódio quanto outros conteúdos (relacionados a futebol, turismo, protestos, elogios...). O tamanho e a diversidade de assuntos do arquivo nos levou a fazer nova circunscrição. Primeiro, decidimos trabalhar somente com o Twitter (inicialmente havíamos pensado em pesquisar também em outras redes), cujo volume já era mais que suficiente.

Ainda com o mesmo arquivo de 123.866 posts com o referente *nordestino* e sem a definição do *corpus*, a demanda obrigatória por um material de análise de menor volume nos levou a fazer um recorte pela regularidade da *naturalização do extermínio do nordestino* nos enunciados que sugeriam a morte. Com o decorrer do trabalho analítico, a *naturalização do extermínio* destacou-se como uma das especificidades constitutiva deste discurso de ódio que aqui analisamos.

Para identificar a *naturalização do extermínio*, realizamos buscas no nosso arquivo de posts com as palavras morte, morram e morra. O resultado foi de 242 posts com a palavra morte; 76 com morra; 29 com morram. Este total de 347 posts que sugeriam a morte dos *nordestinos* ainda era impraticável – vale lembrar que os enunciados que

²⁴ Os tuítes foram extraídos pelo uso da ferramenta GetOldTweets [1], implementada na linguagem de programação Python [2], por ação executada pelo pesquisador cientista Alexandre Fioravante de Siqueira. Para criar o banco de dados utilizado nesta pesquisa, foram considerados tuítes entre 01 de janeiro e 31 de outubro de 2014. O comando usado é dado a seguir:

```
$ python Exporter.py --querysearch &quot;nordestino&quot; --since 2014-01-01 --until 2014-10-31. Os argumentos --querysearch, --since e --until representam a expressão a ser buscada, a data de início e a data de fim da busca, respectivamente. A ferramenta GetOldTweets se conecta ao Twitter e executa o download dos tuítes que possuam as características passadas por meio dos argumentos.
```

[1] HENRIQUE, J. GetOldTweets-python, 2016. Disponível em: <<https://github.com/Jefferson-Henrique/GetOldTweets-python>>. Acesso em 16 de março de 2019.

[2] VAN ROSSUM, G. Python tutorial, Technical Report CS-R9526, Centrum voor Wiskunde en Informatica (CWI), Amsterdã, 1995.

naturalizavam o extermínio do *nordestino* não se restringiam somente aos posts que continham estas três palavras, mas a opção por elas foi necessária para que se fizéssemos o recorte. Até que, finalmente, decidimos nos restringir ao dia 26 de outubro de 2014, dia da apuração da eleição para presidente.

Chegamos ao *corpus* formado por 10 mensagens que, além da regularidade do ódio e do extermínio do *nordestino* pela repetição das palavras morte, morra e morram, tem também em comum um grupo de palavras que se repetem: seca, fome, miséria, pobre, vagabundo, burro, trabalho, bolsa família. No arquivo de 123.866 posts com o referente *nordestino* no Twitter, elas aparecem em grande número: burro está em 3.698 posts; bolsa, em 2.355; pobre, em 2.348; seca, 1.477; rede, 1730; fome, 670; bolsa família, 530; vagabundo, 503; miséria, 40. Na tentativa de anexar ao trabalho o arquivo (de Excel) que contém o *corpus* com estes 123.866 posts, convertemos o documento em pdf, que resultou em 7 mil páginas, eliminando assim a possibilidade de anexá-lo, e produzindo o efeito da falta de domínio total do arquivo, pelo excesso, porque, afinal, quem faria esta leitura por completo? Certamente ninguém. Diante disso, podemos afirmar que a leitura de nosso arquivo é uma “leitura automatizada”²⁵, visto que o nosso arquivo se constitui pela quantidade e é trabalhado por mecanismos de busca por palavras.

ID	Text	URL
123927	0 Pode falar o que quiser mas o cã@u do sã	4,18E+17 https://twitter.com/Junior_busao/status/41820157693878272
123928	0 @æoe @lorennauregu @lorennauregu	4,18E+17 https://twitter.com/MeagainstGlee/status/418201408736079872
123929	0 nordestino sofre atã@ com isso	4,18E+17 https://twitter.com/m0tels/status/41820123642056704
123930	1 RT @nordestino que @nordestino	4,18E+17 https://twitter.com/marionete/status/418200951582113792
123931	1 @MarioMtr_EU Já T @MarioMtr	4,18E+17 https://twitter.com/LappelDuVide/status/418200803879309312
123932	2 0 com o feliz ano novo nordestino hauehau	4,18E+17 https://twitter.com/marcellope/status/418200781314326528
123933	0 1 Somos os ãttimos a comemorar o ano nc	4,18E+17 https://twitter.com/BEEELLLLLL/status/418200635721281539
123934	0 0 CHUPA NORDESTINO ATRASADO. NãJO PI	4,18E+17 https://twitter.com/RockstarCRF/status/418200381689438208
123935	0 0 vcs tudo AEEEEEEEEEEEEEEEEEE sãT qi	4,18E+17 https://twitter.com/rdrgallo/status/41820026529296977
123936	2 2 FELIZ ANO NOVO PRA QUEM NAO ã% NC	4,18E+17 https://twitter.com/parksrec/status/418200214823251989
123937	0 0 Sou pobre, mas... Curtindo final #amanda	4,18E+17 https://twitter.com/fernandoferao/status/418199270831045376
123938	0 0 ainda faltam uma hora gente calma ai quã	4,18E+17 https://twitter.com/allwayways/status/418199107329884160
123939	0 0 Nordestino eh tãEo preguiãoso que 201	4,18E+17 https://twitter.com/SABOTAGHE/status/418199003638296576
123940	0 1 Povo nordestino vai tomar no cu teu sota	4,18E+17 https://twitter.com/victorbono/status/41819766863324744
123941	0 0 Poderia passar o Rã@veillon em Copacab	4,18E+17 https://twitter.com/riqueleal/status/4181967675130112
123942	0 0 @rckembleme vocabi @rckembleme	4,18E+17 https://twitter.com/MarvinPls/status/418187638890569728
123943	0 0 Noite Hot, Hot...:D	4,18E+17 https://twitter.com/Eh_Nordestino/status/41818503594743808
123944	0 0 Saulo ao vivo em Salvador... homenagem	4,18E+17 https://twitter.com/Lisbela_Ufba/status/418181041832984576
123945	0 0 @PadreDjacy Que Dã @PadreDjacy	4,18E+17 https://twitter.com/GracieusaBrito/status/418179442525237248
123946	1 1 #GeovaniAwards Me @MarioM #Geovani	4,18E+17 https://twitter.com/LappelDuVide/status/418175442525237248
123947	0 0 Bãxei o dicionãrio nordestino em pdf pi	4,18E+17 https://twitter.com/MarvinPls/status/418175272530477057
123948	0 0 Era meu corããEo Louco pra te encontra	4,18E+17 https://twitter.com/Eh_Nordestino/status/41817327730385826
123949	0 0 Meu Sonho de Consumo.....	4,18E+17 https://twitter.com/Eh_Nordestino/status/418170172914937856

Imagem 2: Reprodução do arquivo em Excel com 123.866 links de posts do Twitter

Ao trabalharmos com um arquivo digital, estamos considerando suas particularidades, como o fato de a memória metálica ser formal em sua materialidade,

²⁵ A noção de “leitura automatizada” tem sido desenvolvida por Cristiane Dias em suas pesquisas e foi uma indicação à orientanda deste trabalho durante uma conversa de orientação.

diferenciando-se da memória histórica, cuja materialidade é histórica. A memória metálica “lineariza” o interdiscurso, reduzindo-se a um pacote de informações ideologicamente equivalentes que produz um efeito de onipotência no autor (ORLANDI, 2012c, p. 16), visto que a informatização (assim como a mídia) multiplica e homogeneiza os efeitos, daí a ideia de “deslimitada produção” do “mesmo”. Nos dois casos (informatização e mídia), há um esvaziamento e silenciamento do discurso político, que “desliza para o empresarial, neoliberal, em que tudo é igual a tudo (o político, o empresarial, o jurídico etc)” (ibid.).

Ainda focados no arquivo, e tomando-o pela perspectiva discursiva, também consideramos que os saberes pré-existentes (enunciados) que se repetem estão situados em uma linha vertical (imaginária) que é parte de uma estrutura existente da língua – linha esta constituída pelo interdiscurso e pela Formação Discursiva que afeta o sujeito (INDURSKY, 2003, p. 103). A formulação acontece no encontro do interdiscurso com o intradiscurso, e é neste momento que a repetição tem lugar, conforme Freda Indursky apresenta. Para Cristiane Dias, na materialidade digital a repetibilidade se dá na formulação (no intradiscurso).

Nas relações complexas e indissociáveis existentes na tríplice constitutiva dos discursos (constituição, formulação e circulação), a formulação seria o ponto nodal, “a intersecção entre a constituição e a circulação, o meio e o processo, ligados pelo corpo da linguagem” (DIAS, 2018, p. 186). Portanto, tão importante quanto “compreender a exterioridade constitutiva do discurso digital” (idem, p.27), é preciso compreender a formulação e a circulação. O que consuma, afinal, o imaginário no sujeito é o gesto de formulação, que “é o gesto ideológico mínimo” (ORLANDI, 2012c, p. 40).

Todas estas noções de memória metálica, interdiscurso, intradiscurso, formulação e repetibilidade – que retomaremos mais adiante em nossas análises – foram importantes dispositivos teóricos para a circunscrição de nosso *corpus*. Desta forma, e também a partir da descrição, demos entrada à análise, conferindo “assim o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas” (PÊCHEUX, 1988). Diante do *corpus*, a pergunta que se faz – sob a perspectiva discursiva - na tentativa de compreender os processos de formulação é: Como se estabiliza e quais os modos de funcionamento do discurso de ódio ao *nordestino* marcado pela *naturalização do extermínio*? Ou, em outras palavras, como os sentidos se instalam e o ódio se naturaliza na forma do discurso dentro deste espaço digital?

Com a finalidade de compreender como os sentidos são produzidos e como se dá este funcionamento (ORLANDI, 2012, p. 19), o foco do trabalho está na ligação constitutiva da língua com a exterioridade - o político, a ideologia, o sujeito. Para que se compreenda é preciso fazer a inter-relação entre o político e o linguístico “na constituição dos sujeitos e na produção dos sentidos, ideologicamente assinalados” (ORLANDI, 2007, ed. 6, p. 38). Ideologia na perspectiva da análise de discurso “não é X, mas o mecanismo de produzir X” (ORLANDI, 2012c, p. 30): “Ideologia é interpretação de sentido em certa direção, que é determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários” (idem, p. 31).

Condições de produção

A disputa presidencial de 2014 no Brasil foi definida no segundo turno, realizado no dia 26 de outubro, tanto a votação quanto a apuração. Os dois candidatos eram Dilma Rousseff, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e Aécio Neves, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A candidata petista, então presidenta, tentava sua reeleição – que alcançou neste pleito com 54,5 milhões de votos (3,5 milhões a mais que o segundo colocado).

Antes mesmo da apuração final neste dia de votação, pesquisas já apontavam em quais estados brasileiros cada candidato tinha mais votos. Dilma teve maioria dos votos em todos os nove estados da região Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), com destaque para o Maranhão onde obteve 78,76% dos votos. O quadro de 2014 repetia, assim, o de 2010 quando a candidata também venceu o candidato peessedebista José Serra, e também teve maioria nos estados do Nordeste.

Aécio Neves por sua vez teve, em 2014, maioria em todos os estados das regiões Centro-Oeste e Sul (com destaque para Santa Catarina onde ele teve 64,59%). No Norte e no Sudeste, o desempenho dos candidatos não foi homogêneo entre os estados. No Norte, Aécio teve maioria em Roraima, Rondônia e Acre; e Dilma obteve mais votos nos demais estados desta região – Amazonas, Amapá, Pará e Tocantins. No Sudeste, Dilma venceu em dois estados – Minas Gerais, base eleitoral de Aécio, e Rio de Janeiro -, enquanto o candidato peessedebista teve mais da metade dos votos válidos em São Paulo e Espírito Santo (*como é possível observar nos mapas e tabelas a seguir*).

ELEIÇÕES 2014 – QUEM GANHOU EM CADA ESTADO

2º turno

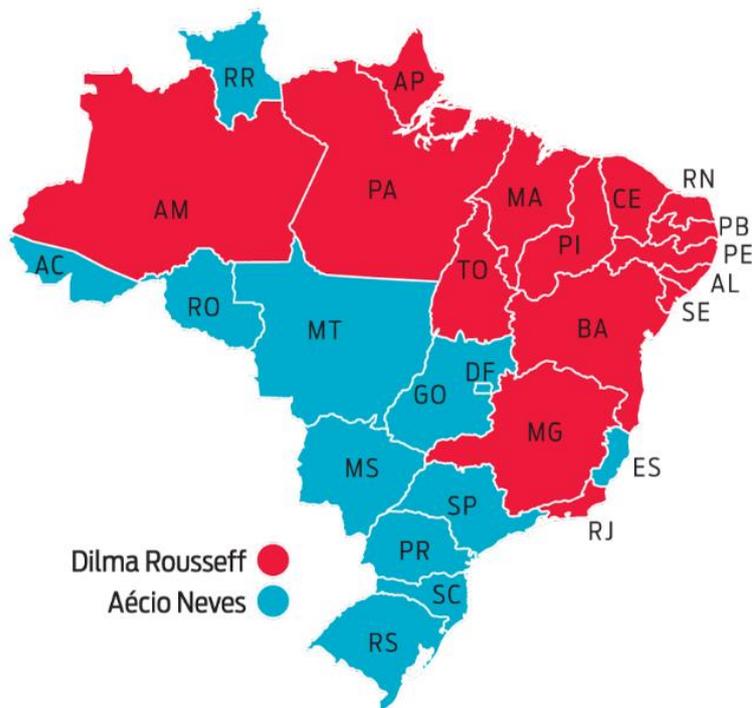


Imagem 3: Publicado por *Gazeta do Povo*/GRPcom (Grupo Paranaense de Comunicação) em 27/10/2014²⁶

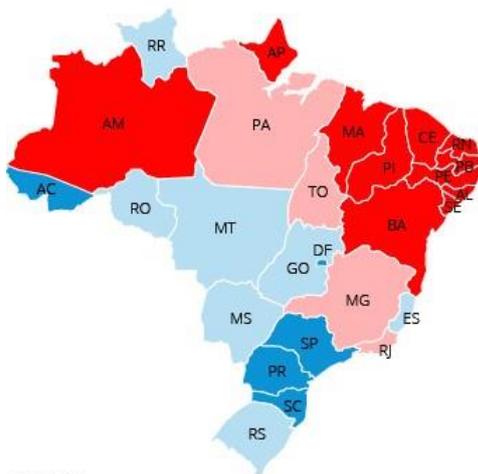
A vantagem da presidenta Dilma Rousseff nos nove estados da região Nordeste é numericamente inequívoca. Em todos ela obteve mais votos que seu opositor, como podemos observar no gráfico de percentuais por estados da *Gazeta do Povo*. Mas, pelo tratamento dado pela mídia, o universo das porcentagens de resultados eleitorais é um espaço de argumentos e relações logicamente estabilizado (PÊCHEUX, 2008, p.23), como verificamos na forma como são apresentados os mapas de apuração do *G1* (abaixo), em escala binária.

²⁶ Disponível em: < <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/relembre-2014-votacao-presidente-municipios/> >. Acessado em 2/03/2019.

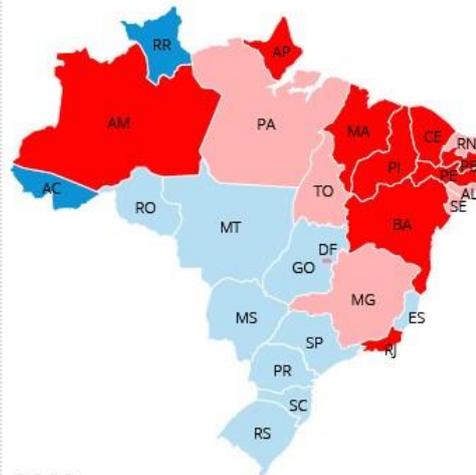
DESEMPENHO NOS ESTADOS

Veja onde os candidatos se saíram vitoriosos no segundo turno

2014



2010



2014

ESTADO	CANDIDATO	%VÁLIDOS
● Acre	AÉCIO	63,68
● Alagoas	DILMA	63,62
● Amapá	DILMA	61,45
● Amazonas	DILMA	64,96
● Bahia	DILMA	70,15
● Ceará	DILMA	76,7
● Distrito Federal	AÉCIO	61,9
● Espírito Santo	AÉCIO	53,85
● Goiás	AÉCIO	57,11
● Maranhão	DILMA	78,6
● Mato Grosso	AÉCIO	54,69
● Mato Grosso do Sul	AÉCIO	56,33
● Minas Gerais	DILMA	52,41
● Pará	DILMA	57,12
● Paraíba	DILMA	64,26
● Paraná	AÉCIO	60,98
● Pernambuco	DILMA	70,25
● Piauí	DILMA	78,22
● Rio de Janeiro	DILMA	54,94
● Rio Grande do Norte	DILMA	69,96
● Rio Grande do Sul	AÉCIO	53,53
● Rondônia	AÉCIO	54,94
● Roraima	AÉCIO	57,97
● Santa Catarina	AÉCIO	64,59
● São Paulo	AÉCIO	64,3
● Sergipe	DILMA	67,01
● Tocantins	DILMA	59,48

2010

ESTADO	CANDIDATO	%VÁLIDOS
● Acre	SERRA	69,66
● Alagoas	DILMA	53,63
● Amapá	DILMA	62,66
● Amazonas	DILMA	80,57
● Bahia	DILMA	70,85
● Ceará	DILMA	77,35
● Distrito Federal	DILMA	52,81
● Espírito Santo	SERRA	50,83
● Goiás	SERRA	50,75
● Maranhão	DILMA	79,09
● Mato Grosso	SERRA	51,11
● Mato Grosso do Sul	SERRA	55,13
● Minas Gerais	DILMA	58,45
● Pará	DILMA	53,2
● Paraíba	DILMA	61,55
● Paraná	SERRA	55,44
● Pernambuco	DILMA	75,65
● Piauí	DILMA	69,98
● Rio de Janeiro	DILMA	60,48
● Rio Grande do Norte	DILMA	59,54
● Rio Grande do Sul	SERRA	50,94
● Rondônia	SERRA	52,63
● Roraima	SERRA	66,56
● Santa Catarina	SERRA	56,61
● São Paulo	SERRA	54,05
● Sergipe	DILMA	53,56
● Tocantins	DILMA	58,88

Imagem 4: Publicado por G1 em 27/10/2014²⁷

²⁷ Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/dilma-vence-em-15-estados-aecio-em-12-e-no-df.html> >. Acessado em 2/03/2019.

A VOTAÇÃO POR ESTADOS

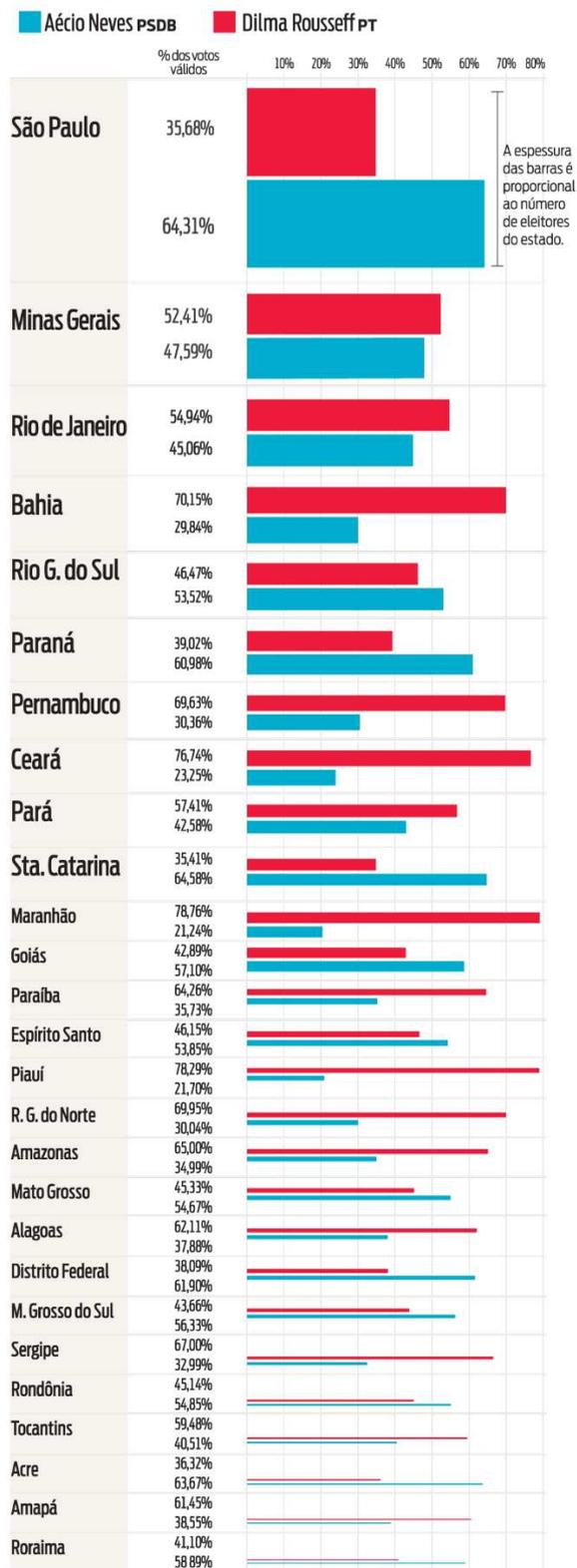


Imagem 5: Publicado por *Gazeta do Povo* em 27/10/2014²⁸

²⁸ Disponível em: < <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/relembre-2014-votacao-presidente-municipios/> >. Acessado em: 2/03/2019.

Ou seja, na simplificação feita pelo ângulo da mídia há uma univocidade lógica. A leitura passa a ser de que os estados pintados em azul (para Aécio) ou vermelho (para Dilma) tivessem tido a totalidade dos votos para o candidato representado pela cor, em vez de a cor representar o estado em que cada um obteve maioria. Pelos mapas binários, a compreensão era de que o vermelho correspondia ao estado onde a população inteira votara na Dilma. O cientista de dados Thomas Victor Conti²⁹, professor da Extecamp/Unicamp, contestou e produziu um mapa não-binário, publicado no dia 27/10/2014 em seu blog acompanhado de um texto que fala sobre ódio:

MAPA BINÁRIO E MAPA NÃO-BINÁRIO



Imagem 6: Reprodução de mapa não-binário de Thomas Victor Conti

Resultado das eleições – Menos ódio por favor

“Devido ao enxame de declarações preconceituosas vergonhosas que invadiu o Facebook depois de apurados os

²⁹ Thomas Victor Conti é mestre e doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp, cientista de dados, professor de pós-graduação na Especialização em Direito e Economia da Extecamp/Unicamp e professor auxiliar no Insper. Ele publicou o mapa que produziu em seu blog < <http://thomasconti.blog.br> > no dia 27/10/2014. Após grande repercussão, com mais de 40 mil compartilhamentos no Facebook, teve o mapa publicado pela *Folha de S. Paulo*, inicialmente sem crédito, e só após sua reivindicação junto à empresa teve a fonte citada. Em seu blog, protestou ainda pelo fato de a *Folha* não ter feito “qualquer menção ao fato de que o mapa viralizou como REPÚDIO ao discurso de ódio contra o povo nordestino”.

votos, acho bom as pessoas terem em mente que não apenas estão propagando um discurso de ódio tacanho e lastimável, como ainda estão com uma visão completamente equivocada da realidade deste país!

Os gráficos que foram veiculados distorcem o cenário eleitoral: dezenas de milhões de nordestinos não votaram na Dilma, dezenas de milhões do sudeste não votaram no Aécio! Não adianta ficar propagando ódio contra esse ou aquele grupo, venceu quem teve o maior número de votos ENTRE 144 MILHÕES DE ELEITORES. (...)

Além de lançar mão de seus recursos técnicos, o pesquisador compartilhou a sua interpretação sobre o mapa de distribuição de votos e sobre a reação nas redes ao resultado das eleições, contrapondo-se à forma como a grande imprensa estava divulgando os mesmos dados eleitorais e contestando a interpretação da maioria - acusando também a imprensa de “distorção do cenário eleitoral”. Por fim, ele finaliza com um apelo para que as pessoas não propaguem o ódio e afirma que estão “com uma visão completamente equivocada da realidade deste país”. A voz dissonante de Conti nos mostra como outras interpretações são sempre possíveis e que, sob a perspectiva da análise de discurso, “a interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais e eternas” (ORLANDI, 2012c, p. 31). O efeito de evidência é produzido pela ideologia, e faz parecer único e “natural”, “sustentando sobre o já-dito os sentidos institucionalizados” (idem p. 31).

O “enxame de declarações preconceituosas” no Facebook, no dia 26/10/2014, a que se refere Conti, aconteceu igualmente em outras redes sociais, a exemplo do Twitter, de onde construímos nosso arquivo. Conti explica também em seu blog como ele produziu o mapa com as escalas de cores diferenciadas. Ele computou os votos válidos em uma tabela do Excel 2013, utilizando o recurso Formatação Condicional, que faz a coloração automaticamente de acordo com a variação numérica. Ele então selecionou o vermelho básico para 100% de votos em Dilma e o azul básico para 0% de votos à candidata eleita. Em seguida, fez o mesmo de forma invertida para o outro candidato, Aécio: azul básico para 100% e vermelho básico para 0% deste mesmo candidato. “Feito isso, todos os valores intermediários são coloridos automaticamente pelo Excel, formando uma cor que

reflete precisamente o grau de distância entre 0% e 100% nessas escalas.” O resultado foi um mapa com variações suaves de tonalidades.

As mensagens do nosso *corpus* foram postadas no Twitter no dia anterior à publicação do mapa de Thomas Victor Conti. Todos os posts foram publicados no dia da eleição (26/10/2014) antes do horário final de votação - 17h -, ou seja, antes do início da apuração. Mas as pesquisas de boca de urna ao longo do dia de votação já apontavam para o bom desempenho de Dilma nos estados do Nordeste, o que explica o fato de o teor dos enunciados fazer referência à vitória já certa da candidata.

Na noite do mesmo dia de votação, outro fato teve grande repercussão entre internautas relacionado à vantagem de Dilma Rousseff sobre seu opositor nos estados do Nordeste: a declaração do comentarista Diogo Mainardi no programa *Manhattan Connection*, da *GloboNews*: “Nordeste sempre foi governista, sempre foi bovino, sempre foi subalterno ao governo. É uma região atrasada, pouco educada, pouco instruída, que tem grande dificuldade para se modernizar”, disse Mainardi. Sua afirmação provocou reações em defesa da população do Nordeste, além de ter lhe rendido um processo movido pelo Ministério Público Federal contra ele (“por críticas preconceituosas contra o Nordeste”) a partir da denúncia de seis deputados federais³⁰.

Nas redes sociais, acontecia a disputa de interpretações e o que podemos chamar de um embate entre enunciados acusatórios (que responsabilizavam os *nordestinos* pelo resultado eleitoral) e enunciados em defesa da população nordestina. O embate não era inédito - em nosso arquivo de 123.866 posts do Twitter com o referente *nordestino*, de janeiro a outubro de 2014, acontece o mesmo enfrentamento ao longo do ano -, mas neste dia de eleição o volume de enunciados agressivos e com sugestões de extermínio aumentou tão intensamente (como já havia ocorrido logo após o 1º turno³¹) que, nos dias seguintes à apuração, houve um grande número de denúncias à Procuradoria Geral da República (PGR)³².

O *corpus*

³⁰ Matéria publicada no portal *GGN* do jornalista Luís Nassif: “Deputados denunciam Mainardi a Ministério Público”, 08/11/2014. Disponível em < <https://bit.ly/2WvC6Pp> >. Acesso em: 30/01/2019.

³¹ Matéria publicada no portal *G1*: “MPF investiga denúncias de racismo contra nordestinos após 1º turno”, 08/10/2014. Disponível em < <https://glo.bo/2SbdITW> >. Acesso em: 30/01/2019.

³² Matéria publicada no portal *IG Brasília*: “PGR recebeu mais de 1,2 mil denúncias de discriminação desde a eleição”, 06/11/2014. Disponível em < <https://bit.ly/2DJiSyh> >. Acesso em: 30/01/2019.

O conjunto de enunciados de ódio ao *nordestino* pelo Twitter foi produzido majoritariamente por brasileiros fora da região Nordeste (não residentes ou que não estão na região) e não-*nordestinos*, ou seja, não nascidos nos estados da região. Mas é importante mencionar que neste arquivo identificamos mensagens de *nordestino* que também sugere o extermínio “aos *nordestinos* que votaram em Dilma”, cujo enunciado restringe o ódio aos “*nordestinos* pobres” que estariam votando na Dilma porque “são vagabundos” e “não querem trabalhar”, finalizando com a hashtag #SouDoNordesteMesmoEComOrgulho.

Na observação deste direcionamento dos enunciados, identificamos mais uma especificidade do discurso de ódio em nosso *corpus*: a *universalização* dos enunciados, que se junta à outra especificidade já mencionada da *naturalização do extermínio*. O discurso de ódio ao *nordestino* que analisamos tem a marca da *universalização* porque é dirigido aos pares (não é dirigido aos *nordestinos*), e os pares são (pela língua) representados no “todos” (referidos nos enunciados que circulam no meio digital em rede aberta). Ou seja, o sujeito dirige o discurso como se fosse a “todos”, mas é dirigido àqueles aos quais se une pelas mesmas filiações no interior de uma formação discursiva. A *universalização* do discurso se dá pela relação do sujeito de enunciação com o sujeito universal, conforme postulado por Michel Foucault (FOUCAULT apud COURTINE, 2009, p. 102):

“No que diz respeito ao sujeito, o autor propõe haver no interior de uma FD, contrastantes posições de sujeito ‘que constituem modalidades da relação do sujeito universal com o sujeito de enunciação, do sujeito do enunciado com o sujeito da formulação’.”

O direcionamento do discurso de ódio, endereçado aos pares (mas com efeito de ser endereçado a todos), dá assim mais uma marca de especificidade ao nosso objeto de pesquisa pela *universalização*. Chamando a atenção, ainda, ao fato de que é o ódio que é dirigido aos *nordestinos*, e não o enunciado, porque o sujeito enuncia aos seus pares e não aos odiados (*nordestinos*). Importante também destacar que discurso dirigido (endereçado) se diferencia de discurso sobre ou de: a) discurso sobre é aquele que institucionaliza diferentes vozes sobre alguma coisa; b) discurso de é aquele que fala “por” ou “no lugar de” alguém ou alguma coisa, com aparência homogênea de um discurso (exemplo: discurso de cientista, discurso de presidente, discurso de mãe...).

Os enunciados

Entendemos que a partir da materialidade da língua podemos identificar a discursividade do arquivo, e que por esta materialidade discursiva compreendemos os processos de subjetivação. Os enunciados são marcas desta materialidade discursiva - materialidade “enquanto nível de existência sócio-histórica [do discurso], que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as ‘mentalidades’ de uma época, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura dada” (PÊCHEUX, 1981: 151).

Apresentamos aqui os enunciados que compõem o *corpus* desta pesquisa construído conforme critérios que decorrem de princípios teóricos da Análise de Discurso (ORLANDI, 2007, p.63). Todos os enunciados foram publicados no Twitter no dia 26 de outubro de 2014 e fazem referência ao extermínio dos *nordestinos*. As análises dos enunciados são apresentadas no capítulo 5 (“Na metáfora, o sentido”).

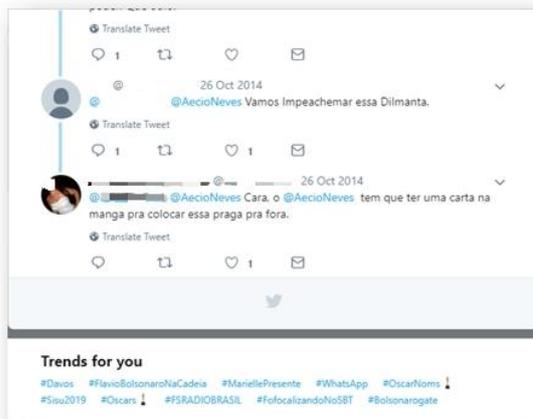
1)



2)



3)



4)



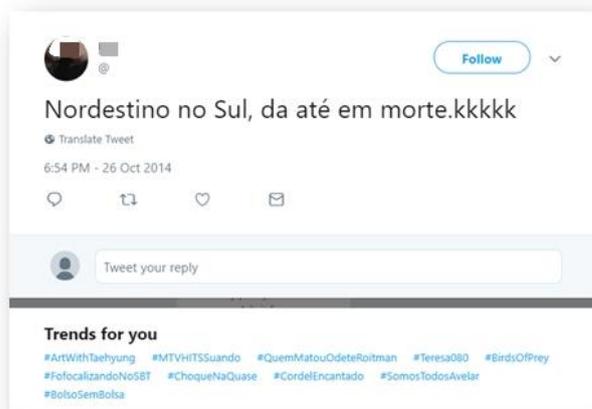
5)



6)



7)



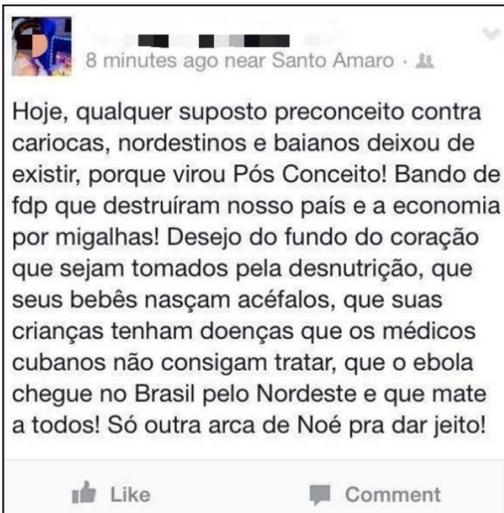
8)



9)



10)



8 minutes ago near Santo Amaro · 

Hoje, qualquer suposto preconceito contra cariocas, nordestinos e baianos deixou de existir, porque virou Pós Conceito! Bando de fdp que destruíram nosso país e a economia por migalhas! Desejo do fundo do coração que sejam tomados pela desnutrição, que seus bebês nasçam acéfalos, que suas crianças tenham doenças que os médicos cubanos não consigam tratar, que o ebola chegue no Brasil pelo Nordeste e que mate a todos! Só outra arca de Noé pra dar jeito!

 Like  Comment

CAPÍTULO 2

SUJEITOS NA REDE

Sentidos que circulam e se (re)produzem

“Sentidos chegam torrencialmente.”

ORLANDI, E.P.

A descrição e as condições de produção, como vimos no capítulo anterior em que apresentamos o *corpus*, não esgotam a problematização dos sentidos nem do ódio, “porque existe alguma coisa nos arquivos para além do testemunho do fato, para além da informação” (ROBIN, 2016), incluindo as condições de produção, a circulação e a subjetivação. Apresentamos aqui de que forma circulam os sentidos e como eles se constituem. Para tanto, não apenas daremos continuidade ao que iniciamos sobre as condições de produção, como também vamos introduzir a noção de assujeitamento (a constituição do sujeito discursivo).

De acordo com os dicionários, a palavra *nordestino* pertence a duas classes gramaticais: adjetivo e substantivo. *Nordeste* está igualmente classificado. Conforme anunciamos anteriormente (p. 19), consideramos em nosso trabalho de análise *nordestino* o primeiro grande referente, e complementamos aqui que vamos considerar *Nordeste* o segundo importante referente, visto que todo o discurso em análise, em sua materialidade discursiva, gira em torno destes dois substantivos e adjetivos.

No Dicionário Online de Português, o significado de *nordestino* como adjetivo é: “Pertencente ou relativo ao *Nordeste* brasileiro”; enquanto como substantivo (masculino) é: “Habitante ou natural dessa região”. Plural: *nordestinos*. Feminino: *nordestina*³³. A definição no dicionário Michaelis Online para o adjetivo leva em conta os pontos colaterais da Rosa dos Ventos, ou seja, considera a localização em outros espaços: “Relativo ou pertencente à região ou regiões situadas à nordeste”; ou: “Relativo ou pertencente à região *Nordeste* do Brasil”. Na definição do substantivo (masculino), há

³³ Dicionário Online de Português < <https://www.dicio.com.br/nordestino/> >. Acessado em: 18/02/2019.

uma diferença em relação ao primeiro dicionário. O Michaelis acrescenta dois “sinônimos”: “Natural ou habitante dessa região; **baiano, paraíba.**”³⁴

É importante ressaltar que, para a análise de discurso, o sentido não está atrelado ao significante, como nos dicionários. O objetivo da consulta não é o de tomar o sentido único. O intuito é fazer exatamente o contrário disso, promovendo um gesto de interpretação sobre como o sentido “oficial” é construído historicamente. Ao mostrarmos as marcas da história, como faremos a seguir, conseguimos dar esta opacidade aos significantes, porque “não há sentido possível sem história, pois é a história que provê a linguagem de sentido, ou melhor, de sentidos” (ORLANDI, 2012c, p. 57).

Apesar das definições semelhantes nos dois dicionários, onde podemos considerar que em ambos o sentido literal para *nordestino* está relacionado aos nove estados da região *Nordeste* do Brasil, por que motivo um dicionário apresentaria como “sinônimos” para *nordestino* os gentílicos de apenas dois estados?

Desde meados e final do século 19, grande contingente de trabalhadores migrou de áreas assoladas pela seca ao norte do País (onde ainda não se reconhecia como região Nordeste) para diversas outras regiões. Muitos foram para a região amazônica, atraídos pelo primeiro Ciclo da Borracha (1879); depois, já no século 20, ocorreu o segundo Ciclo da Borracha, na década de 1940, atraindo novo contingente das áreas secas; e nos anos 1950 a migração maior se dirigiu à região Centro-Sul para atender à demanda da industrialização por mão de obra operária. São Paulo e Rio de Janeiro receberam a maior parte deste fluxo de migrantes que compuseram então a massa de trabalhadores do período industrial e do crescimento urbano e da construção civil. Ao longo de um século, portanto, as secas nas áreas localizadas ao Norte do território nacional provocaram sucessivos movimentos migratórios.

Via de regra, a migração acontecia sob condições precárias. Devido à ausência do Estado nas regiões secas, uma população desamparada se deslocava, mas da mesma forma continuava invisível às políticas governamentais. Os migrantes da seca juntavam-se, no Sudeste – especialmente no eixo Rio-São Paulo –, ao contingente de mão de obra formado, em boa parte, por imigrantes de países europeus ou do Japão, e também pela população negra descendente de escravos. Vale destacar que a imigração italiana, no fim

³⁴ Dicionário Michaelis < <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/nordestino/> > . Acessado em : 18/02/2019.

do século XIX e começo do século XX, constituiu o contingente mais decisivo na formação da população de São Paulo (ORLANDI, 2012c, p. 11).

No início do século XX não havia a regionalização no Brasil. O conceito *Nordeste* aparece pela primeira vez no documento que criou a Inspeção Federal de Obras contra a seca (IFOCS), em 1919. Oficialmente, a divisão do país em cinco regiões só veio a ser formalizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1969. Isso quer dizer que os primeiros migrantes das secas não eram reconhecidos como *nordestinos*. Identificar pessoas e grupos pelo gentílico era uma prática comum, mas, metonimicamente, baiano e paraíba tornaram-se sinônimos de migrantes da seca. Não se sabe se ocorreram maiores fluxos da Bahia ou da Paraíba, ou se os genticos viraram figuras de linguagem tão somente pela falta de conhecimento sobre os demais estados, ou, ainda, se o fenômeno advinda da baixa escolaridade dos próprios migrantes que também não tinham conhecimento de toda a região. São muitas as interpretações possíveis. O fato é que, neste gesto, ocorre pela língua um apagamento da identidade do migrante de outros estados, com sua história e sua cultura local.

Estes não são os únicos sentidos para *nordestino*. Os sentidos chegam torrencialmente para este referente que ao longo da história vai se (re)significando. Ao analisarmos os tuitos, portanto, sabemos que nenhum dos sentidos é inventado porque não inventamos nem a língua nem os sentidos, e porque o sentido é uma relação determinada do sujeito com a história, afetado pela língua (ORLANDI, 2005, p. 47). Em nosso *corpus*, encontramos diversos sentidos para *nordestino*: escroto, molambento, fdp, ignorante, vagabundo, beneficiário do Bolsa Família, eleitor do PT...

O sujeito inicialmente retira seu discurso de uma rede de formulações e saberes pré-existentes, que se encontram numa estrutura vertical e que ele vai inscrever na ordem da repetibilidade (COURTINE³⁵ apud INDURSKY, 2003, p. 103). Ou seja, o seu dizer se situa na estrutura vertical da narrativa histórica (pela formação discursiva), fazendo assim funcionar o princípio de que “algo fala” sempre “antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, 2014, p. 149). Não podemos falar, no entanto, em “anterioridade de sentidos”, nem na estrutura, nem no acontecimento, “porque o sentido se dá no encontro dos dois, na sua relação” (ORLANDI, 2012c, p. 57).

³⁵ COURTINE, Jean-Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyses du discours. *Langages*, n. 62, p. 9-127, juin, 1981.

Para Cristiane Dias, na singularidade da materialidade digital, a ordem da repetibilidade também acontece na ordem da formulação (no intradiscorso). Podemos dizer que os retuítos fazem parte desta ordem da repetibilidade, porque com o digital a maneira singular de textualização se quebra; ela precisa do repetível para significar, analisa Dias. “Se não tem a repetibilidade à exaustão, parece que não significa”. Ou seja, o modo de formular no digital se dá pela ordem da repetibilidade. O digital tem traços da oralidade, mas ele produz uma escrita própria – noção de Dias. E a ordem da repetibilidade também se dá por paráfrase - noção de Orlandi.

Em outras palavras, os saberes pré-existem ao discurso e “a existência destes saberes é vertical e sua sede é a Formação Discursiva e, antes dela, o interdiscurso” (INDURSKY, 2003, p. 102). O sujeito é atravessado pelas palavras das quais pensa ser dono (delas e de si), sem domínio do interdiscurso que se reinscreve em seu discurso. Os enunciados fazem trabalhar, no funcionamento desta produção de sentidos, a memória constituída pelo imaginário histórico – por exemplo, sobre o migrante *nordestino* - em um simulado espaço discursivo logicamente estabilizado. É a memória discursiva (pela ideologia) produzindo seus efeitos, ou seja, “dando lugar aos processos de identificação a partir dos quais o sujeito encontra as evidências que sustentam/permitem seu dizer” (ZOPPI-FONTANA, 2014, p. 168); a memória discursiva como “redes de filiação histórica que organizam o dizível” (ibid.).

Como exemplo do funcionamento do imaginário histórico e da memória discursiva produzindo efeitos podemos falar do “mito da preguiça baiana”, que, segundo a antropóloga Elisete Zanlorenzi³⁶, tem relação com a migração do trabalhador *nordestino* para o sul do País. Na primeira metade do século XX, chegavam ainda sem emprego, alojavam-se em favelas ou condições precárias de moradia, e disputavam vagas com o trabalhador local ou com o imigrante. Havia um natural confronto cultural e econômico (no mercado de trabalho), portanto fazia parte desta disputa a construção de uma imagem negativa do outro para se levar vantagem no mercado. O migrante da seca – pobre, desempregado, com baixa escolaridade e pardo ou negro (que não recebia

³⁶ A antropóloga Elisete Zanlorenzi é autora da tese de doutorado **O Mito da Preguiça Baiana**, pela USP/FFLCH, onde desenvolve a ideia de que a “preguiça baiana” é um mito construído. Matéria publicada na revista *Ciência e Cultura*: “Mito ou identidade cultural da preguiça”. *Cienc. Cult.* vol.57 no.3 São Paulo July/Sept. 2005 (*On-line version* ISSN 2317-6660). Disponível em: < http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000300005 >. Acessado em: 22/08/2019.

subsídios como os destinados pelo governo aos imigrantes estrangeiros) - começou a ser identificado como sujo, improdutivo e preguiçoso. Chamar genericamente de “baiano” fazia parte do jogo de poder destas relações.

Também na primeira metade do século XX, em vários lugares do mundo ganhavam força as teses eugenistas³⁷, desde a segunda metade do século XIX. A Segunda Guerra Mundial consolidou esta ideia que defendia como padrão genético superior o homem branco europeu, porque, de acordo com a tese, gozava de mais saúde, mais beleza e mais “civilidade” em relação a todas as outras “raças” do mundo – índios, negros, asiáticos. No Brasil, a eugenia teve adesão de intelectuais, que defendiam o branqueamento, por isso o incentivo à imigração europeia ganhava força. Levando em conta que a população do Nordeste que migrava para o Centro-Sul era basicamente negra e parda, o estigma da preguiça, da sujeira, da improdutividade e outras atribuições negativas foram se naturalizando como perfil do não-europeu e/ou não-imigrante e/ou do negro e pardo. A teoria eugenista ainda sobrevive na cultura brasileira, como pode-se observar no dizer do vice-presidente do Brasil, General Hamilton Mourão, autodeclarado de origem indígena, quando elogiou o neto de pele clara como exemplo de superioridade pelo “branqueamento da raça”³⁸. Seu discurso filia-se às formações discursivas eugenistas.

Por ser a linguagem irredutível à ideologia, neste processo de subjetivação a relação do sujeito com a linguagem não se superpõe à do sujeito com a ideologia (HENRY, 2013). Tanto a historicidade quanto as condições de produção são atravessadas pela ideologia, o que faz com que todo sujeito seja um sujeito ideológico, e implica em dizer que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 2005,

³⁷ A palavra de origem grega Eugenia significa “bem nascido”. Inspirada na seleção natural de Charles Darwin, a ideia foi usada como forma de validar a segregação hierárquica. Projeto eugenista foi apresentado pela primeira vez na Grã-Bretanha e colocado em prática nos Estados Unidos. No Brasil chegou oficialmente em 1914: “Médicos, engenheiros, jornalistas e muitos nomes considerados a elite intelectual da época no Brasil viram na eugenia a ‘solução’ para o desenvolvimento do país.” Entre os adeptos da teoria estavam Júlio de Mesquita, proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*; Arnaldo Vieira de Carvalho, fundador da Faculdade de Medicina em São Paulo; e o escritor Monteiro Lobato. Há historiadores que identificam nas obras de Gilberto Freyre uma “simpatia” às ideias eugenistas. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>> Acessado em: 2/03/2019.

³⁸ Notícia publicada pelo portal *UOL/Folha de S. Paulo* em 6/10/2018, durante a cobertura das eleições: “Meu neto é um cara bonito, branqueamento da raça”, diz general Mourão”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/meu-neto-e-um-cara-bonito-branqueamento-da-raca-diz-general-mourao.shtml>>. Acessado em 11/07/2019.

p.47). No momento em que enuncia o ódio em posição de poder, o enunciador o faz (ainda que pense que não) ideologicamente, considerando que a luta ideológica também se dá no terreno da linguagem.

Para a compreensão do funcionamento dos sentidos em jogo, portanto, é preciso olhar para o processo de subjetivação. Desta forma, uma das noções da Análise de Discurso da qual lançamos mão é a do assujeitamento discursivo, pela qual analisamos como o indivíduo em sujeito “produtor livre” de seu discurso cotidiano é interpelado pela ideologia e afetado pelo simbólico na história - esta por sua vez materializada na língua e no discurso já dado. Orlandi chama este processo de “gesto mínimo de interpretação” e lugar da relação do sujeito com a língua e das marcas de subjetivação do discurso (ORLANDI, 2012c, p.115):

“Todo sujeito, ao dizer, produz o que chamo de gesto mínimo de interpretação que é a inscrição de seu dizer no interdiscurso (no dizível) para que ele faça sentido. Aí trabalha um efeito ideológico elementar que está no fato de que todo discurso se liga a um discurso outro, por sua ausência necessária.”

Descentramento

Pode parecer paradoxal, mas ao mesmo tempo que o sujeito é um lugar de significação historicamente constituído (ORLANDI, 2012c, p. 37), ele não é a origem do sentido. A Análise de Discurso trabalha o descentramento do sujeito (como origem) (idem, p. 29). Portanto, ele não é o centro. Pensando no encadeamento dos enunciados, podemos dizer que as palavras falam com as palavras da memória discursiva (Outro), assim como falam com as palavras do outro, no momento em que o sujeito se faz sujeito pelo discurso porque está significando, de alguma maneira, pela ideologia no modo inconsciente.

Afinal, somos todos sujeitos ideologicamente constituídos. Identificamo-nos com um sentido e não com outros. Às vezes temos consciência disso, e às vezes não. Conforme descreveu Pêcheux (1975), o dizer de um sujeito inscreve-se, sempre, por identificação, em alguma formação discursiva que autoriza certos discursos e impede outros. Indursky complementa (2003, p. 103):

“Ou seja, o sujeito, ao produzir seu discurso, o faz afetado pela ideologia e pelo inconsciente e, por conseguinte, seu dizer inscreve-se, sem que ele perceba, em uma Formação Discursiva determinada, de onde não só ele retira os elementos de saber que se organizam no interior de seu discurso, como também e, sobretudo, ele se significa ao significar ou ressignificar seu dizer.”

Pela noção da relação de forças, é importante destacar que “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2005, p. 39). O sujeito pode falar, por exemplo, do lugar de professor, ou de médico, de padre etc. As palavras significam de forma diferente de acordo com o lugar do sujeito, visto que vivemos em uma sociedade constituída por relações de força, “sustentadas no poder desses diferentes lugares” (ibid.), por sua vez ‘definidos’ a partir do funcionamento de uma formação imaginária.

Portanto, é a imagem resultante da projeção imaginária que vai colocar o sujeito em sua posição no discurso. Não é o sujeito físico em seu lugar empírico (como está inscrito na sociedade ou como está sociologicamente descrito) que vai funcionar no discurso. Essa é a diferença entre lugar e posição. O que vai significar no discurso é a posição (a projeção, a imagem), porque significa em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (ibid.)

Isso implica em dizer que não é o lugar físico ou geográfico do não-*nordestino* que vai significar no discurso, mas a projeção imaginária de não-*nordestino* e não-morador do Nordeste que vai significar o sujeito em sua posição. E dentro da sociedade constituída por relações de força, existe uma hierarquia nesta posição. No caso do não-*nordestino* enunciador, é a partir do imaginário construído pela narrativa histórica brasileira do Centro-Sul a partir do século XIX como lugar do poder político e econômico, que ele se coloca em posição social hierárquica inscrita na memória discursiva/imaginário histórico. Não é o seu lugar empírico, mas a sua posição, que faz significar em seu discurso o *nordestino* como incapaz de fazer a escolha pelo voto e como “culpado” pelo resultado eleitoral.

Neste momento que enuncia, sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo (ORLANDI, 2016, p. 75). O sujeito enunciador do ódio ao *nordestino* está se constituindo a partir desta posição. A sua existência e sua posição-sujeito se definem a partir desta posição que ele coloca o *nordestino* e a partir da posição que ele se coloca (como não-*nordestino*). É uma posição que lhe dá poder, ele se significa ao significar ou (re)significar seu dizer (INDURSKY, 2003, p. 103).

Neste espaço do dizer ele elabora um lugar de assepsia do pensamento (PÊCHEUX, 2008, p. 33), logicamente estabilizado a partir de evidências lógico-práticas (porque é assim que a ideologia trabalha: produzindo evidências [ORLANDI, 2005, p.46]), unificando o discurso, que não tem brecha para o contestável (“é assim porque

sempre foi assim”, “todo mundo sabe”). O sujeito pragmático é aquele que tem necessidade da homogeneidade (PÊCHEUX, 2008, p.33), mas esta vai ser atravessada pelos equívocos da língua e pelas diversas Formações Discursivas e muitas posições-sujeito que se confrontam neste imbricamento entre memória e atualidade, interdiscurso e intradiscurso, estrutura e acontecimento.

A identificação que cada sujeito tem com a formação discursiva que o constitui (lembrando que a ideologia se materializa neste imaginário simbólico e no funcionamento da língua) faz parte do jogo das formações imaginárias (ORLANDI, 2007b). “As pessoas se identificam de alguma maneira com um sentido ou outro” (ORLANDI, 2005), e esta identificação (que é fundadora do imaginário) com a formação discursiva que o constitui apoia-se no fato de que o pré-inscrito é reinscrito no seu próprio discurso.

Circulação

Quando o sujeito inscreve seu discurso na ordem da repetibilidade, “ele reinscreve seu dizer nesta mesma rede de formulações” (INDURSKY, 2003, p.103). E quando os sentidos circulam, eles se atualizam e se re-significam. Observamos assim a forma como os enunciados circulam. O sentido não fica parado “(...) pois é pela circulação (compartilhamento, viralização, comentários, postagens, hashtags, memes, links...) que o digital se formula e se constitui. De outro modo, diríamos que o discurso digital se formula ao circular” (DIAS, 2018, p.29).

Nesta formulação, os sentidos mudam de caminho ou se repetem, visto que “as palavras estão aí significando” (ORLANDI, 2005), e os sentidos podem sempre deslizar para novos sentidos, e também podem se romper (ou não). O sentido está (sempre) em curso e é uma questão aberta, mas isso não quer dizer que não seja administrado ou que possa ir em qualquer direção: “há uma necessidade que rege um texto e que vem da relação com a exterioridade” (ORLANDI, 2012c, p. 11 e 15).

Levando-se em conta que o universo digital pelo qual circulam os enunciados é parte das condições de produção do discurso, considera-se nesta análise que o digital vem produzindo mudanças na discursividade do mundo (DIAS, 2018, p. 20-21) dentro do contexto das formas históricas de assujeitamento na sociedade atual, o que resulta em “um desdobramento em noções de memória e autoria”, e na própria linguagem, no sujeito

e no espaço. Um dos desdobramentos, por exemplo, está no modo de significar, visto que a memória metálica³⁹ considera a quantidade no modo de significar.

Partimos do primado da linguagem “como ação mediadora/transformadora da relação do homem com a realidade natural e social” (ORLANDI, 2016, p. 74) para compreensão destas mudanças na discursividade do mundo produzidas pelo digital. Podemos afirmar que há um conflito com a própria existência nesta ação da linguagem que transforma o homem, o que é próprio da nossa relação com a “ideologia, que coloca o homem na relação imaginária com suas condições reais de existência” (ORLANDI, 2005, p.46), na ordem do inconsciente. A ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos, e simultaneamente no simbólico e no funcionamento da língua ela se materializa. Mas a ideologia não se restringe ao campo da imaterialidade das ideias, e tem também uma existência material (igreja, estado, escola, instituições, língua).

No processo de construção da referência discursiva pelo digital, formulação e circulação se tensionam para que se produza certos sentidos. Neste funcionamento, o dizer circula ‘pelo’ digital, e não ‘no’ digital. De acordo com Dias, a produção de sentidos para os dizeres na discursividade do digital “só é possível pela complexidade da relação memória discursiva, memória metálica, formulação e circulação” (DIAS, 2018, p.190). Também faz parte desta complexa relação a “iminência da desapareição”, que pode ocorrer tanto pelo ato do deletar quanto pelo excesso, “que indistingue os dizeres” (idem).

A questão trazida por Cristiane Dias é, se a formulação ou o recorte do silêncio pelo dizer é a dimensão política do silêncio (ORLANDI, 1995), como fica o político quando o recorte do silêncio é técnico ou tecnológico? Dias propõe, assim, a dimensão técnica do silêncio, que põe em relação silêncio e tecnologia de linguagem (circulação), que se juntam às duas outras formas do silêncio apontadas por Orlandi: a dimensão fundante (que põe em relação silêncio e linguagem – constituição) e a dimensão política do silêncio (que põe em relação silêncio e corpo da linguagem – formulação). As três dimensões apresentam pontos de intersecção. Como diz Dias, o que caracteriza a

³⁹ O conceito de memória metálica diz respeito à circulação no espaço virtual a partir das tecnologias de linguagem, conforme explica Cristiane Dias no artigo **Memória Metálica** (Enciclopédia Discursiva da Cidade/Laburbe). Disponível em <
<https://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=119>>. Acessado em: 2/03/2019..

materialidade digital é a sua discursividade – ela não é redutível ao digital ou ao online (DIAS, 2018, p.189).

Formulação, na definição de Orlandi (2001), “se desenha em circunstâncias particulares de atualização, nas condições em que se dá, por gestos de interpretação e através de discursos que lhe emprestam ‘corpo’ à formulação”. Nos modos de circulação de sentidos no digital, os discursos estão inscritos na memória metálica, que retorna no intradiscurso pela atualização de dados. “Uma memória que se pode deletar e recuperar, demolir e restaurar. (...) Tudo pode ser digitalizado, mas a gigantesca memória é frágil e perecível” (ROBIN, 2016 apud DIAS, 2018, p.187).

Sobre a noção da materialidade digital, Dias marca a distinção entre suporte e materialidade – entre uma concepção do digital como restrita a um ambiente específico e uma concepção do digital como um processo mais amplo (parte das tecnologias de linguagem (DIAS, 2018, p. 189). Entende-se, portanto, que discurso digital não é discurso imediato, ele é discurso amplo e é parte da condição de produção, retornando pela memória, em condições de produção atualizadas. A materialidade digital é “o processo de significação que se dá pela emergência da discursividade digital na forma material do discurso (texto, imagem, cena urbana etc), e em certo meio material - aplicativo, outdoor, rede social, cidade etc” (DIAS, 2016, p. 173). Em outras palavras, Dias afirma que “o que caracteriza a materialidade digital é a sua discursividade”.

Pela repetição e dominância da circulação de sentidos acontecem as relações de poder de forças antagônicas no digital. Ou seja, considerando o caráter horizontal do espaço digital que constitui a memória metálica, estas relações de poder de forças antagônicas se estabelecem pela circulação: o domínio (ou dizer possível) passa a ser definido pela repetição, e o discurso adquire valor pela circulação, como se os movimentos de repetição e replicação representassem, na ordem discursiva, uma luta de classes no sentido ampliado (LOSURDO, 2015, p.121) que vai ser arquivada e materializada eletronicamente. O digital sustentando, enfim, a “produção político-ideológica do discurso, como condição e meio de produção e reprodução das formas de existência capitalistas” (DIAS, 2018, p. 28).

Além da horizontalidade, outro caráter do funcionamento do digital diz respeito ao efeito da emoção sobre a circulação. Um enunciado que evoca (ou provoca) algum sentimento/emoção, como o ódio, gera uma sequência de outros efeitos a partir da

subjetivação, a saber: os efeitos de verdade (pela identificação e/ou filiação do sentimento) e de confirmação (“eu sinto o mesmo”), sem mediação, provocando maior circulação. Este pode ser, portanto, interpretado como um outro possível funcionamento para o discurso de ódio.

Outro fator a que se atribui a grande repercussão do discurso de ódio nas redes sociais é o crescimento no número de usuários do Twitter no Brasil em 2014⁴⁰, de 25,6%, ampliando assim o alcance da circulação e fazendo do país um dos cinco principais mercados da empresa no mundo.



Imagem 7: Reprodução de arte do estudo O crescimento das mídias sociais no Brasil⁴¹

De acordo com pesquisa⁴², a maioria dos usuários do Twitter no Brasil é formada por homens solteiros com idade entre 21 e 30 anos. Pela perspectiva teórica da análise de discurso, o perfil definido em pesquisa não representa nada para a compreensão do funcionamento da língua. Devemos considerar, portanto, o sujeito político, que se constitui (ou é produzido) pelos enunciados, porque o “sujeito se define pela sua relação com o sistema significante investido de sentidos. (...) É o sujeito significante, o sujeito

⁴⁰ Dados da pesquisa em matéria publicada pela Exame: < <https://exame.abril.com.br/tecnologia/2014-twitter-em-numeros/> > . Acessado em 8/03/2019.

⁴¹ Site Marketing e Mídias Sociais. Disponível em: < <http://marketingemidiassociais.com.br/blog/o-crescimento-das-midias-sociais-no-brasil/> > . Acessado em: 6/03/2019.

⁴² Fonte: Internet World States e Ibope Nielsen Online, segundo trimestre de 2011. Disponível em: < <http://marketingemidiassociais.com.br/blog/o-crescimento-das-midias-sociais-no-brasil/> > . Acessado em 6/03/2019.

histórico (material). Esse sujeito que se define como ‘posição’ é um sujeito que se produz entre diferentes discursos” (ORLANDI, 2012c, p. 49). “Não são os traços sociológicos empíricos (classe social, idade, sexo, profissão), mas as formações imaginárias (que se constituem a partir das relações sociais) que funcionam no discurso” (idem, p.30).

O sujeito em rede (ou na rede) que investigamos não é o da noção psicológica de sujeito empiricamente coincidente consigo mesmo (ORLANDI, 2005, p.48). Falamos aqui do sujeito-histórico sob o modo imaginário, atravessado pela linguagem e pela história, que tem acesso somente a parte do que diz (idem, p.49); é o sujeito pensado como “posição”, que para ser sujeito ocupa um “lugar”. A rede que analisamos é a rede de alcance mundial, a World Wide Web (www), não a rede física, como mencionado no Twitter de uma advogada paulista, no dia da apuração de 2014, “acusando” *nordestinos* de ficarem na rede (de tecido) sem trabalhar⁴³. Metaforizações, aliás, são também marcas dos enunciados, porque também é pelo equívoco que os sentidos funcionam nas redes (DIAS, 2018). Portanto, as metáforas – que são o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade (ORLANDI, 2012, p.24) – estão marcadas, no interior das paráfrases, nesta análise que aqui se faz pelo uso da paráfrase como dispositivo de análise do *corpus* definido.

⁴³ Matéria veiculada no dia 26/10/2014 pelo IG sobre Twitter de advogada paulista no qual fez metáfora relacionando o voto do nordestino em Dilma Rousseff ao Bolsa Família e à rede, utensílio doméstico de origem ameríndia muito comum no Nordeste. Disponível em: < <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-10-26/nordestino-fica-na-rede-esperando-o-bolsa-familia-enquanto-o-sul-trabalha.html> > . Acessado em 6/03/2019.

CAPÍTULO 3

SEMPRE FOI BOVINO

Historicidade, imaginário e movimentos de memória

“O imaginário não ‘brota’ do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder.”

ORLANDI, E.P.

A partir da relação língua/sujeito/história e da resignificação que se dá em AD dos conceitos das disciplinas que lhe dão base teórica (linguística, psicanálise e história - sem hierarquia das mesmas), nosso gesto de análise se faz pela transversalidade, no caminho do entremeio, no momento em que “se toma discursivamente a não transparência do sujeito, a não transparência da língua e a não transparência da história” (ORLANDI, 2016, p.11). Para que se torne visível o invisível sobre o sujeito, a língua e a história – a partir da opacidade do discurso - tomaremos os movimentos de memória, a historicidade e o imaginário sobre *nordestino*.

No dia 26/10/2014, o mesmo dia dos enunciados de ódio que aqui analisamos, o jornalista Diogo Mainardi comentava o resultado da eleição presidencial no programa *Manhattan Connection*⁴⁴ e declarou: “O *nordestino* sempre foi bovino”. Na fala completa ele dizia: “O Nordeste **sempre foi** retrógrado, governista, bovino, subalterno”. E continuou na definição: “região atrasada, pouco educada e pouco instruída” com “uma grande dificuldade para se modernizar”.

O imaginário

As afirmações do jornalista dialogam com o nosso *corpus* pela via das formações imaginárias enunciadas, cuja substância se constitui a partir da percepção sempre atravessada pelo “já ouvido” e “já-dito” (GADET; HAK., 1997, p.85). O imaginário cria o efeito de evidência e produz uma ilusão referencial, exatamente o que acontece quando *Nordeste e nordestino* são significados como “bovino”, “retrógrado”, “região pouco educada”. “A dimensão imaginária de um discurso é sua capacidade para a remissão de

⁴⁴ *Conversa Afiada* – Entrevista de Durval Muniz de Albuquerque Júnior ao jornalista Paulo Henrique Amorim. Disponível em: <https://www.conversaafiada.com.br/pig/2014/10/27/colonista-da-globo-o-nordeste-sempre-foi-bovino>; <https://rd1.com.br/comentarista-da-globo-news-diz-que-nordeste-e-bovino-e-causa-polemica/>. Acessado em:

forma direta à realidade” (SERCOVICH, 1977 apud ORLANDI, 2012c, p. 32), daí seu efeito de evidência. O funcionamento do imaginário fica ainda mais claro no discurso quando entendemos que “não há relação direta entre o mundo e a linguagem, entre palavra e coisa”, mas o que faz parecer que a relação é direta é o funcionamento do imaginário – na ordem da transparência - entre mundo e linguagem (ibid.).

A força do imaginário é tão grande que ele “é capaz de determinar transformações nas relações sociais e de constituir práticas” (ORLANDI, 2012c, p.33). Mediado pela ideologia na sua relação com o sujeito, imaginário é o que produz o efeito de transparência (ibid.). Na relação do imaginário com a história, quando o signo se transforma em imagem (signo = *nordestino*), o resultado é justamente a perda do seu significado, ou seja, é o seu “apagamento enquanto unidade cultural ou histórica”. A palavra/signo/referente vira pura imagem, e a história se apaga.

Como afirma Orlandi (1999, p.42), “o imaginário não ‘brota’ do nada”⁴⁵. O que vamos ver é que o *Nordeste* não é um fato inerte na natureza (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 79) e os sentidos para *Nordeste* e *nordestino* são invenções de determinadas relações de poder e do saber que permeiam a sua historicidade.

Em Análise de Discurso a história é entendida como constitutiva, não como algo exterior, complementar ou em relação de causa e efeito como o sistema linguístico, como a matéria textual (ORLANDI, 2012c, p. 56). É importante pontuar que este trabalho, apesar de reservar grande espaço à história, não se propõe a trazer todos os elementos da história do Brasil que são constitutivos do discurso que analisamos. Não haveria possibilidade em razão do tempo insuficiente, da incompletude dos arquivos históricos em si (o que faria desta intenção uma missão impossível) e do fato de nosso objeto de análise ser o discurso digital sob a perspectiva da análise de discurso.

Até a década de 1910 não existia o que se entende hoje por *Nordeste*. Exatamente no início do século XX, surgia o termo *Nordeste* em documento que funda a Inspeção Federal de Obras contra as Secas (IFOC, 1909⁴⁶) para designar a região composta por

⁴⁵ ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes. 1999. p. 42.

⁴⁶ “A criação da IFOCS em 1919 resultou da insatisfação com o modo como vinha sendo encaminhado o combate contra as secas no Nordeste desde 1877.” Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-nacional-de-obras-contra-as-secas-dnocs>> ; <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira->

nove estados, a maior parte deles convivendo com os efeitos das secas que afetavam drasticamente a economia, especialmente a partir da metade do século XIX. Até o século XIX, portanto, o Nordeste não existia semanticamente (MAMEDE, 1996. P.16). Por razões político-institucionais, a região precisaria ser definida para efeito de destinação de verbas federais da ainda jovem República. A partir desta configuração regional, as secas, as reportagens, as políticas de governo (ou a falta delas), a literatura regionalista e os interesses políticos compuseram o que se entende hoje por *Nordeste*.

Toda esta região, portanto, passa a ser pensada a partir da falta de recursos hídricos, especialmente após as sucessivas e mais fortes secas iniciadas em 1845, que provocaram grandes fluxos migratórios da população atingida, além dos efeitos à economia agrária da região (que era a base econômica da Colônia) e, finalmente, levando à “institucionalização” do nome dado à região (por meio do documento, em 1909). Os efeitos de sentido da denominação *Nordeste* – e conseqüentemente *nordestino* – são afetados pela história, o que significa que todo o discurso que circula sobre *Nordeste* e *nordestino* é constituído por estas práticas e políticas, ou seja, por sua historicidade.

Intelectuais, artistas, políticos e mídia se apropriaram do nome dado à região como a um conceito, de tal forma a se construir um imaginário sobre a região e seus habitantes, identificados não mais por seus estados de origem, mas pela região, e assim nomeados *nordestinos*. Antes de a região ser tratada como *Nordeste*, fazia parte do que era conhecido como o Norte do País – “dividido” até então entre Norte e Sul.

O regionalismo na literatura brasileira reforça a divisão regional, passando pelo modernismo até chegar ao “romance de trinta”, quando se instituíram os “temas regionais”, como a decadência do açúcar, o beatismo, o cangaço, o jagunço, o coronel, os retirantes. É o que o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior vai chamar de *nordestização* (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 31), uma espécie de *estereotipação*, uma caricatura de forma já-dada, como se fosse assim desde sempre (a exemplo da fala de Diogo Mainardi: “sempre foi bovino”), e sua condição fosse resultado dele mesmo – condição vista pela mesma perspectiva de raça que dá base a teorias como a eugenia.

Na definição de Eni Orlandi, estereótipo é lembrete da memória; ele fixa uma região do interdiscurso que vai ressoar na ordem da repetibilidade (ORLANDI, 2004):

“O estereótipo deriva de um processo de categorização e de generalização. Ele simplifica o real, favorecendo uma visão esquemática, própria aos preconceitos. Ele é repetição, estabilização, elemento comum, e deve ser tratado ideologicamente pela noção de memória, de interdiscurso, de efeito de pré-construído.”

A discursividade sobre Nordeste fica marcada assim pela estereotipação, que se repete discursivamente e fixa no imaginário; este estereótipo de natureza histórico-social vai implicar no preconceito. Vale trazer como funciona o preconceito em análise de discurso: “Preconceito se realiza individualmente, mas não se constitui no indivíduo em si, ele se constitui nas relações sociais, administradas pelo político, pela maneira como são significadas, na formação capitalista” (ORLANDI, 2017, p. 94), portanto o preconceito (resultante da estereotipação) não é consciente e é mantido por um imaginário.

Para compor este estereótipo, há um silenciamento da história da região e o apagamento dos interesses políticos e econômicos, forjando assim o cenário *Nordeste* estabilizado, conforme Albuquerque Júnior (2011, p. 30):

“O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras”

Neste mesmo período das grandes secas, entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, acontece um deslocamento do poder político e econômico da região Norte para o Sul (como era antes dividido o país). Neste período, o país deixa de ser monarquia para se tornar República (com forte participação das forças políticas do Sul), também muda da economia agrícola-escravista para a assalariada (priorizando a mão de obra estrangeira), passa pela transição da concentração demográfica do campo para os centros urbanos, e, finalmente, a política central busca a modernidade inclusive pelas vias do capital estrangeiro. Era o momento da criação do estado nacional modernizador (MAMEDE, 1996, p.16).

No decorrer destas mudanças, esta identidade regional também foi se constituindo por dicotomias dadas como Pobre-Rico, Tradicional-Moderno, Norte-Sul, Nordeste-Sudeste, Mar-Sertão. Como descreve Albuquerque Júnior (2011, p. 237):

“Se o Sul, o Rio de Janeiro e São Paulo expunham as maravilhas do capitalismo, o Nordeste era o primo pobre que estava sempre presente para agulhar a consciência de quem vivia extasiado com sua própria riqueza e poder.”

A discursividade sobre o *nordestino* – marcada pela estereotipação - entrecruza assim posições de aparência logicamente estável, suscetíveis de respostas unívocas

(PÊCHEUX, 2008), onde a história está simplesmente ‘colocada’, como numa versão única e oficial, que está presente nos livros escolares e nas narrativas cotidianas.

Há nas narrativas, portanto, além dos silenciamentos históricos, uma tentativa de homogeneizar a região, e classificá-la como o lado do país que representa a miséria, a fome, a seca, o atraso, a mão de obra desqualificada, a ignorância. Todas as outras configurações sociais e econômicas, em qualquer um dos estados desta região, passam a ser silenciadas ou tratadas como exceção. Esta construção histórica se consolidou no imaginário do brasileiro na forma de uma unidade regional, uniforme e sem história.

O relacionamento entre as regiões brasileiras se assemelha ao relacionamento de dominação do colonizador, como descreve Orlandi (2012c, p. 120): “O colonizador, por definição, é o que, em termos de memória, exerce sua memória tradicional, impondo-a (e impondo-se) ao colonizado”. As mesmas relações de poder de forças antagônicas aparecem como vestígios de uma política que se pratica desde o início da história do País, conforme descreve Orlandi (2008): “o produto mais eficaz das descobertas é reconhecer apenas o cultural e desconhecer (apagar) o histórico e o político do colonizado, cujo efeito é o de ‘perversidade política’”.

O Nordeste, portanto, é uma espacialidade fundada historicamente (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.79) e não está dado desde sempre. Esta forma já-dada e tratada como fenômeno da natureza, como se as coisas fossem assim porque são assim e sempre serão, torna invisíveis os conflitos sociais e os interesses econômicos e políticos. A retórica política sobre a seca – utilizada como forma de pressão ao governo federal - fez surgir uma discursivização própria sobre a região, ou o que estamos chamando de *nordestização*. O que nos obriga à seguinte questão: “Existe realmente esta identidade nordestina?” (ALBUQUERQUE JUNIOR. 2011, p. 32).

Apesar de parecer uma imagem que foge à regra, o turismo do Nordeste é tratado pelo mesmo viés da natureza, das “bênçãos naturais”, do exótico, do selvagem, do não-desenvolvido, do rudimentar, do lugar que deve permanecer como está (e como sempre foi), ou do lugar que guarda a história (do Brasil Colônia) e se preserva como sempre fora no passado (em prol do patrimônio), paradoxalmente reforçando o imaginário e o estereótipo do *Nordeste* e *nordestino*, conforme diz Albuquerque Júnior (2011 p. 343):

“Sob a perspectiva discursiva, o que vemos é um recorte da ordem da natureza (...) o Nordeste, assim como o Brasil, não são recortes naturais, políticos ou

econômicos apenas, mas, principalmente, construções imagético-discursivas, constelações de sentido”

Estas constelações de sentido, na definição de Albuquerque Júnior, são formadas pelos vários sentidos “em que foram lidos e vistos o Brasil e o *Nordeste*”; sentidos que se cruzaram e se dispersaram em múltiplos sentidos, porque o Nordeste está em toda parte do país e em lugar nenhum, por ser uma cristalização de estereótipos que são subjetivados como característicos do ser *nordestino* e do *Nordeste* (ibid.).

O acontecimento das eleições de 2014 ativou, pela memória, todo este imaginário construído historicamente sobre o *nordestino*, efeito das relações de poder de forças antagônicas entre as regiões do país por vias da ordem política e econômica, e que se reproduz nas relações sociais, materializando-se, por fim, na língua. Sob a perspectiva da língua, portanto, a memória dá sentidos aos enunciados visto que fatos sociais demandam sentido e porque “para ressoar, é preciso a forma material, ou seja, a língua-e-a-história” (ORLANDI, 2007, *ComCiência* n. 26).

No funcionamento desta produção de sentidos, os enunciados fazem trabalhar a memória/imaginário histórico neste simulado espaço discursivo, logicamente estabilizado pelo grupo social que o sustenta. Naquele momento das eleições 2014, no Twitter, assim se estabilizava o discurso de ódio ao *nordestino*. Sob a perspectiva da língua, o imaginário e a memória discursiva dão sentidos aos enunciados. É importante destacar que memória, em Análise do Discurso, não é entendida como memória individual, mas como um tecido social, constituído de “sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social, inscrita em práticas” (PÊCHEUX, 1999, p.50).

Michel Pêcheux põe foco no sujeito falante como “um suporte do processo histórico”, ou seja, o sujeito não como origem de si nem dos sentidos, mas como um efeito do processo histórico. Interessa em análise de discurso “aceitar o confronto com essa ‘memória sob a história’ que percorre o arquivo” (COURTINE, 2009, p.22-25). É a memória discursiva (pela ideologia) produzindo seus efeitos (INDURSKY, 2003, p. 103). Quando fala da noção de memória, Régine Robin também nos lembra que “o passado vem nos visitar permanentemente” (ROBIN, 2016, p. 19). Mas, desconstruindo o que pode parecer uma visão romântica da memória “que nos visita”, Robin destaca que “o passado não é livre” (ROBIN, 2016, p.31), porque ele é também fruto de uma construção, ou seja, é regulado pelo aparelho ideológico, de acordo com a noção de memória discursiva de Courtine.

Personagens

Inconscientemente e pela ideologia, a memória discursiva faz efeito indistintamente e sobre o interlocutor (INDURSKY, 2003, p.103) porque ela significa. Ou seja, as minhas palavras falam com as suas palavras (o outro), mas falam também com as palavras da memória discursiva (Outro/ideologia). No esforço de reunir os elementos que constituem esta memória discursiva, tomamos ciência da incompletude desta investida. No entanto, por ela contemplar as filiações históricas, quando buscamos referências do *Nordeste* e/ou *nordestino* encontramos em personagens icônicos - como Padre Cícero e Antônio Conselheiro - narrativas que também contribuem para a construção do imaginário e da própria memória discursiva e historicidade.

Um breve relato sobre estes personagens nos permite sair da superficialidade histórica e da estereotipação dos mesmos, buscando identificar as formações discursivas de suas narrativas. Personagens de períodos muito próximos da história, as narrativas sobre ambos reforçam os estereótipos, mas isso não acontece naturalmente, e sim a partir da narratividade que se constrói resultante das relações de poder de forças antagônicas.

Para que se compreenda esta mesma narrativa e seus personagens, é necessário olhar para as condições de produção dos mesmos. A partir de 1845, vários estados brasileiros – especialmente ao Norte do país (quando ainda não existia a divisão regional de hoje) - sofreram os efeitos de sucessivas secas. A população do estado do Ceará, que na época estava em torno de 750 mil, foi uma das que mais sofreu os efeitos da falta d'água. Poucos anos depois, na década de 1850, ocorreu uma epidemia de febre amarela, em seguida chegou a epidemia de cólera em 1862, com alto índice de mortalidade.

Também em meados do século XIX, havia uma forte crise na Igreja católica (instituição gestora, ao lado do Estado/Coroa portuguesa, da concepção do Brasil descoberto e colonizado), que não conseguia estabelecer um padrão de comportamento considerado adequado para a época entre os padres. Muitos deles se casavam, tinham filhos, bebiam e jogavam. A população não respeitava o poder instituído da igreja, e o catolicismo daquela região passou a ser construído pelos beatos (mais respeitados) e conselheiros que preservavam as tradições portuguesas da Idade Média, e que tinham também influência indígena e africana. O famoso padre Ibiapina já era conhecido por seus “milagres” no Ceará e por arrecadar recursos para construir igrejas, cemitérios, açudes e casas de assistência a órfãos.

Neste cenário nasceu e cresceu Cícero Romão Batista, o Padre Cícero. Seu pai foi uma das vítimas da cólera na década de 1860. Cerca de dez anos depois, após concluir os estudos no seminário em Fortaleza (bancados por um padrinho), Cícero assumiu uma paróquia e começou a conquistar fiéis, especialmente a partir de ações sociais junto às vítimas da seca. Em Juazeiro, por exemplo, ele não cobrava os sacramentos dos pobres.

A ausência do Estado (Coroa) transformava as ações do padre em alternativa única. Em pouco tempo, ele tornou-se líder religioso, também em função do ambiente de decadência moral de muitos padres da região. Em 1877, Padre Cícero disse aos retirantes que pediam ajuda que plantassem mandioca e feijão na serra do Araripe, onde existiam rios perenes. Ele tinha conhecimento da região. O resultado foi uma grande produção que alimentou a população local. Depois disso, ficaram famosos os “milagres” do padre que passou a atrair um grande contingente de pessoas afetadas pela seca. Em 1879, houve nova repercussão sobre Padre Cícero, quando os fiéis disseram que uma hóstia havia virado sangue na boca de uma beata.

A cúpula da Igreja Católica mandou investigar e Padre Cícero passou a ser uma preocupação para a instituição. Em 1892, ele foi proibido de pregar, confessar, aconselhar e celebrar. Cícero pediu a revisão do processo, mas teve a apelação negada. Ele saiu de Juazeiro, no Ceará, foi para o Recife (PE), e em 1898 foi para Roma tentar uma entrevista com o Papa, mas não foi recebido. Roma não reconhecia seus milagres. Mesmo assim, as romarias do povo até o Juazeiro continuavam. Padre Cícero passou a ser visto como um perseguido. Ele retornou ao Brasil e seguiu as restrições da Igreja, mas abençoava os romeiros.

Anos depois, Padre Cícero ingressou na política, como primeiro prefeito da cidade de Juazeiro do Norte. Em 1914, Padre Cícero liderou uma revolta contra o governo do Estado do Ceará, ocupado pelo coronel Franco Rabelo, da oligarquia cearense. O levante ficou conhecido como Sedição de Juazeiro, quando um exército de jagunços e romeiros entrou em confronto com as tropas do exército do governo federal (do mineiro Wenceslau Braz que retomava a política “café-com-leite” e dava início à industrialização) enviadas a Juazeiro. Os romeiros construíram trincheiras em torno da cidade e venceram, depondo Franco Rabelo. Padre Cícero tornou-se vice-governador do estado. Em 1934, ele faleceu aos 80 anos.

O levante popular e os motivos políticos da população ou do apoio desta a Padre Cícero nunca foram destacados pela história oficial sobre o Nordeste ou sobre Padre Cícero, nem pela imprensa nacional. O que se propagou pelo resto do país foi o fanatismo da população por um líder religioso, caracterizando a população como incapaz, ignorante e manipulável. A ausência do estado, as injustiças dos poderosos, a exploração do trabalho e o caráter ‘ameaçador’ do padre em relação ao establishment são silenciados na narrativa histórica que constrói o imaginário sobre a população da região. São narrativas reconfiguradas, nas quais “o passado é apagado pelos silêncios e tabus que uma sociedade mantém” (ROBIN, 2016).

Antonio Conselheiro nasceu em 1830, batizado como Antônio Vicente Mendes Maciel, na Vila Campo Maior, em Quixeramobim, região do Ceará com vocação pecuária, onde havia grandes fazendeiros criadores de gado. A colonização local se deu por ocupações e pela matança ou escravização dos índios.

O pai de Conselheiro era comerciante e investiu na educação do filho porque queria que ele fosse padre. Estudar era privilégio de poucos (predominantemente restrito a ricos fazendeiros) naquela época nesta região. A mãe de Conselheiro morreu quando ele tinha 4 anos. Ele cresceu com uma madrasta. Aos 25 anos assumiu o comércio (e as dívidas) do pai falecido, cuidou das irmãs e casou-se. Separou-se após descobrir que foi traído, e começou a peregrinar pelos sertões. Atuou como professor e como rábula (sem cobrar dos pobres) enquanto seguia a peregrinação. Ao mesmo tempo que dizia ter inspiração no padre Ibiapina, Conselheiro tinha uma atuação muito mais solidária e social (além das motivações pessoais) que religiosa. Diferente de Padre Cícero, ele não se ordenou padre nem estudou para tanto, apesar da vontade do pai. Mas dizia que queria fazer o mesmo que o padre Ibiapina.

Assolada pela sucessão de secas históricas, a região por onde Conselheiro perambulava não tinha a assistência do estado nem a presença da Justiça. Havia uma ordem própria entre os residentes (especialmente os que não eram fazendeiros), em sua maioria vaqueiros, artesãos, pequenos funcionários ou comerciantes. Somaram-se a esse cenário dois episódios que afetaram a economia regional: a Guerra Civil Americana e a Guerra do Paraguai.

Em 1861, o Ceará viveu um boom econômico em consequência da Guerra Civil Americana, que beneficiou os produtores de algodão porque a produção do sul (agrário,

escravista, exportador) dos Estados Unidos foi interrompida pelo norte (industrializado, abolicionista e protecionista) do país. O Ceará começou a exportar seu algodão para a Inglaterra e todo o mercado internacional, que deixou de ser atendido pelos Estados Unidos naquele momento. Com o aumento da produção de algodão, os latifundiários e coronéis cearenses aumentaram seu poder econômico, e exploraram ainda mais o trabalho escravo e dos camponeses. Em 1865, termina a guerra civil americana ao mesmo tempo que pragas assolam a produção cearense de algodão, e o comércio internacional volta ao domínio norte-americano. Sem tecnologia para o combate às pragas, o algodão entra em crise no Ceará.

A Guerra do Paraguai (1867–1870) afetou a economia do país como um todo e gerou problemas políticos logo após o seu término, quando os militares passaram a fazer oposição ao governo monarquista. Os ideais republicanos e positivistas também começavam a ser difundidos no Brasil por grupos de militares, sob a liderança de Benjamin Constant.

Enquanto isso, Conselheiro perambulava e pregava pelo interior. À medida que sua fama e seguidores aumentavam, ele passava a ser visto pela igreja como uma ameaça ao poder instituído, formado pelo latifúndio, a escravidão e a própria igreja. Na prática, ele estava perturbando a ordem e incomodando a igreja católica, que afinal detinha o monopólio da fala religiosa. Ainda assim, a perseguição acontecia muito mais da cúpula que dos párocos locais, que se beneficiavam das benfeitorias de Conselheiro e seus seguidores, que ajeitavam as igrejas, levantavam muros e faziam muitos trabalhos de construção.

Em 1876 ele foi preso, acusado de matar a mãe (que morreu quando ele tinha 4 anos). Foi solto porque não havia crime e retornou aos seus seguidores num período marcado por uma das maiores secas da história da região, em 1877. Conselheiro vai adquirindo prestígio até de fazendeiros, que muitas vezes enviavam um animal (carneiro ou gado) para alimentar a população de seguidores, formada por escravos rebelados, alforriados que não se submetem a ficar nas fazendas só pela comida, remanescentes indígenas, pessoas que se juntavam ao grupo com a expectativa de adquirir suas próprias condições de vida, pobres e excluídos. Conselheiro, portanto, não passava despercebido, e ameaçava tanto as estruturas econômicas locais quanto as instâncias do poder. Em 1882, ele foi proibido de fazer sermões.

Com a proclamação da República, a tensão social e política aumenta. Conselheiro se opunha ao novo regime por causa da separação estado e igreja e da criação do casamento civil, porque ele entendia que casamento só tinha valor na igreja. A República também criou novos tributos e Conselheiro orientava a não pagar, porque dizia que o novo governo era contra o povo. Ele também falava aos seguidores sobre a relação de exploração do trabalho. Dessa forma, Conselheiro passa a ser oposição a todas as instâncias de poder da época: governo, latifúndio e igreja. Logo ele foi acusado de ser monarquista e de estar articulando uma revolta contra a República.

A partir desse momento, Conselheiro passa a ser de fato perseguido e começam a tentar prendê-lo. Para se proteger, ele começa a aceitar cangaceiros no seu grupo de seguidores e logo cria uma guarda católica de proteção, que usava bonés azuis. Ele começou a procurar um lugar para se instalar com seus seguidores, e chegou a Canudos, às margens do rio Vaza-Barris, na Bahia. No local, que passou a ser chamado de Belo Monte, começaram a construir casas de taipa, plantações (agricultura de subsistência), criação de bodes (para produção de couro) e galinhas, comércio e capelas. O vilarejo cresceu tanto (entre 10 mil e 25 mil habitantes) que só era menor que a capital baiana. Qualquer um poderia fazer parte da comunidade, na condição de aceitar as regras estabelecidas, que incluíam práticas religiosas.

A comunidade ganhou fama e o poder de Conselheiro assustava e desagradava o governo. Alguns episódios de coragem e demonstração de organização social relacionados à população de Canudos tiveram repercussão nacional. A imprensa começou a descrevê-lo como lunático seguido por fanáticos, e que eles representavam o atraso e uma ameaça à sociedade. Assim os jornais se referiam a Canudos, gerando medo e ódio em relação ao grupo, que se resumia a milhares de camponeses pobres que produziam couro e viviam da agricultura de subsistência, sem articulação política fora da comunidade.

Até o massacre de Canudos em 1897, ocorreram três expedições lideradas por militares. Na quarta, com metade do exército brasileiro (um contingente de 6 mil soldados), o vilarejo foi destruído. A terceira expedição teve mais repercussão porque foi chefiada pelo coronel Moreira César, considerado herói da República. A ideia era transformar o episódio em trampolim para ele se candidatar à presidência, mas ele morreu na expedição. O insucesso do exército e a resistência de Canudos surpreendeu o país inteiro. Os seguidores de Conselheiro conheciam muito melhor a região, sabiam se

esconder e criar tocaias, enquanto Conselheiro continuava fazendo suas pregações. Os soldados tinham medo. Até que Conselheiro adoeceu em setembro, e a guerra final aconteceu e 5 de outubro de 1897⁴⁷.

Não houve rendição. Os últimos combatentes eram um idoso, dois meninos e um adulto. No final, incendiaram Canudos. O escritor, engenheiro, funcionário público e militar Euclides da Cunha foi enviado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*⁴⁸ como correspondente de guerra (que juntou-se a outros enviados), produzindo a série *Diário de uma expedição*, que veio a se transformar posteriormente no livro *Os Sertões*, obra clássica da literatura brasileira lançada em 1902, tornando-se a versão mais difundida sobre a Guerra de Canudos.

Em artigo publicado antes de ir para a Bahia (*A nossa Vendeia*, 1897), Euclides não apenas faz uma descrição mais negativa do sertanejo como compara a Guerra de Canudos à rebelião monarquista na região de Vendeia, na França, em 1793-95. Para ele, neste artigo, Canudos era resistência à República e o exército era um agente civilizador. As forças armadas consideravam que os moradores eram movidos pela “bandidagem” e pelo “fanatismo”. O olhar de Euclides vai mudar depois que faz a cobertura jornalística, especialmente com relação à forma como agiu o exército, que não poupou vidas. O exército chegou a planejar a produção de um outro livro sobre Canudos com a “história oficial”, em contraposição a *Os Sertões*, que consideravam uma obra literária muito mais que um relato. O exército queria encobrir as falhas militares e os crimes de guerra.

O jornalista descreveu a região (“um labirinto de montanhas”) e a destreza dos combatentes sertanejos (“símios deslizando pela caatinga”, “bárbaro, impetuoso e abrupto”), concluindo com a frase mais conhecida de sua obra: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte” (discurso que será apropriado pela elite e a intelectualidade nordestinas). A imagem do homem “bárbaro” e “rude” que precisava se civilizar – o que implicaria em aceitar a política que impunha o estado – permeia toda a obra de Euclides, grande criador de imagens.

⁴⁷ Relatos e entrevistas de: Eduardo Diatahy, prof. Dr, Ciências Sociais UFC; Ângela Gutierrez, prof. Dr. Literatura; Marcílio Maciel, descendente de Conselheiro, agricultor em Quixeramobim.

⁴⁸ Reportagem especial publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo (Estadão)* em comemoração aos 150 anos de nascimento de Euclides da Cunha. Acesso pelo link: < <http://infograficos.estadao.com.br/especiais/euclides/capitulo-1.php>> . Acessado em: 28/05/2019.

O autor oscilava entre a admiração e o temor desta figura do sertanejo resistente (forte) e que resiste (não se rende). “Sejamos justos – há alguma coisa de grande e solemne nessa coragem estoica dos nossos rudes patrícios (...) a conquista real consistirá no incorporal-os (...) á nossa existência política”, escreve Euclides da Cunha, que depois de fazer a cobertura jornalística deixou de considerar Canudos como uma ameaça à República, antes de ser destruído.

A reportagem sobre Canudos publicada no jornal *O Estado de S.Paulo* (e outras reportagens publicadas também em outros jornais), além da obra *Os Sertões*, são fundantes na construção do mito do sertanejo como o “rude”, o “forte”, fruto da região seca onde há carência de tudo: alimento, educação, civilidade e vida decente. A região (que ainda nem estava delimitada) se transforma no lugar do atraso, inclusive político (por estar relacionada à monarquia e contra a República).

O homem sertanejo/ *nordestino* é descrito por Euclides (na época, escritor já consagrado) como parte desta natureza hostil, da mesma forma que um cacto ou um bode. Ou seja, este homem “rude” é uma degeneração que resulta da miscigenação, numa clara influência eugenista do autor (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). O título *Os Sertões* chega a confundir a ideia de sertão (palavra que vem de ‘desertão’). Celebrada como poética, a frase “O sertanejo é (antes de tudo) um forte”, cunhada por Euclides da Cunha, é também ressignificada à medida que ela circula parafrasticamente produzindo sentidos diversos.

A frase é também marcada pelo imaginário (pelo pré-construído sobre *nordestino*) que atribui a “força” à condição de animal do ser humano, onde sertanejo significa *nordestino*. *Nordeste* e *nordestino* passam a não mais se dissociar deste imaginário do sertão, de tal forma que parte dos leitores de “Grande Sertão: Veredas” (João Guimarães Rosa) acredita que a história se passa no Nordeste e não no sertão de Minas Gerais.

A partir dos breves perfis das duas personagens icônicas do *Nordeste* – os líderes Padre Cícero e Antonio Conselheiro -, podemos ver que ambos representaram movimentos sócio-político-econômicos, e não apenas religiosos; e ambos promoviam a consciência da população sobre a falta de ação do governo, a pobreza, a seca e a exploração do trabalho escravo e camponês. Eles promoviam movimentos que perturbavam a ordem, perturbavam os governos e a própria igreja. O governo Estao – que mantém o *establishment* alinhado ideologicamente à sua manutenção no poder e que

escreve a história oficial – se encarregava de esvaziar o poder destes líderes, contribuindo também para a construção do imaginário *nordestino* de povo ignorante e manipulado.

Literatura e outras artes

Com o advento da tecnologia (rádio e TV, no século XX), novos instrumentos passaram a contribuir para o estabelecimento pelo poder central (e/ou poderes econômicos dominantes) destas normas e padrões. A região Nordeste e seus levantes, sua situação de seca, a pobreza, as reivindicações e as demandas estavam fora do padrão desejado pelo poder, que volta-se para o desenvolvimento e a industrialização. Portanto, qualquer oposição oriunda desta região e nestas condições passava a ser tratada como anomalia, distúrbio ou padrão indesejável.

Desde Euclides da Cunha neste início do século XX até a literatura de 1930, com Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos e José Lins do Rego, este imaginário do *nordestino* vai se materializar nos romances. O romance de trinta consolidou “o forte” descrito por Euclides da Cunha (CARLOS; LOPES, 2012). O paraibano José Lins do Rego – autor de *Menino de engenho*, seu primeiro romance, de caráter autobiográfico -, por exemplo, pertencia a uma família oligárquica produtora de cana. Foi amigo de Raquel de Queiroz e Gilberto Freyre, todos pertencentes à elite intelectual e econômica do Nordeste, e todos produtores de uma literatura descritiva que humanizava o sofrimento da população flagelada pela seca.

Eram também constituídos pela historicidade local e imprimiam em suas obras toda a subjetividade de escritor(a) a partir, inclusive, da posição-sujeito de cada um deles – a elite nordestina. Havia uma narrativa saudosa (naquela década de 1930) de um passado pujante e glorioso para a oligarquia da região, de riqueza e protagonismo político no país, que se perdera (ALBURQUEQUE JÚNIOR, 2011). Depois veio a literatura de Jorge Amado e Graciliano Ramos – ambos desejosos de uma “reterritorialização revolucionária para o país” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p.234). De Freyre a Ariano Suassuna, os autores vão capturar as imagens de Euclides e dar forma ao sertanejo *nordestino*, que aparece também nas Artes Plásticas, como a obra *Os Retirantes*, de Cândido Portinari (1944).



Imagem 8: Óleo sobre tela do artista paulista Cândido Portinari, *Os Retirantes* (1944)

Em “Memória Saturada”, Régine Robin fala sobre como foram construídas as narrativas sobre o Oeste norte-americano. Por volta de 1920, diz a autora, alguma coisa mudou na representação do Oeste. Jornalistas e historiadores passaram a escrever sobre o Oeste, destacando biografias de figuras singulares. Mas o que de fato veio a revolucionar a visão do Oeste foi o cinema, modelando, remodelando, transformando ou fixando o imaginário do Oeste. “A história encontra na grande literatura a base necessária para a conquista do imaginário social” (ROBIN, 2016, p. 72). Não há tramas simples nestas narrativas, diz a historiadora, porque existem as contranarrativas desfazendo e refazendo as histórias, o que Robin vai chamar de “coexistência de memórias, de falas, de tempos, mas também coexistência do falso, da fraude, e do real”.

O que acontece, por fim, é que a literatura, o cinema, as artes e a história, pela releitura do passado, vão impor “ventos e marés” (ROBIN, 2016, p. 79), porque “às vezes

é a ficção que inventa o passado, outras vezes é a história que constrói o mito, o discurso político. Os discursos se fazem e se desfazem” (ROBIN, 2016). As novelas da *Rede Globo* reproduzem (e constroem) o imaginário da mesma forma que os romances, com figuras regionalizadas (via de regra caricatas) que repetem estereótipos. A narrativa da imprensa sobre o exótico e a repetição da “monopauta” sobre seca e/ou pobreza – que recebem o mesmo tratamento da literatura, deslocando a questão das políticas públicas e da desigualdade – são efeitos do mesmo discurso construído historicamente.

Para Roger Chartier⁴⁹, a ficção cria uma ilusão referencial, que funciona a partir dos indícios, da memória, dos vestígios, dos efeitos do real. A literatura estabiliza esta ‘ilusão referencial’ e as reportagens, quando saem deste imaginário, são vistas como exceções. Ou seja, se a reportagem mostra uma pesquisa científica no Nordeste, ela foge do imaginário construído sobre a região, e é absorvida como uma exceção. Mobiliza dispositivo da autenticação.

As obras literárias, por fim, têm a capacidade de transformar a percepção dos leitores pelas diferentes formas de representação literária do passado. “A literatura do século XIX se propõe a descrever a sociedade, o romancista faz o papel de historiador. Depois a literatura vai se dedicar a vidas particulares, privilegiando o sentimento individual, numa busca das anomalias de cada um”, diz Chartier.

Paralelamente à literatura, a imprensa brasileira se consagrou desde o início do século XX como um outro campo do saber que ganha força no Brasil e no mundo como instrumento de visibilidade do real (MAMEDE, 1996. P.19). Ao longo dos anos, ela será impulsionada pelas novas tecnologias que surgem neste mesmo século. A temática nordestina no tratamento dado pela imprensa representará, de certa forma, a continuidade e expansão do que já retratava a literatura.

O Movimento Regionalista que nasceu no Recife em oposição ao Modernismo do Sudeste também reproduziu o mesmo imaginário do Nordeste arcaico, como na obra do

⁴⁹ Roger Chartier (Collège de France) proferiu a palestra **Discurso, História e Verdade** durante o CIAD 2018 (V Colóquio Internacional de Análise do Discurso), de 12 a 14 de setembro de 2018 na UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), em São Carlos (SP).

artista modernista Lula Cardoso Ayres *Trabalhadores no eito* (1943, óleo sobre Eucatex), entre outras.

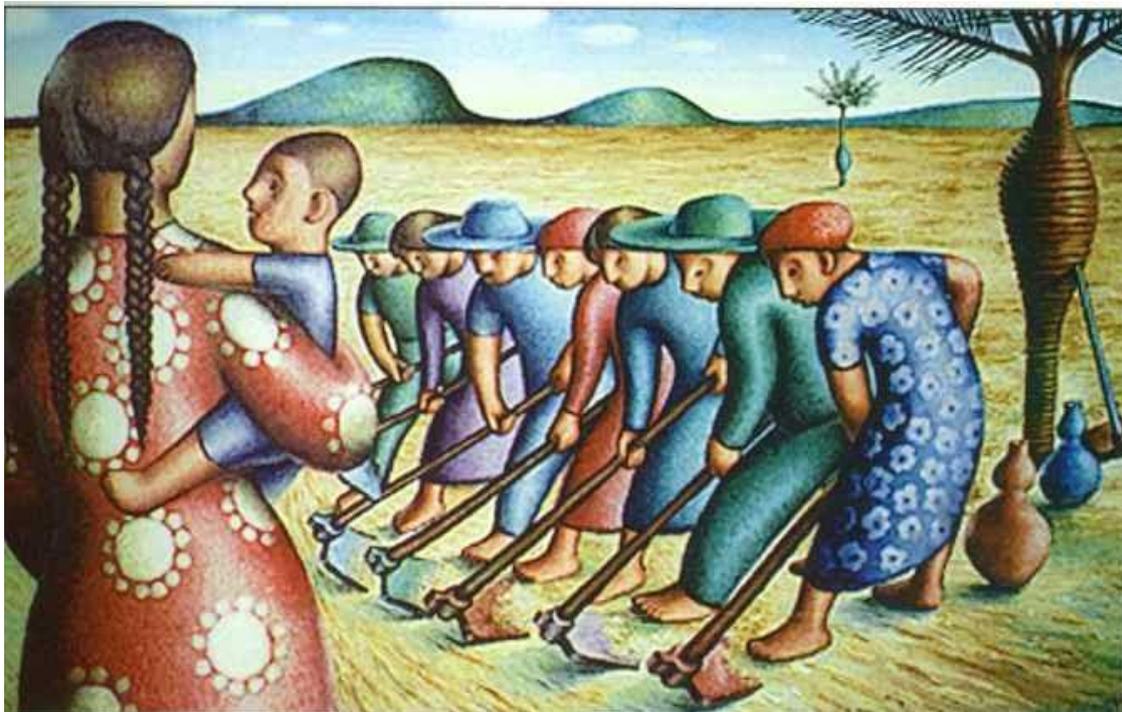


Imagem 9: Óleo sobre Eucatex do artista pernambucano Lula Cardoso Ayres, *Trabalhadores no eito* (1943)

A imprensa

Na segunda metade do século XX a imprensa vai se imbuir do seu papel fiscalizador e vai assumir como missão acompanhar as elites nordestinas – além de se manter alinhada aos interesses políticos e econômicos do Centro-Sul naquele momento da história do país. A imprensa se pautará pela violência, corrupção, transgressão da lei pela elite nordestina, “não só como discurso criminalizador, mas também desqualificador” (MAMEDE, 1996, p.21). A configuração do Nordeste dada pela imprensa a partir das décadas 1940 e 1950 é de uma região-problema, “limitadora do desenvolvimento econômico e social do país (...) merecedor de ações corretivas” (idem, p.17). De acordo com Maria Amélia B. Mamede (idem, p.21):

“Se o discurso jornalístico criminaliza e desqualifica as elites nordestinas, podemos dizer que o mesmo acontece com seu povo, sempre apontado por cenas estigmatizadoras como a fome, a miséria, a submissão, a ignorância”

No final do século XX, após o fim do regime militar e em plena redemocratização do País, a imprensa referia-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) a partir deste mesmo discurso sobre o *Nordeste* e, conseqüentemente, fazia o mesmo no tratamento que dava a Luís Inácio Lula da Silva, sindicalista *nordestino* e fundador do PT. Na edição da revista semanal *Veja* de 12/05/1993, por exemplo, uma matéria sobre a Caravana da Cidadania descrevia da seguinte maneira a iniciativa do partido, sob comando de Lula: “Luís Inácio Lula da Silva juntou a fome com a vontade de ser presidente da República na sua Caravana da Cidadania, um passeio de 3.200 quilômetros pelas regiões mais miseráveis do país que o presidente do PT vem liderando desde o último dia 24. A caravana, que segue o mesmo roteiro percorrido por Lula em 1952, quando saiu de Garanhuns, no interior de Pernambuco, para buscar vida melhor no sul do país, acaba nesta quarta-feira, em Santos. Terminará, então, um dos mais lamentáveis espetáculos de demagogia encenados por um político brasileiro. O mesmo Lula que no mês passado posava de político racional para empresários em São Paulo, agora posa de líder messiânico no Nordeste” (MAMEDE, 1996. p. 145).

Referentes como ‘fome’, ‘miseráveis’ e ‘vida melhor no sul’ são re-significados (pelo funcionamento da memória discursiva) no texto irônico e adjetivado. Além do trocadilho com o ditado “Juntou a fome com a vontade de comer”, ironizando a fome da região pela qual a caravana passava e a própria história do candidato à presidência – deslegitimando a sua intenção de chegar à presidência -, a matéria classifica como demagógica a ação, chamando Lula de “líder messiânico”, em referência a famosos líderes da história regional como Padre Cícero e Antonio Conselheiro. O paralelo vai além: “Ao passar pela região de Canudos, cenário da rebelião messiânica de Antonio Conselheiro no final do século passado, Lula fez uma exploração rasteira da religiosidade popular(...)”. A mesma reportagem entrevistou, entre a população local, aqueles que não conheciam Lula. O texto faz, ainda, uma referência aos filmes do ator e diretor norte-americano Clint Eastwood que retratavam o Oeste americano. Esta e outras reportagens da revista *Veja* apresentam o *nordestino* como sub-raça.

Na edição de 20/11/1991, a matéria “Contas Corrigidas” sobre o resultado do Censo demográfico fala do “homem-guabiru”, termo criado por reportagem da *Folha de S. Paulo* em referência ao que vão chamar de sub-raça de homens nanicos no interior de Pernambuco. Guabiru é uma espécie de rato, a comparação, portanto, é pejorativa e causa repulsa (MAMEDE, 1996. P.157). A *Veja* de 18/12/1991 trata o tema como fenômeno e

faz entrevista com o personagem que deu origem ao nome, um lavrador: “O trabalhador rural que mede 1,35 metros, protótipo da geração nanica do Nordeste, afirma que morrerá como veio ao mundo: nu e com fome.” Mais uma vez, a narrativa descreve um homem brutalizado, mas sem perder a inocência, da mesma maneira que fez Euclides da Cunha.

Neste mesmo período, dezembro de 1991, a revista *IstoÉ* cobria o movimento de um pequeno grupo de ativistas separatistas no Sul do Brasil, “apontando o Nordeste através dos olhos de um ‘outro’, que o recusa” (MAMEDE, 1996, p. 160). Para legitimar a pauta, a revista encomendou uma pesquisa realizada pelo Instituto Bonilha, de Curitiba, na qual 41% dos entrevistados (da região Sul e do estado de São Paulo) aprovavam a separação do país, criando o Brasul, Brasil do Sul. Diversas vozes estigmatizavam os *nordestinos* no texto da reportagem, muitas desejando a separação do Nordeste com evidências claras de ódio. Houve grande repercussão da matéria e a revista criou um título para a seção de cartas que chegavam à redação sobre este tema: Guerra da Secessão. Outras matérias sobre o tema se sucederam.

Deste panorama sobre a discursividade e a narrativa construídas, pelo menos nos últimos 120 anos no Brasil, sobre o Nordeste e a sua população surgem as evidências de que “o passado nunca esteve totalmente morto” (ROBIN, 2016). A construção histórica da região se consolidou no imaginário do brasileiro na forma de uma unidade regional, uniforme e sem história, ou com uma história marcada por uma coisa só: a seca. Nas matérias, vemos a tentativa de marcar, de estabilizar a divisão, a começar pela forma como o Brasil é dito e todas as demais regiões, já estabelecendo a divisão. O efeito produzido é de que as diferenças sempre existiram, desde o nascimento do país. A edição da matéria reforça a imagem de um país dividido.

Em nosso *corpus*, o sujeito enunciador do ódio aos *nordestinos* nas eleições presidenciais de 2014, que se manifesta no Twitter, encontra na memória discursiva as evidências que permitem o seu dizer (ZOPPI-FONTANA, 2002, p. 178). Essa “descoberta” do sujeito se dá por processos de identificação. É neste espaço da memória discursiva ideológico estruturante/estruturado que ele organiza o dizível e realiza a interpretação, “enquanto efeito necessário da relação simbólica estabelecida entre o sujeito e o real da língua e da história” (ZOPPI-FONTANA, 2002).

Podemos perceber que “a memória oscila ao capricho das razões do presente” (ROBIN, 2016), mas o presente não é um tempo homogêneo, mas uma estridente

articulação de temporalidades diferentes, heterogêneas, polirrítmicas. Concluindo também com as palavras de Régine Robin, é certo que o grande tecer e destecer das memórias continua.

CAPÍTULO 4

TEM UMA BALA NO MEU CORPO

O discurso de ódio: banal e transparente

“O ódio move sujeitos, assim como o sentimento oposto, o amor.”

STRECK; GONÇALVES; PETRI.⁵⁰

Para além da disputa de sentidos para o *nordestino* ao longo da história nos últimos 150 anos, nos debruçamos também sobre o discurso de ódio, manifestado nos enunciados dos tuítes do dia 26 de outubro de 2014 referentes ao resultado das eleições presidenciais. O desafio da análise é compreender, pela perspectiva discursiva, o funcionamento dos processos de significação destes enunciados e seus efeitos de sentido, e como os sentidos se instalam e o ódio se naturaliza, na forma do discurso, nesta social (Twitter) que também é parte da exterioridade constitutiva do discurso, bem como o próprio cenário eleitoral. Intenta-se assim chegar às formas de existência histórica da discursividade em seu imbricamento com a atualidade. Por este viés, damos entrada à análise do discurso de ódio que sugere o extermínio.

Ao definirmos que nossa análise se faz pela perspectiva discursiva, damos ênfase ao fato de que tomamos a linguagem como mediadora e transformadora das condições de existência do ser humano (atravessada pela ideologia), ao mesmo tempo que “não é da língua que se está tratando, mas de discurso, quer dizer, de uma ordem própria, distinta da materialidade da língua: não na ordem do gramatical, mas na ordem do enunciável” (COURTINE, 1999, p.16).

A discursividade do sujeito representa um instrumento desta existência na vida em sociedade. Ou seja, ele se torna sujeito de seu discurso – ao qual se assujeita, em contrapartida – pela ordem do enunciável que o constitui como sujeito falante. No ir e vir da teoria à análise (ORLANDI, 2016, 2 ed., p.10), tomamos os enunciados como marcas da materialidade discursiva que analisamos.

⁵⁰ STRECK, B.; GONÇALVES, G.; PETRI, V. **Discursos de Ódio no Facebook, Comentários hostis nos posts: A Análise de Discurso como espaço de resistência.** In: **Resistirmos: A que será que se destina?** São Carlos: Pedro & João Editores, 2018, p. 246.

Quando trazemos a perspectiva histórica do sujeito, como sugere o filósofo esloveno Slavoj Žižek⁵¹, passamos a pensar neste sujeito também como “instrumento do processo histórico”, ou do “progresso histórico”, atravessado pela ideologia pela qual funcionam os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) - a igreja, o estado, a escola, a família, o jurídico, a imprensa, o sistema político, as instituições (ALTHUSSER, 1980, p. 42-52).

Na burocracia, por exemplo, o comportamento do sujeito o instrumentaliza dentro do processo histórico. Da mesma forma acontece nas religiões, onde as pessoas são ‘instrumentos de deus’. Quando um cristão fundamentalista ou extremista (como parte dos cristãos das igrejas evangélicas brasileiras) destrói um templo de religião de matriz africana, por exemplo, não compreende como “crime” ou ação do “mal”, mas como um procedimento feito por um “instrumento de deus”. Interpelado pela ideologia (na ordem do inconsciente) age como forma de existência; sua ação corresponde à sua posição-sujeito.

O ato agressivo, a ofensa ou a ação racista fazem parte do funcionamento do sujeito como “instrumento do processo histórico” assujeitado pela ideologia. Dizeres e ação são efeitos da interpelação ideológica. “A ideologia trabalha para que nenhum dos lados/nenhum dos sujeitos envolvidos se dê conta dos efeitos do discurso de ódio em suas atitudes corriqueiras, a ideologia dominante promove a naturalização do ódio” (STRECK, GONÇALVES e PETRI, 2018, p.242).

O mesmo acontece na relação do sujeito com a segurança urbana: diante da necessidade de estar (e se sentir) seguro, em sua posição de sujeito-de-direito, o sujeito expressa ódio ao assaltante antes mesmo de ser assaltado. O mal surge da necessidade. Ou seja, o ódio nasce do imaginário construído de um inimigo/obstáculo que lhe ameaça, e se materializa no discurso, transformando-se em atos e comportamentos sociais (ALTHUSSER, 2015, p. 207). É o imaginário que mantém esta discursividade do ódio ao outro, do preconceito que tem natureza histórico-social e se constitui pela relação ao outro, como sociedade, e ao Outro, como ideologia/historicidade (ORLANDI, 2017, p. 94).

⁵¹ *Guia Pervertido da Ideologia (The Pervert's Guide to Ideology)*. Direção de Sophie Fiennes. Irlanda: P Guide LTD/Blinder Films LTD, 2012. Documentário (132 min). Protagonizado pelo filósofo esloveno Slavoj Žižek, que faz a narrativa baseado em seu livro *O Sublime Objeto da Ideologia* (1989).

Na psicanálise, Freud referiu-se a um mal-estar da sociedade oriundo da relação do ser humano com o outro que é diferente, “que não há amor entre iguais sem a rejeição dos estrangeiros” (ibidem, nota 3 p. 94). Segundo Freud, o ser humano, “no interior de seu aparelho psíquico, vive, com inquietação, o sofrimento daquilo que lhe é estrangeiro. Esta seria a problemática freudiana do estrangeiro, ou do indivíduo com o grupo: o homem nunca será indiferente ao estrangeiro, pela necessidade de integrar e depois segregar, diante da impossibilidade de assimilar. Orlandi situa a relação que existe entre preconceito, ódio ao outro e intolerância dentro da discursividade filiando-a ao discurso psicanalítico, partindo do que Freud diz sobre racismo, “definido como ódio do outro, visto como estrangeiro”. Freud desenvolveu esta noção com base nos episódios da Segunda Guerra Mundial, quando “o racismo se tornou um sintoma social e o totalitarismo moderno nos mostrou até onde pode ir o humano quando se acirram as diferenças”. A partir da afirmação freudiana de que “o homem mantém com seu próximo a mesma relação de ódio que sustenta consigo próprio, ódio que constitui a própria lógica do racismo enquanto sintoma social” (2017, p. 94/95), Lacan vai desenvolver também a noção de segregação.

Ao entendermos – por Freud - que o ódio do homem ao seu próximo (que é o mesmo ódio a ele mesmo) converte-se em racismo, e que o racismo pode se tornar um sintoma social engendrado pelo totalitarismo e o acirramento das diferenças, podemos pensar o ódio como dispositivo de proteção. A partir daí então voltamos ao filósofo esloveno Slavoj Žižek que, nas teorias que desenvolve sobre ideologia, aponta o ódio como um recurso para proteção do sistema hegemônico; ele pode estar a serviço do econômico e do político (na esfera do poder), como a justificar as práticas do sistema (em nosso caso, o sistema capitalista, financista, territorialista, patrimonialista, machista, eugenista entre outros “istas”). O ódio funciona como dispositivo de controle, acionado sempre que está em jogo a manutenção de determinado grupo no poder.

Existem diversos exemplos na história contemporânea mundial que podem ilustrar este funcionamento, como o movimento dos Panteras Negras (nos Estados Unidos) e o nazismo na Alemanha (e outros países), onde o ódio foi utilizado pelo sistema hegemônico para reprimir e excluir minorias que representavam possíveis mudanças/ameaças. Esta utilização se deu pelo discurso da discriminação e da criminalização de minorias ou grupos que representam no imaginário algum tipo de estranhamento, diferença ou ameaça - como negros e judeus – a ponto de gerar sentimento

de repulsa e desejo de extermínio. O discurso de ódio estigmatiza o grupo opositor, “fere a dignidade da pessoa humana, característica essencial do homem individual e coletivamente considerado” (STRECK; GONÇALVES; PETRI, 2018, p. 244).

Dessa forma, tudo que é significado como obstáculo ao progresso histórico (em nossa sociedade capitalista) gera repulsa e produz o efeito do desejo da eliminação; processo que funciona pelo inconsciente a partir do assujeitamento e da interpelação ideológica. Enquanto o ódio está materializado no discurso, permanecem na opacidade a historicidade e a ideologia.

Nos dois exemplos mencionados acima de grupos que já foram alvos de ódio – negros e judeus -, as manifestações de ódio também sugeriam extermínio, como em nosso objeto de análise. Além do próprio funcionamento da língua significando estes grupos como obstáculos pela ideologia e pelos efeitos do imaginário e da memória discursiva sobre os discursos e suas resultantes sociais, em alguns momentos estes grupos foram significados de maneira planejada, onde o ódio funcionou como dispositivo de controle. As campanhas nazistas de Joseph Goebbels, ministro da propaganda nazista, utilizavam, por exemplo, imagens de ratos relacionadas aos judeus, com o objetivo de gerar ódio e repulsa.

A simplificação do real, a categorização, a generalização, a estereotipação e a estigmatização são efeitos do discurso sobre o outro – aquele que é diferente e é falado – que, quando (pelo discurso) é significado como obstáculo pode sofrer repulsa e (a laciana) segregação. O *Nordeste* e o *nordestino* – estereotipados e estigmatizados - ocupam a posição do outro no discurso de ódio que se evidencia nos enunciados do Twitter nas eleições de 2014.

Ódio, de acordo com a definição do dicionário Aulete Digital⁵², é um substantivo masculino que quer dizer: “1) Sentimento de profundo rancor e inimizade, geralmente produzido por medo, ofensa sofrida, inveja etc. 2) Forte aversão a algo ou alguém. 3) Objeto de repulsa, desgosto.” No dicionário Houaiss Online⁵³, há oito sinônimos: antipatia, odiosidade, raiva, rancor, repugnância, repulsa, horror, ira. E a seguinte

⁵² Dicionário Aulete Digital. Verbetes Ódio. Disponível em <<http://www.aulete.com.br/%C3%B3dio>>. Acessado em 6/07/2019.

⁵³ Dicionário Houaiss Online. Verbetes Ódio. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/odio/>>. Acessado em 6/07/2019.

definição: “Sentimento de profunda inimizade. Aversão instintiva direcionada a; antipatia, repugnância. Paixão que conduz ao mal que se faz ou se deseja a outrem. Ira contida; rancor violento e duradouro. Sentimento de repulsão; horror.” Na versão reduzida e ilustrada, a definição fica assim:



Imagem 10: Reprodução do verbete Ódio do Dicionário Houaiss Online

Tomando a definição de Houaiss – “sentimento de profunda inimizade” ou “paixão que conduz ao mal que se faz ou se deseja a outrem” – vemos como é possível naturalizar o ódio (ou romantizar – lembrando que o dicionário é um lugar de produção de sentidos que estabiliza a significação mas que este é um dos sentidos possíveis) e como por fim o ódio pode ser significado como um “mal necessário” (na medida em que ele é naturalizado, inclusive na ordem do sentimento humano, como uma “paixão”), o que nos remete ao conceito de banalidade do mal da filósofa Hannah Arendt, que traz para a análise a questão do mal banal (corriqueiro) que surgiria a partir das necessidades da vida em sociedade. Interpelado pela ideologia, pela lógica da necessidade, o sujeito suspenderia o raciocínio em suas práticas e em seu discurso, avalia Arendt. Ou seja: faz-se o que precisa ser feito, e diz-se o que precisa ser dito, porque a sociedade “exige”. Aquilo que “precisa” vem da necessidade que o sistema/ideologia cria.

Vale ressaltar aqui o mesmo que dissemos no capítulo 2 desta dissertação (p. 40) sobre a consulta aos dicionários: para a análise de discurso, o sentido não está atrelado ao significante, portanto o objetivo desta referência é promover deslizamentos e fazer um gesto de interpretação sobre os sentidos.

Banalidade do mal, o ódio e o outro

Quando narrou o julgamento de Adolf Eichmann, ocorrido em 1961 em Jerusalém, em seu livro *Eichmann em Jerusalém – Um relato sobre a banalidade do mal* (1963), Arendt desenvolveu seu conceito destacando que “teria sido muito reconfortante acreditar que Eichmann era um monstro. (...) O problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais” (ARENDR, 1999, p.299). Era o mal banal inserido, portanto, na normalidade social.

Em seu conceito, Arendt também faz referência ao Estado pela lógica da necessidade. A força da máquina está exatamente na aparência de necessidade. O Estado “fez” com que os nazistas, especialmente os militares, acreditassem que o extermínio dos judeus era um favor que eles faziam à humanidade, porque contribuiriam, assim, “para libertar a humanidade dos domínios subumanos” (1999, p.300). Analisando discursivamente, podemos refazer a oração anterior afirmando, no lugar de “o Estado fez”, que “os nazistas foram interpelados pela ideologia de Estado” que naquele momento dominava politicamente a Alemanha (liderada por Adolf Hitler) por intermédio, entre outras coisas, dos aparelhos ideológicos de estado e pela historicidade, além das condições de produção constituídas por uma Alemanha devastada economicamente no período pós-1ª Guerra Mundial.

No argumento da defesa de Eichmann durante o julgamento, seu advogado – Robert Servatius – afirma que “o acusado tinha realizado ‘atos de Estado’; o que aconteceu com ele poderia acontecer no futuro com qualquer um, todo o mundo civilizado enfrenta esse problema” (1999, p. 269). A fala do advogado (e o próprio caráter do banal) dialoga com certos enunciados de nosso *corpus* onde identificamos a especificidade da universalização. Estes efeitos de universalização aparecem quando ele afirma que os atos e decisões de Eichmann (que resultaram na morte de milhares de judeus) poderiam ter sido praticados por “qualquer um” ou “todo mundo”. Também temos enunciados com efeitos de universalização que falam do *nordestino* (ao qual desejam que morra), como:

“Todos vocês...”, “Aqueles que recebem bolsa família...”, “Todos aqueles que são do *Nordeste*”.

Quando cruzamos conceitos de Zizek sobre ideologia e conceitos de Arendt sobre banalidade do mal, damos opacidade ao discurso do obstáculo ao desenvolvimento e, conseqüentemente, às razões políticas, sociais, econômicas e históricas. Tal qual o militar que cumpre suas ordens ao contribuir para o extermínio “dos inimigos”, o burocrata faz suas atividades mecanicamente (ou por obrigação) sem questionamento, como nos aponta Zizek. Da mesma maneira os nacionalistas defendem suas bandeiras e/ou países contra imigrantes. Pelo mesmo funcionamento, o sujeito tomado pela necessidade criada pelo estado/sistema (mantendo-se, ele mesmo, na superficialidade que coloca em suspenso a própria análise da sua condição e sua necessidade) sai em defesa da sua condição/posição (econômico-político-social) contra tudo e todos que o sistema lhe apresenta como ameaça – tais como a pobreza ou qualquer política que confronte o sistema que mantém este sujeito na posição em que ele está.

A sua defesa será o ataque ao que lhe parece ameaçador, que pode ser o estrangeiro, o desconhecido, o diferente, o que vem de longe, o que (ou quem) representa/simboliza a pobreza. Contra todo este conjunto, o sujeito reage com antipatia, repugnância, aversão, repulsa, raiva, ira e todo o espectro e vocabulário possível que os dicionários apresentam para o que conhecemos por ódio. O ódio ao outro é um mal que se instaura facilmente em situações de colapso moral, institucional, social e econômico numa sociedade, como aconteceu na Alemanha nazista entre as 1ª e 2ª guerras mundiais.

O mal banal praticado sob a justificativa da não-premeditação, que ocorre por ordem de outrem ou pela necessidade (como praticado por Eichmann), tem o mesmo funcionamento do mal perpetrado sem motivo pessoal e sem razão maligna (o famoso “não tenho nada contra”, “não fiz por maldade”, “sem intenção de ofender”) – como afirmou Mayara Petruso em sua defesa sobre o post que publicou em 2010 na sua conta no Twitter (“Nordestista [sic] não é gente, faça um favor a SP, mate um *nordestino* afogado”), quando ela disse à juíza que não teve intenção de “ofender” ou ser “preconceituosa”. Ela banalizou o ódio (ódio = “mal que se faz ou se deseja a alguém”) que manifestou em seu tuíte a partir do argumento da não-premeditação.

Voltando à esfera da sociedade, a forma em nos organizamos socialmente, vivemos em um Estado destinado a promover o progresso histórico-social-econômico,

que toma a pessoa como instrumento dentro deste “organismo social” pelo qual é responsável por manter saudável e tornar produtivo. Dentro deste princípio, o Estado fica embuído de evitar “células ruins” (metaforizando a sociedade como “organismo”) e/ou improdutivas, que podem onerá-lo. Pautado por estes princípios, o estado nazista levou judeus, estrangeiros e deficientes físicos às câmaras de gás, sob o pretexto de que oneravam o “organismo” e não eram produtivos.

Mais uma vez a discursividade da Alemanha nazista dialoga com nosso objeto de pesquisa. O quanto custa ao Estado o Nordeste? Esta questão é pautada há mais de um século na esfera política brasileira, que no funcionamento da dicotomia Pobre-Rico ou Atrasado-Moderno coloca o Nordeste no lugar de improdutivo e o Sudeste no lugar oposto – especialmente a partir da Proclamação da República (1889), quando o poder político e econômico passou a se concentrar mais ao Sul do País. Para corroborar este lugar no qual o estado coloca a região Nordeste, silencia-se discursivamente a produção econômica e científica dos estados do Nordeste, e todas as atividades econômicas, desde a agrícola até a industrial.

A discursividade sobre o Nordeste – ou a *nordestização* – se mostra como resíduo de um país dividido ideológica, política e culturalmente. Ela ecoa nos movimentos separatistas e na própria “sulinização” que norteia políticas públicas e econômicas do país. Para além da ordem territorial, esta divisão produziu um imaginário sobre o *Nordeste* e o *nordestino*, que está inserida no próprio discurso nacional, ou seja, na forma como dizemos o Brasil. A nordestização é determinante dos discurso, por isso está inserida no discurso fundador sobre o país.

A partir das políticas de estado, estabelecem-se as necessidades de estado ao longo da história. Tais políticas, naturalmente, refletem esta divisão do país e o funcionamento da dicotomia discursiva e política. Ou seja, o núcleo que se sucede no poder – ao menos desde a República –, e que faz parte dos quadros políticos e das oligarquias do Sudeste, hegemonicamente define, há mais de 100 anos, as políticas e as necessidades do estado – com raros “furos” nesta sucessão. As evidências deste real estão na língua, materializada no discurso que é marcado pela forma como o *Nordeste* e o *nordestino* são referidos.

As diferenças dão origem ao ódio, postulou Freud. O discurso de ódio, portanto, nasce a partir das diferenças. Ele é pautado “na violência, na segregação, em uma diferenciação entre superior (aquele do qual provém o ódio) e o inferior (o sujeito a quem

se dirige o ódio)” (STRECK; GONÇALVES; PETRI, 2018, p. 246). Por tratarmos aqui do discurso disseminado na web, pela rede social Twitter, falamos de um “território livre” cujo controle vem depois, de acordo com as reações e repercussão.

Temos assim em nosso *corpus* a especificidade do espaço digital, onde o discurso de ódio se espalha por meio dos retuítes, likes e compartilhamentos. Nesse sentido, é importante pontuar que o ambiente digital por onde circulam os discursos não é apenas uma forma de produção de tecnologia, mas também é condição de produção político-ideológica do discurso (DIAS, 2018, p. 28), entendendo por isso que a formulação do discurso digital lhe atribui especificidade e o torna diferente.

Pelo ambiente digital, o discurso de ódio produz seus efeitos na vida social também por conta da exclusão e da ausência de diálogo ou debate. Ele interfere na prática social no momento em que fere direitos humanos como a igualdade social e o próprio direito à vida, porque pela língua ele nega estes direitos (STRECK; GONÇALVES; PETRI, 2018, p.247). É importante dizer que o discurso de ódio não é considerado por lei uma simples exposição de ideias e, decorrente disso, não é contemplado legalmente pela noção de liberdade de expressão (2018, p. 252).

Quando se espalha no ambiente digital, ocorre também uma saturação do discurso de ódio que produz o “efeito de naturalização da dor e do sofrimento do outro” (STRECK; GONÇALVES; PETRI, 2018, p. 242). O desrespeito e a discriminação através do discurso de ódio acontece igualmente, acarretando inclusive possíveis danos emocionais, mas pela saturação do imaginário social há uma banalização da violência e da dor.

CAPÍTULO 5

NA METÁFORA, O SENTIDO

As paráfrases como dispositivo de análise

“Há muitos mecanismos na própria língua (e na sociedade) que impedem justamente os contradiscursos, a emergência da fala das massas, seja através de ‘neologismos’ ou de ‘transcategorizações sintáticas’.”

DIAS, C.⁵⁴

Partindo do princípio de análise de discurso de que não há sujeito nem sentido sem metáfora, e pensando a metáfora como procedimento heurístico, utilizamos as paráfrases como dispositivo de análise. A paráfrase está na base da noção de deriva, que se liga ao efeito metafórico. “A historicidade aí está justamente representada pelos deslizamentos (nas relações de paráfrase) que instalam o dizer no jogo das diferentes formações discursivas” (ORLANDI, 2001, p.24). Ou seja, o efeito metafórico é produto da historicidade.

O conceito de metáfora desenvolvido por Pêcheux sofreu mudanças ao longo de suas obras. Em 1969 ele elabora o efeito metafórico enquanto um fenômeno semântico de substituição contextual que resulta em um deslizamento de sentido (passando pela teoria de valor de Saussure, e pela relação metáfora/metonímia de Jakobson: combinação/seleção, ou seja, metáfora pela aproximação por similaridade e a metonímia pela substituição/fusão). Mais tarde, em 1975, Pêcheux vai “aliar a metáfora à construção do conceito de formação discursiva e, portanto, à configuração do sujeito do discurso” (PFEIFFER e GRANTHAM, 2016, p. 284). Pêcheux vai além relacionando-se com os textos lacanianos, e formula finalmente a metáfora enquanto transferência, pensando-a como procedimento heurístico (investigação dos fatos). Em 1981, pensando sobre o real da língua e o real da história, Pêcheux vai formular junto com Gadet a metáfora como “perturbação ligada ao lapso, ao ato falho, ao poético, ao *witz* e ao enigma”.

Tomamos aqui, enfim, o processo parafrástico como matriz do sentido, posto que as noções de paráfrase e metáfora são os suportes analíticos de base da Análise de Discurso. Pelas paráfrases, é possível dar opacidade ao que está transparente, desautomatizando as interpretações e dando espessura linguística e histórica aos

⁵⁴ DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018, p. 175.

enunciados. Partimos assim do princípio de que “o sentido sempre pode ser outro” (ORLANDI, 2012c, p. 60) e que o espaço de interpretação “é o espaço do possível”, bem como também “da falha, do efeito metafórico, do equívoco, em suma: do trabalho da história e do significante” (idem, p. 21).

Da ordem da interpretação

O trabalho do analista “é percorrer a via pela qual a ordem do discurso se materializa na estruturação do texto” (ORLANDI, 2012c, p. 60). Para tanto, o analista se propõe a restituir a opacidade do texto ao olhar do leitor (Pêcheux, 1982). Tomando a materialidade de nosso *corpus* de análise, formado por 10 mensagens publicadas no Twitter (todas elas do dia 26/10/2014), utilizaremos como dispositivo de análise as paráfrases, tendo em mente a seguinte questão de análise:

Como se estabiliza e quais os modos de funcionamento do discurso de ódio ao *nordestino* marcado pela *naturalização do extermínio*? Ou, em outras palavras, como os sentidos se instalam e o ódio se naturaliza na forma do discurso dentro deste espaço digital?

A metaforização é marca forte dos enunciados de nosso *corpus* de análise. Ao entendermos que, pela metáfora, elementos significantes passam a se confrontar, revestindo-se de sentidos (PFEIFFER e GRANTHAM, 2016, p. 289), optamos pela paráfrase para tornar opacos os sentidos e as significações do que não está dito. Mas é preciso que se atente à incompletude como “característica de todo processo de significação” (ORLANDI, 2012, p. 19), e que se privilegie estes processos em que o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo (ORLANDI, 2016, ed. 2, p. 75), tomando o político como constitutivo, a incompletude do sujeito, a falha e a não transparência da linguagem.

Por sermos todos sujeitos ideológicos, visto que não há sujeito sem ideologia, é importante destacar que para a análise dos enunciados recorreremos aos dispositivos teóricos da análise de discurso como ferramentas que vão permitir o distanciamento necessário. No momento da interpretação, opera-se pelo gesto do analista, que é determinado pelo dispositivo teórico; e pelo gesto do sujeito, que é determinado pelo dispositivo ideológico. O gesto de interpretação, portanto, acontece no entremeio, daí a importância do dispositivo teórico (ORLANDI, 2012c, p. 84).

Dispositivo de análise

Enunciado 1

4:03 PM – 26 Oct 2014



Paráfrase parte 1:

- **Portanto povo nordestino e aos demais q recebem bolsa familia: [Sic]**

a) - Portanto povo nordestino e todos os demais que não trabalham...

Bolsa família = metáfora de quem não trabalha (desempregado, ou acomodado, ou preguiçoso...), metáfora de quem apoia e vota nos governos do PT (que criaram o programa Bolsa Família).

b) - Portanto todos vocês que são pobres e continuam pobres porque querem viver de programas do governo...

Povo nordestino e todos os demais que recebem... = metáfora de pobres (incluindo outras regiões) que se beneficiam de programas de auxílio do governo por acomodação, e não por necessidade.

Análise

O enunciado começa com uma conjunção conclusiva – “Portanto” - que gramaticalmente é utilizada como conectivo de oração para concluir raciocínio anterior,

mas neste caso não há nada antes do conectivo. No entanto, por se tratar de materialidade digital, o “portanto” é uma evidência de que o enunciador dá continuidade a algum outro enunciado publicado no Twitter, ou seja, há um diálogo entre pares, ele não está falando sozinho. O “portanto” no início do enunciado também pode ser uma marca de oralidade, como evidência do discurso digital. Há ainda uma outra interpretação possível para o uso do conectivo no início do enunciado: o “portanto” pode estar ali para, pela subjetividade, significar o dizer atravessado pela memória discursiva e o imaginário.

Paráfrase parte 2:

- ...: tomara q todos vcs MORRAM A MINGUA. [Sic]

a) - desejo que deixem de existir e morram de fome.

Morram à míngua = referência à escassez de recursos da região, trazendo a memória de fome ou memória imagética de pessoas desnutridas com a seca, ou ainda a memória dos campos de concentração nazistas onde as pessoas morriam de fome.

b) - desejo que não votem nunca mais e que sofram por terem votado no PT.

Q todos vcs MORRAM = o “todos” inscreve o sujeito de enunciação numa relação com o sujeito universal (contrastantes posições sujeito no interior de uma formação discursiva), dando o caráter de *universalização* do discurso. O “todos” também remete ao desconhecido, mostra desconhecimento sobre a população a que se refere, o que gera um efeito de ódio ao desconhecido.

Análise

Pelos deslizamentos, podemos observar efeitos metafóricos e polissêmicos dos enunciados, de tal forma que tornamos opacos os discursos e identificamos as diversas formações discursivas. A crítica ao programa de governo que beneficia famílias carentes (Bolsa Família) filia-se à formação discursiva neoliberal. Ainda atravessado pela mesma FD, o enunciado atribui culpa ao pobre, ideia que dialoga com a meritocracia neoliberal.

No segundo trecho do enunciado, há o desejo de extermínio do “povo *nordestino*”. Identificamos o discurso do totalitarismo, antidemocrático, que não convive com a oposição, no lugar da democracia sugere o fim dos eleitores de outros candidatos.

Vale observar que o MORRAM A MINGUA está escrito em Caixa Alta, imprimindo raiva no enunciado, visto que letras em Caixa Alta significam uma “fala” em tom mais alto, ou um grito.

Enunciado 2

3:49 PM - 26 Oct 2014



Paráfrase:

- **tomara que os nordestino morram de fome e de ebola**
- a) - quem me dera que os nordestinos tivessem um fim sem comida e por doença que acomete pobres e negros

Tomara = metáfora para um apelo, um pedido, um desejo

Ebola = metáfora da África, do negro, e da fome

Análise

A interjeição “tomara” significa “quem me dera”, “seria tão bom”: denota um sonho, uma esperança. Nesse sentido, é lançada como se fosse um apelo, uma “oração”, um pedido ao divino. Filia-se ao discurso da religiosidade, como a dizer: apelo ao divino (e/ou outras forças) para que, com a morte/extermínio dos nordestinos, o PT não seja eleito novamente e não governe pela quarta vez seguida o país.

Contraditoriamente, o enunciado que faz um “apelo” ao divino (como uma oração) manifesta o desejo de morte (no funcionamento de saberes de formações discursivas antagônicas – uma formação discursiva preza pela vida e outra pela morte; o antagonismo

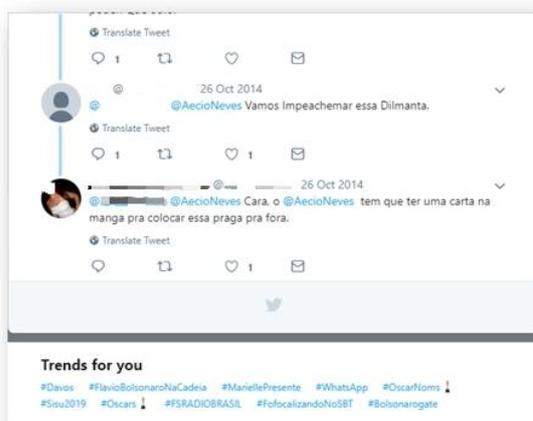
é o mecanismo que faz o contraditório aparecer), expressa a vontade de que morram de fome, ou seja, exatamente na condição contra a qual lutam politicamente e já sofrem os *nordestinos* (a memória discursiva trabalhando no dizer, pelo imaginário de fome generalizada do *Nordeste*). O aspecto de apelo contribui para a naturalização do extermínio – naturaliza porque aponta como uma “necessidade para o bem” do “todo” (o país). Bem como o ódio se insere de forma naturalizada a partir da ênfase dada à diferença. Quanto mais se reforça a diferença, mais naturalizado fica o ódio, visto que, segundo Freud, é a partir deste ódio ao diferente que tem origem o racismo (tendo em mente que o ódio do homem ao seu próximo é o mesmo ódio que ele tem a ele mesmo). Uma sociedade onde as diferenças são acirradas, o racismo tem amplitude social e ganha força com o totalitarismo.

A forma “despreocupada” do enunciado – com todas as letras em caixa baixa, com erro de concordância nominal (“os *nordestino*”) e sem pontuação – sinaliza também sua falta de formalidade ao fazer sua afirmação. Como se fosse uma fala muito natural, que não lhe soa diferente ou formal. “A ideologia trabalha para que nenhum dos lados/nenhum dos sujeitos envolvidos se dê conta dos efeitos do discurso de ódio em suas atitudes corriqueiras, a ideologia dominante promove a naturalização do ódio” (STRECK; GONÇALVES; PETRI, 2018, p.242).

Enunciado 3

3:26 PM – 26 Oct 2014





Paráfrase parte 1:

- **Nordestino nasceu para ser inferior mesmo. Morram na miséria, bando de jecas**
 - a) Como todo mundo já sabe, nordestino é inferior MESMO, não sou eu que estou dizendo. Por já serem miseráveis de nascença, devem morrer

Análise

No funcionamento do pré-construído, o enunciado dialoga com outros enunciados (e sujeitos) que tratam como irrefutável (“mesmo”) esta inferioridade do nordestino a que se referem. É o efeito do já-dito que se incorpora ao interdiscurso. “O estereótipo deriva de um processo de categorização e de generalização. Ele simplifica o real (...), própria aos preconceitos. Ele é repetição, estabilização, elemento comum, e deve ser tratado ideologicamente pela noção de memória, de interdiscurso, de efeito de pré-construído” (ORLANDI, 2004). O

caráter “imutável” e natural (“genético”) deste entendimento do enunciado - de que “é assim mesmo”, “não tem jeito” – autoriza o desejo de extermínio, justifica que morram, “porque não tem solução”.

Paráfrase parte 2:

- - **Inacreditável... País de merda... a tendência é afundar cada vez mais**
- - **O Brasil vai entrar em crise agora. Desisto desta joça.**
- - **Que misériaaaaaaaaa. Essa desgraça de PT continua no poder. Que ódio.**
- - **Vamos empenchemar esta Dilmanta.**

a) Não aceito o resultado desta eleição, as coisas no Brasil não acontecem como eu gostaria, e eu sei o que é melhor. Se não for do jeito que eu quero, tudo vai piorar. Eu desisto da democracia se não prevalecer minha vontade. Não quero o PT, então vamos invalidar esta eleição, não quero que Dilma vença, vamos tirá-la.

Paráfrase parte 3:

- **Tem que ter uma carta na manga pra colocar esta praga pra fora.**
- a) Não quero este resultado, precisamos dar um jeitinho). Deve haver um jeito de tirar a presidenta eleita/PT.

Enunciado 4

5:33 PM – 26 Out 2014



Paráfrase:

- **NORDESTINO POBRE É FODA!! Vota na Dilma só pra não trabalhar mais e ficar vagabundando por aí!! MORRAM**

#SouDoNordesteMesmoEComOrgulho

- a) Eu sou nordestino, mas não sou pobre. O nordestino pobre só é pobre porque não gosta de trabalhar, e votou no PT porque quer receber Bolsa Família para não trabalhar. Quem não trabalha e consome recursos públicos não precisa viver porque custa dinheiro ao sistema; melhor morrer. Tenho orgulho de ser nordestino, mas não sou pobre nem preciso de programas do governo.

Análise

O Bolsa Família funciona como metáfora de custo ao Estado, ou de gastos com a máquina pública. Na política neoliberal do Estado mínimo, as políticas públicas voltadas para a população que paga menos impostos são vistas como fontes geradoras de despesas. Por isso, estas políticas não devem existir, de acordo com a visão neoliberal. Atravessado por este discurso neoliberal, o enunciado propõe, portanto, que não haja políticas públicas, para que não haja cidadão que não produz para o sistema capitalista. O discurso neoliberal constitui aqui o discurso de ódio.

Enunciado 5

3:41 PM – 26 Oct 2014



Paráfrase:

- **Nordestino devia comer bosta esses molambentos, q morram na seca**
 - a) Nordeste não é gente, como disse Mayara Petruso em 2010, portanto deve comer o que comem os animais; não se enquadram no meu padrão estético,

são diferentes de mim; morte aos diferentes e que morram da maneira que já vivem, sem água

Análise

Sustentado pela memória, o sujeito interpreta, bem como estrutura o seu dizer, de maneira que a memória é espaço de estruturação. O imaginário do nordestino “molambento” está em obras como *Os Retirantes*, de Portinari, bem como na descrição dos moradores de Canudos, em *Os Sertões*, por Euclides da Cunha. A memória é constituída pelo imaginário histórico. Em 2010, a estudante de Direito Mayara Petruso publicou no Twitter um chamado para que nordestinos fossem mortos, em função também do resultado da eleição presidencial daquele ano. No enunciado, afirmou: “nordestista [Sic] não é gente”. Houve grande repercussão do caso, ela foi julgada e condenada (a multa e serviços prestados). Na mídia informatizada, diz Orlandi, os efeitos são multiplicados e homogêneos – portanto, há diferenças entre os funcionamentos dos efeitos do imaginário produzido por enunciados no Twitter e os efeitos do imaginário produzido por obras de arte e/ou literatura, mas em todos os casos este imaginário se inscreve no discurso pela memória discursiva. O ódio neste enunciado se instaura pela diferença em relação ao outro, ou seja, o preconceito que estimula o discurso de ódio se inscreve como efeito da estereotipação das diferenças.

Enunciado 6

3:40 PM – 26 Oct 2014



Paráfrase:

- “@christiauo:EU QUERO QUE NORDESTINO

MORRA DE FOME

NA MISÉRIA

SEM NINGUÉM PRA AJUDA

SEM SAÚDE

SEM EDUCAÇÃO

SEM NADA

MORRAM DE FOME SEUS FDP”

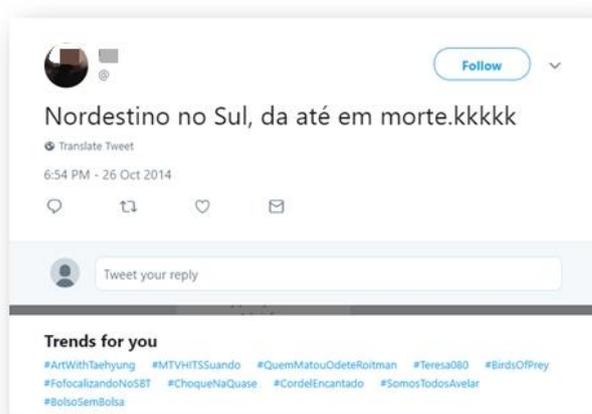
- a) Desejo que o nordestino permaneça sem aquilo que ele já tem carência: saúde, educação, alimento, direitos e assistência.

Análise

Tudo aquilo que representa direitos numa sociedade democrática aparece neste enunciado onde se deseja o extermínio do nordestino. Ou seja, àquele que se opõe aos ideais políticos do sujeito, deseja-se que não tenha nada, que o Estado seja ausente, que a oposição deixe de existir ou sobreviva na miséria na posição inferior, sob dominação. O enunciado, portanto, é marcado pela relação de poder e dominação. Ele se inscreve no discurso escravagista – onde o sujeito sob domínio não tem direitos. Há também no enunciado a marca da competitividade, da disputa/luta, e da posição antidemocrática e antidiversidade que rejeita as diferenças no exercício da cidadania. Ao mesmo tempo, a memória metálica “lineariza” o interdiscurso e reduz tudo a um pacote de informações ideologicamente equivalentes, como diz Orlandi.

Enunciado 7

6:54 PM – 26 Oct 2014



Paráfrase:

- **Nordestino no Sul, da [Sic] até em morte. kkkkk**
 - a) Nordestino fora de “seu território” merece morrer e não é bem-vindo ao Sul.
Dou risada quando eles são assassinados

Análise

A saturação do discurso de ódio produz o efeito da naturalização. Esta *naturalização do extermínio* é uma das especificidades do discurso de ódio ao nordestino identificado neste *corpus*. O ódio do homem ao outro (que é o mesmo ódio a ele mesmo, segundo Freud) se inscreve no discurso e se converte em racismo e preconceito ao diferente. Reforçar as diferenças amplia o ódio, que se converte em desejo de extermínio naturalizado. A formação discursiva da disputa na relação de forças antagônicas (políticas, sociais e ideológicas) regionais constitui o enunciado.

Enunciado 8

8:24 PM – 26 Oct 2014

**Paráfrase:**

- **Se algum nordestino fdp entrar em São Paulo tem q abrir fogo!!**
 - a) Nordestino em São Paulo deve morrer! Nordestino não deve sair do Nordeste, ou vai morrer.

Análise

O discurso de ódio é também efeito da naturalização da desigualdade, em movimento circular de efeitos sequenciais. Ou seja, as diferenças e desigualdades naturalizadas, também naturalizam a dor e o sofrimento do outro, e o desejo de extermínio – como efeito desta naturalização – se inscreve no discurso de ódio. De acordo com o enunciado, podemos interpretar que para o sujeito enunciativo o nordestino que votou na Dilma/PT e que pensa, vive e age diferente dele deveria morrer e deixar de existir, ou permanecer longe de São Paulo, do contrário ele deve ser assassinado e sofrer.

Enunciado 9

21:39 PM – 26 de Oct 2014



Paráfrase:

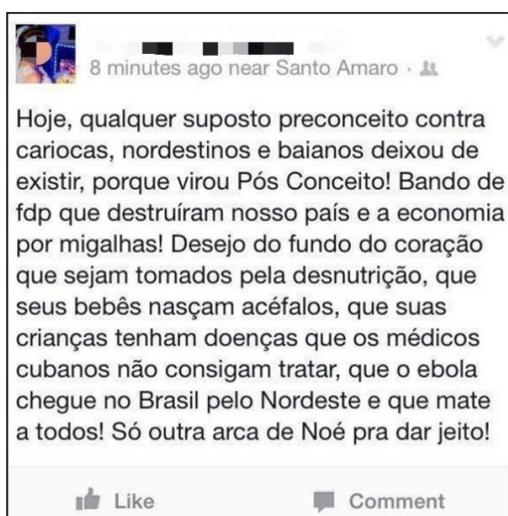
- **Esses nordestino [Sic] fdp tem q morrer na seca mermo, povo escroto, mamando na teta do governo, td ignorante fdp**
 - a) Nordestino merece morrer porque não trabalha nem estuda, por isso vive sem água e espera por programas do governo

Análise

“Mamar na teta” se inscreve aqui como metáfora do programa bolsa família, que atende à população afetada pela seca, em grande número nas regiões do sertão nordestino. Os diversos sentidos disputam a significação do sintagma “mamar na teta”, que também pode ser metáfora de “vagabundo”, ou “aquele que não gosta de trabalhar”. Vivemos numa sociedade onde “sujeitos sociais são distribuídos no seu valor e nos seus espaços pelos sinais de seus corpos, gestos e fala” (ZOPPI-FONTANA; JAFET CESTARI, 2014, v.20, p.171). O efeito de evidência dos sentidos para “mamar na teta” resulta do

funcionamento ideológico, pela memória discursiva, ou seja, pelo estereótipo negativo do nordestino. Também evidencia-se aqui a formação discursiva capitalista, onde “só é pobre quem não trabalha”, discurso este que silencia e torna invisíveis injustiças sociais (na desigualdade econômica), inoperância do estado (na falta de assistência na saúde e na educação), ganância empresarial (na exploração do trabalho) e realidades estruturais e históricas (na falta do básico para o exercício da cidadania).

Enunciado 10



Paráfrase:

- a) Não existe preconceito a cariocas, nordestinos e baianos. O que existe é que eles não sabem o que é melhor para o Brasil e destruíram a economia do país com estes programas de política pública de auxílio às populações carentes. Espero que tenham doenças e fiquem sem assistência médica, a ponto de acabar com toda esta população e que os paulistas, os únicos que trabalham, governem o país.

Análise

O enunciado se inscreve na relação de poder político-histórico-econômica entre as regiões brasileiras, que se dá em situação de confronto. No terreno da linguagem, trava-se uma luta ideológica na disputa de sentidos, como pode-se perceber no texto. Afinal, na compreensão dos sentidos produzidos, o analista de discurso coloca o foco na ligação constitutiva da língua com a exterioridade - o político, a ideologia, o sujeito. Fazer esta

inter-relação entre o político e o linguístico “na constituição dos sujeitos e na produção dos sentidos, ideologicamente assinalados” se faz obrigatória. Ideologia é interpretação de sentido, na relação da linguagem com a história e os imaginários. A paráfrase acima produzida nos permite trazer para a opacidade o que se mantém na transparência.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÃO

Especificidades, constituição e movimento circular do discurso de ódio

“O preconceito é de natureza histórico-social, e se rege por relações de poder, simbolizadas.”

ORLANDI, E.P.⁵⁵

A análise aqui realizada sobre o discurso de ódio ao *nordestino*, circulado no Twitter durante a eleição de 2014, sob a perspectiva discursiva da Análise de Discurso de matriz francesa, pode ser compreendida teoricamente a partir da seguinte formulação: na produção do seu discurso, o sujeito inscreve seu dizer em formações discursivas que o autorizam, por filiações e identificações, ao mesmo tempo que interditam outros dizeres. Interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente, o seu dizer é efeito do interdiscurso onde estão os saberes que o autorizam (Pêcheux, 1997).

Entender como se estabiliza e quais os modos de funcionamento do discurso de ódio ao *nordestino* marcado pela *naturalização do extermínio* foi o desafio a que nos propomos, sem pretensão de fazer um estudo sociológico ou psicológico para mostrar a razão do ódio ao *nordestino* ou a qualquer outro grupo social. Nosso plano manteve-se restrito à perspectiva discursiva, considerando sempre que língua, sujeito e sentido fazem parte deste processo histórico, e em função disso o analista de discurso percorre a história e o sujeito, tendo em mente que todo discurso é ideologicamente constituído.

Na análise discursiva do *corpus*, identificamos quatro especificidades no discurso de ódio ao *nordestino na rede*: a *universalização*, a *nordestização*, a *naturalização do extermínio* e a *ordem da repetibilidade pelo digital*. As especificidades identificadas no *corpus* a partir da base teórica que deu suporte às análises ao longo do texto pelo exercício (como dispositivo teórico) das paráfrases nos permitiram, assim, mostrar o funcionamento do discurso e a construção discursiva.

⁵⁵ ORLANDI, Eni P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 197.

A **universalização** se dá no que se refere ao direcionamento. O sujeito dirige o discurso como se fosse a “todos” ou aos **nordestinos**, mas ele é dirigido “aos pares”, ou seja, àqueles que têm as mesmas filiações no interior de uma (ou mais) formação discursiva. A relação do sujeito universal com o sujeito de enunciação se constitui a partir da existência de diversas posições sujeito no interior de uma formação discursiva (COURTINE, 2009, p.102).

A marca da especificidade da **nordestização** no discurso se dá pelo processo discursivo sócio-histórico, construído ao longo da história, que funda uma discursividade sobre a região, e que está também relacionada com o próprio discurso sobre o Brasil. Esta discursividade é fundada com base no estereótipo, e se dá pela estereotipação, generalização, preconceito e simplificação do real. O termo **nordestização** aparece no *Manifesto regionalista*, de 1926, engendrado por Gilberto Freyre, onde o próprio autor ora reporta-se à região ora ao Brasil no mesmo discurso. O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior também traz para sua análise a ideia da **nordestização**, em sua obra *A invenção do Nordeste e outras artes*.

A especificidade da **naturalização do extermínio** é a terceira marca que identificamos no discurso de ódio do *corpus* que analisamos. Partimos do entendimento freudiano de que o ódio do homem ao outro (que é o mesmo ódio a ele mesmo) se converte em preconceito, racismo e/ou rejeição a partir da diferença que tem com o outro. Quando as diferenças são reforçadas, o ódio se transforma em sintoma social. Na história temos exemplos de regimes totalitários que reforçaram as diferenças e fizeram disso forma de dominação, como na Alemanha nazista do período entre as duas grandes guerras mundiais. Na política, o que se opõe a isso são as políticas de igualdade social e o funcionamento das democracias praticadas a partir de processos eleitorais (como a eleição presidencial de 2014 – cenário de nossa análise). Portanto, o discurso de ódio e a especificidade da **naturalização do extermínio** são próprios – ou se consolidam – em sociedades e entre grupos que se filiam a regimes totalitaristas. Não por acaso, nosso objeto de análise está historicamente situado no período eleitoral e representa uma reação/rejeição ao resultado de uma eleição democrática.

A especificidade da **ordem da repetibilidade pelo digital** está na singularidade da materialidade digital, pela qual a própria formulação (intradiscurso) deste discurso de ódio – atravessada pelo imaginário - se dá pela ordem da repetibilidade. Portanto, formulação e preconceito (o pré-construído, o já-dito) se inscrevem na mesma ordem (de

repetibilidade). Textualizado no digital, este discurso precisa do repetível à exaustão para significar, ou seja, o modo de formular no digital se dá pela ordem da repetibilidade. Ao mesmo tempo, o preconceito também se inscreve nesta ordem porque o estereótipo deriva da generalização, que simplifica o real e se estabiliza pela repetição (ORLANDI, 2004). A discursividade sobre *Nordeste* é marcada pela estereotipação, que se repete discursivamente e fixa-se no imaginário.

É importante destacar que as especificidades ganham este lugar dentro do discurso de ódio a partir de dois grandes referentes discursivos presentes no *corpus*: *Nordeste* e *nordestino*. É em torno deles que acontece toda a produção/construção de sentidos ligadas às formações discursivas, por sua vez constituídas pela história e a ideologia. De acordo com Pêcheux, a referência discursiva já é construída em formações discursivas e vai combinar seus efeitos em efeitos do interdiscurso. Estes dois referentes são ancorados também em relações universais, como miséria, doença, fome e pobreza. Ou seja, estes elementos podem ser “importados” ou metaforizados de uma outra formação discursiva; as referências podem se deslocar historicamente.

Movimentos circulares

Na tentativa de ilustrar o funcionamento do discurso de ódio, situamos em diagrama (abaixo) o ódio, ao centro, que é constituído pela interpelação de três principais elementos: a ideologia das formações discursivas, a historicidade do interdiscurso marcado pela estereotipação das diferenças, e as relações antagônicas de poder. No entorno deste atrito permanente gerado pelo encontro do ódio (que se inscreve no sujeito) com a ideologia/historicidade/relações antagônicas orbitam os efeitos que também constituem o discurso: o imaginário, o preconceito e o desejo de extermínio - que constituem e são constituídos pelo ódio.



Imagem 11: Diagrama para estudo do Discurso de Ódio elaborado por Adriana Vilar de Menezes. Arte: Fabiana Grassano

Em nosso objeto de análise – o discurso de ódio ao *nordestino* materializado em tuítes durante as eleições de 2014 – vemos como o discurso delineia um país dividido, ou seja, como o discurso de ódio alinha-se ao discurso separatista – em ambos, são evidenciadas as diferenças regionais e sociais. Uma divisão, em confronto/disputa, que não é da ordem do territorial nem da ordem genealógica, mas é de ordem político-ideológica, o que implica nos aspectos econômicos, culturais, sociais e históricos. A divisão construída a partir das relações de poder de forças antagonicas está em seu lugar de efeito das diferenças que, sob a perspectiva freudiana, transformam o ódio em sintoma social.

Definimos aqui uma sucessão de efeitos da língua que ilustram o que entendemos ser o funcionamento da naturalização do ódio e do extermínio no discurso, conforme identificamos neste processo que chamamos de Movimento Circular do Ódio:

- O discurso de ódio como efeito do preconceito;
- o preconceito como efeito da estereotipação das diferenças;
- a estereotipação das diferenças como efeito das relações de poder de forças antagonicas (políticas, sociais e ideológicas);

- a forma como se dão as relações de poder de forças antagônicas como efeito da manifestação do desejo de extermínio;
- a manifestação do desejo de extermínio como efeito do discurso de ódio.

MOVIMENTO CIRCULAR DO ÓDIO

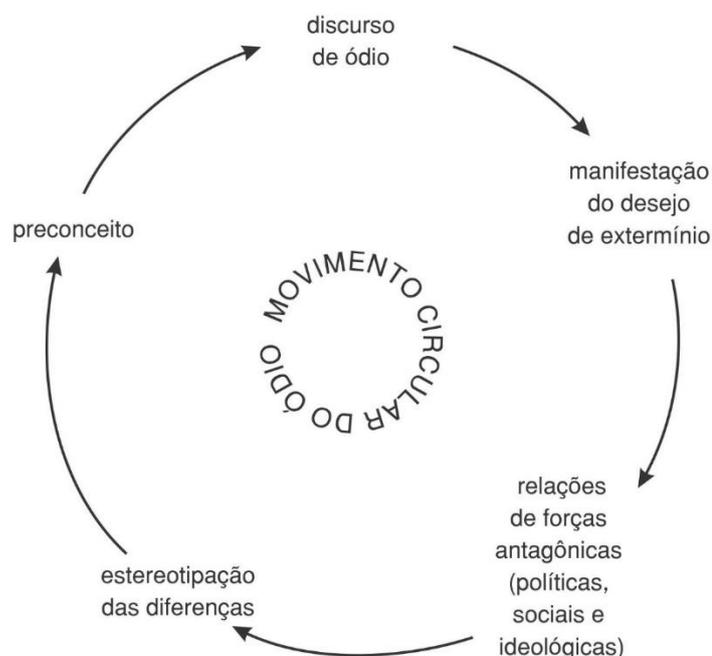


Imagem 12: Diagrama elaborado por Adriana Vilar de Menezes sobre Movimento Circular do Ódio. Arte: Fabiana Pacola Ius

Ao considerarmos que o sujeito torna-se sujeito pelo discurso, ou seja, pela língua, nos detemos ao processo de subjetivação pelo qual ele se faz sujeito-histórico, instrumentalizando-se historicamente ao assumir sua posição-sujeito na sociedade, fazendo parte da história. No movimento circular do ódio, sujeitos afetados pelas diversas formações discursivas filiam-se às ideologias, resultando no efeito polissêmico de ressignificações.

Na elaboração deste movimento circular de efeitos, novas indagações se somaram à análise, como: O que sustenta os dizeres deste sujeito em sua posição-sujeito? O que se apaga sobre **Nordeste** e **nordestino** a partir desta construção discursiva que é efeito do imaginário constituído pelo pré-construído? Questões que se impõem ao considerarmos que o silêncio sobre o **Nordeste**, afinal, é constitutivo desta discursividade nacional, pelo

apagamento e pelo atravessamento de discursos transversos, como o da eugenia, o do racismo, o do desenvolvimento, e outros.

Naturalmente, as condições de produção dos enunciados em rede que analisamos também nos conduziram nos caminhos de análise, visto que outras discursividades surgem com o digital. Atentamos assim à diferença entre regularidade e repetição, demanda de esclarecimento que surge a partir do próprio recorte do *corpus* que se fez pela repetição (das palavras morte, morram, morra). Dentro de nosso arquivo, portanto, deixamos de analisar tuítes sem estas palavras que se repetem (e que definiram o recorte) apesar de muitos outros também se constituírem do discurso de ódio, onde se repetiam palavras como seca, fome, miséria, pobre, vagabundo, burro e outras (via de regra, pejorativas). Há, portanto, por conta do recorte realizado a partir da repetição das palavras definidas (morte, morram, morra), o que podemos considerar uma falha na língua pelo silenciamento do mesmo discurso de ódio em outros enunciados que fazem uso de outras palavras.

Pelo uso das paráfrases como dispositivo de análise, no entanto, a regularidade aparece nas paráfrases, não necessariamente nem tão somente pela repetição das mesmas palavras, mas pela evidência do desejo de extermínio e evidência das diferenças e da estereotipação atravessada pelo imaginário. Ou seja, não reduzimos aqui a regularidade à repetição de palavras, porque em Análise de Discurso é preciso levar em conta a condição de produção, a historicidade (memória discursiva) e a ideologia, e não somente a palavra em si. A repetição neste caso é estruturante, no entanto é importante que fique marcado aqui que a análise não se resume à repetição destas palavras.

Outras discursividades que surgem com o digital também são atravessadas pela ilusão da reversibilidade, no entanto, vale destacar que na ordem da repetibilidade que se dá pelos retuítes, os algoritmos não “interpretam” paráfrases; eles produzem, assim, o silêncio técnico (pelo recorte), uma vez que funcionam pela ordem da repetição. No funcionamento dos algoritmos, o que se repete torna-se verdade, ou ilusão de verdade, à medida que se repete. É nesta relação e forma de produção de sentidos que o consenso traz noção de unidade (e de única verdade, como o “já-dito”), no entanto este território do consenso é também lugar de exclusão e de silenciamento, como afirma Orlandi.

Não nos mobilizamos na análise dos comentários aos enunciados de ódio em respostas aos posts (entre os quais muitos deles feitos por *nordestinos*), mas não deixamos

de notar como neles deslocam-se os sentidos estabilizados pelas narrativas hegemônicas (e com noção de unidade) sobre *nordestinos*, dando outros movimentos de sentidos possíveis, na tentativa de inaugurar outra discursividade e numa forma de resistência, para romper o consenso e ao mesmo tempo abrir um espaço de escuta que irrompe o silêncio. A discursividade do *nordestino/Nordeste* que se inscreve como empecilho ou barreira ao “mercado” e ao desenvolvimento (ou crescimento neoliberal) do País, por exemplo, é confrontada nos comentários.

Na disputa de sentidos para o *nordestino* na rede, ao mesmo tempo que pela ordem da repetibilidade há o efeito da criação de um território do consenso que naturaliza o extermínio e o ódio, há também o *nordestino* na rede que cria o efeito polissêmico que ressignifica pré-construídos e dá opacidade à transparência da língua. Na intersecção destes diferentes discursos, falamos a mesma língua, mas damos significados diferentes, porque não há sentido sem deslizamentos nem sem interpretação (que é constitutiva da língua) pela qual autorizamos nosso dizer. Particularmente dentro da ordem do discurso digital, a polissemia é tanta que podemos não dar conta, conformando-nos com a incompletude da língua.

O objetivo final deste trabalho, por fim, é produzir pensamento crítico sobre o discurso de ódio ao *nordestino*, para que se questione, entre outras coisas, quais as regiões de memória onde este discurso se ancora. E sempre lembrar que este discurso de ódio produz efeitos na sociedade. Ele exclui, gera violência, mata e fere. Ao compreender o discurso de ódio e os seus efeitos na/para a sociedade e o *Nordeste/nordestinos*, trazemos a evidência de que a língua não é transparente. A língua pode, portanto, ser instrumento de dominação e também de disputa de poder por via do discurso, assim como pode ser resistência e forma de preservação da existência. A mesma língua do discurso de ódio e de extermínio é a língua do discurso de amor e de vida, sobrevivência e existência. A própria língua é antídoto do discurso de ódio.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2015.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém – Um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

CARLOS, Luan Alves Monteiro; LOPES, Larissa Cristina Viana. **Do mítico ao lutador bem-humorado: o sertanejo na literatura brasileira**. *Odisseia - PPgEL/UFRN* (ISSN: 1983-2435). Natal, RN, n. 09, p. 59-78, jul.-dez. 2012. <<file:///C:/Users/julia/Downloads/10790-Texto%20do%20artigo-30933-1-10-20161123.pdf>>. Acessado em: 16/05/2019.

COURTINE, J.-J. **O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político**. In: INDURSKY, F. e FERREIRA, M.C.L (orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. [1981]. **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2010.

_____. **Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo?** In: *Escritos*, no. 3, LABEUB – UNICAMP, 1998 e PÊCHEUX, M. (1982b) e **Sobre a (des)construção das teorias linguísticas**. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, n. 2, p. 7-32, 1998.

GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso – Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1997, ed. 3.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. **Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história.** In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Ed. Unicamp, 2014 [1994].

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso.** Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

INDURSKY, F. **Lula Lá: estrutura e acontecimento.** In: *Organon* 35, v. 17, Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

JAKOBSON, R. **Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia.** In: *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2007, ed. 24.

LOSURDO, D. **A luta de classes: uma história política e filosófica.** São Paulo: Boitempo, 2015, 397p.

MAMEDE, M^a Amélia Bernardes. A construção do Nordeste pela mídia. Fortaleza: IOCE, 1996, 214p (Coleção Teses Cearenses).

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento – as formas do discurso.** São Paulo-SP, Brasiliense, 1987. p.137

_____ **Discurso e Texto – Formulação e Circulação dos Sentidos.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2012, ed. 4.

_____ **Análise do discurso e interpretação.** In: *Discurso e Texto – Formulação e circulação dos sentidos*. Pontes Editores. Campinas-SP. 2012b, ed. 4.

_____ **Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos.** Campinas: Pontes, 2001.

_____ **Cadernos de Estudos da Linguagem.** No 42 IEL/Unicamp. A *Análise de Discurso e seus entremeios: notas à sua história no BR*. 2002.

_____ **Cidade dos Sentidos.** Campinas-SP: Pontes Editores, 2004.

_____ **Discurso, Imaginário e conhecimento.** In Revista eletrônica *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994, p.57.

_____ **Eu, Tu, Ele – Discurso e real da história.** Campinas-SP: Pontes Editores, 2017.

_____ **Paráfrase e Polissemia: a fluidez dos limites do simbólico.** Rua (Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade). Nº4. Campinas, 1998). <

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640626/8177>>.

Acessado em: 10/11/2018.

_____ **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2007, ed. 6.

_____ **Palestra Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio.** Em Fundação Fio Cruz, Rio de Janeiro, 19/08/2014. < <https://www.youtube.com/watch?v=k4GHvF-ryj0&feature=youtu.be>> Acessado em: 12/12/2018.

_____ **Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia.** Campinas, SP. Pontes, 2016, ed. 2.

_____ **A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica.** Revista Eletrônica ComCiência Labjor/Unicamp. Edição 26, 10/07/2007. Campinas-SP - <https://bit.ly/2RXhKQA>. Acessado em: 30/01/2019 < <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=26&id=296>>.

_____ **Silêncios: presença e ausência.** Revista Eletrônica ComCiência Labjor/Unicamp. Edição 101, 10/09/2008. Campinas-SP - < <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=38&id=456> >. Acessado em: 18/08/2019.

_____ (org.). **Discurso Fundador - A formação do país e a construção da identidade nacional.** Campinas, SP: Pontes, 1993.

_____ **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2007, ed. 6.

_____ **Interpretação – Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Campinas-SP: Pontes, 2012c, ed. 6.

_____ **Terra à vista – Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

_____ **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento.** Tradução Eni. P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2008b, ed. 5.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso.** Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

_____ **A língua inatingível – O discurso na história da linguística.** Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____ **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

_____ **Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação.** In: *Semântica e Discurso – Uma Crítica à Afirmação do Óbvio.* Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

_____ **Ousar pensar, ousar se revoltar: ideologia, marxismo, luta de classes.** Tradução de Guilherme Adorno e Gracinda Ferreira. In: *Décalages*: Vol. 1: Iss. 4.

_____ **Metáfora e interdiscurso.** In: *Análise de discurso: Michel Pêcheux (textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi).* Campinas: Pontes, 2011.

_____ **Ler arquivo hoje.** In: *Gestos de leitura: da história no discurso / Eni P. Orlandi (org.)* [et al.]. 4ª edição. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2014.

_____ **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenço Chacon J. filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani, 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PFEIFFER, C. e GRANTHAM, M. **Sentidos em redes imagéticas: um gesto de análise na saúde pública.** In: *A Análise do Discurso e sua história: Avanços e perspectivas.* Campinas-SP. Pontes editores, 2016.

ROBIN, Régine. **A memória saturada.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

SAUSSURE, F. **O valor linguístico.** In: *Curso de Linguística Geral.* São Paulo: Cultrix, 27ª edição, 2006.

STRECK, B.; GONÇALVES, G.; PETRI, V. **Discursos de Ódio no Facebook, Comentários hostis nos posts: A Análise de Discurso como espaço de resistência.** In: **Resistirmos: A que será que se destina?** São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. **Lugar de fala: enunciação, subjetivação, resistência.** In: *Revista Conexão Letras – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)*, v.12 n.18, 2017.

_____ **Acontecimento, arquivo e memória: Às margens da lei.** *In:* Revista Leitura, número temático Discurso: História, Sujeito e Ideologia, n. 30, jul. 2002 - dez. 2002.

ZOPPI-FONTANA, M.; JAFET CESTARI, M. **Cara de empregada doméstica – Discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil.** *In:* Revista Rua (Unicamp), v. 20, 2014.